



**Anderson Ferreira da Silva**

**Processo de construção da Política  
sobre Drogas e o lugar da SEAS/DH  
como sua gestora no estado do RJ a  
partir de 2007**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro  
Setembro de 2012



**Anderson Ferreira da Silva**

**Processo de construção da Política  
sobre Drogas e o lugar da SEAS/DH  
como sua gestora no estado do RJ a  
partir de 2007**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Antonio Carlos de Oliveira**

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Inez Terezinha Stampa**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Rita de Cassia Cavalcante Lima**

UFRJ

**Profa. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do  
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2012

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

### **Anderson Ferreira da Silva**

Graduou-se em Serviço Social em 2001 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Atualmente exerce a profissão de assistente social na Clínica de Reabilitação Casa das Palmeiras.

#### Ficha Catalográfica

Silva, Anderson Ferreira da

Processo de construção da política sobre drogas e o lugar da SEAS/DH como sua gestora no estado do RJ a partir de 2007 / Anderson Ferreira da Silva; orientadora: Antonio Carlos de Oliveira. – 2012.

160 f ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2012 .  
Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Política sobre drogas. 3. Assistência social. 4. Governamentalidade. 5. Poder disciplinar. 6. Biopoder. I. Oliveira, Antonio Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

## Agradecimentos

Ao Antonio Carlos de Oliveira, orientador deste trabalho pela paciência, comprometimento e apoio.

À Ana Quiroga, que acompanhou os primeiros passos da dissertação. Sua alegria e liberdade me mostraram novas possibilidades. Ana, tu és musa inspiradora!

Aos Professores e funcionários da Pós e do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, não só pela busca da excelência e do rigor acadêmico, mas também pelo ambiente fraterno e humano.

Às Professoras Inez Stampa, Ilda Lopes e Luisa Helena Nunes Ermel, que mesmo não participando do cotidiano dessa dissertação representaram uma fonte de incentivo e determinação.

À Professora Magda Jaolino da Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, verdadeiro escafandro no mergulho em Foucault.

À Rosemary Rodrigues Cardoso, que me ensinou os primeiros passos dentro da temática de álcool e outras drogas. Seu entusiasmo e compromisso com o trabalho do Serviço Social foram fundamentais para minha trajetória.

A todos os meus amigos, que são muitos e são verdadeiros, pelo apoio incondicional, sincero e afetuoso.

À Renata Velho Marchesine Franco, Jacques Cardeman e Sylvia Caracas, incentivadores incansáveis e fraternos.

À Ciomara Santos e Fabiana Theodora pelos jantares, almoços, compreensão e companheirismo.

À minha família, que mesmo distante, pode me dar seu incentivo e sua bênção.

Ao CNPQ, pela bolsa de mestrado que serviu como suporte, possibilitando a pesquisa e a reflexão que gerou esta dissertação.

A todos vocês,

Muito obrigado.

## Resumo

Silva, Anderson Ferreira da; Oliveira, Antonio Carlos. **Processo de construção da Política Sobre Drogas e o lugar da SEASDH como sua gestora no estado do Rio de Janeiro a partir de 2007**. Rio de Janeiro, 2012. 160 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise genealógica do discurso oficial sobre drogas no Rio de Janeiro, a partir do realinhamento da Política Nacional Antidrogas (PNAD/2002) e da inserção do Conselho Estadual Antidrogas (CEAD) na estrutura da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Tendo por base a teoria foucaultiana sobre poder/saber, realizamos uma pesquisa documental no acervo do CEAD sob a ótica das seguintes análises: a construção do discurso sobre drogas e sua inserção em regimes de verdade; a formulação do discurso sobre drogas em território brasileiro e o processo de aproximação, no Rio de Janeiro, entre a SEASDH e o realinhamento da PNAD/2002. As conclusões apontam para a manutenção de diversos elementos do caráter antidrogas no discurso oficial brasileiro e para um descompasso entre a política nacional e a estadual, que passa por processo de adequação aos preceitos de Política Pública estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

## Palavras-Chaves

Política sobre drogas; Assistência social; Governamentalidade; Poder disciplinar, Biopoder.

## Abstract

Silva, Anderson Ferreira da; Oliveira, Antonio Carlos (Advisor). **Construction process Policy on Drugs and SEASDH as his manager in the state of Rio de Janeiro from 2007**. Rio de Janeiro, 2012. 160 p. MSc. Dissertation - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study aims to conduct a genealogical analysis of official discourse on drugs in Rio de Janeiro, from the realignment of National Anti-Drug Policy (PNAD/2002) and the insertion of the State Council Anti-Drug (CEAD) in the structure of the Secretariat of State Social Welfare and Human Rights (SEASDH). Based on the Foucault's theory - power / knowledge - conducted documentary research in the archives of CEAD with the following analytical perspectives: the construction of discourse about drugs and their inclusion in systems of truth; formulation of discourse about drugs in Brazil and in the process approach, in Rio de Janeiro, between SEASDH and realignment of PNAD/2002. The conclusions point to the maintenance of various elements of the official Brazilian anti-drug discourse and a mismatch between National and state politics, which undergoes a process of adaptation to the precepts of Public Policy established by the Constitution of 1988.

## Keywords

Drug policy; Welfare; Governmentality; Disciplinary power; Biopower.

## Sumário

Introdução	13
1. A Razão Dialética e a Emergência das Artes de Governar: estratégias discursivas sobre o vinho	21
1.1. Os rituais Dionisíacos e a Emergência da Razão	23
1.2. O Saber da Disciplina Religiosa sobre as Festas de Vinho e a Emergência da Governamentalidade	29
2. A Política na Perspectiva de uma Analítica de Poder	45
2.1. Estratégias do Discurso sobre Drogas: vinculação com a loucura e a delinquência	53
2.2. A Política Antidrogas Norte-Americana a partir da Década de 1950	60
2.3. O Realinhamento da Política Nacional Antidrogas Drogas, PNAD/2002	65
3. A Política Estadual sobre Drogas no Rio de Janeiro e sua Aproximação com a Assistência Social	75
3.1. O Conselho de Entorpecentes no Rio de Janeiro, CONEN/RJ, e a criação do Sistema Estadual Antidrogas	81
3.2. As Mudanças Estruturais na Saúde Brasileira da Década de 1990	93



3.3. Ações de Assistência em Saúde pelo Viés da Justiça: a heterogeneidade discursiva da Assistência Social e o Programa Clínicas Populares	97
3.4. A Mudança nos Normativos da Política sobre Drogas, Saúde e Assistência Social e seu reatamento na condução da Política sobre Drogas no Rio de Janeiro	105
4. Considerações Finais	112
5. Referências Bibliográficas	117
6. Anexos	127

## Lista de Siglas e Abreviaturas

AA	Alcoólicos Anônimos
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEAD	Conselho Estadual Antidrogas
CEPOPD	Conselho Estadual de Política Pública Sobre Drogas
CEPSD	Conselho Estadual de Política Sobre Drogas
CES	Conselho Estadual de Saúde
CF	Constituição Federal
CIB	Comissão Intergestora Bipartite
CIT	Comissão Intergestora Tripartite
CONEN	Conselho Estadual de Entorpecentes
CPRJ	Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro
CPUSA	Communist Party of the United States of America
DEA	Drugs Enforcement Agency
DEPRID	Departamento de Prevenção Integral às Drogas
DPF	Departamento de Polícia Federal
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
IMESC-SP	Instituto de Medicina Social de São Paulo
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
JECRIM	Juizado Especial Criminal

LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NEPAD	Núcleo de Pesquisa em Atenção ao Uso de Drogas
NOB	Norma Operacional Básica
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Política Nacional Antidrogas
PND	Política Nacional Sobre Drogas
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PT	Partido dos Trabalhadores
RD	Redução de Danos
SAPRID	Subsecretaria Adjunta de Prevenção e Repressão ao Uso Indevido de Drogas
SEASC	Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SEDCON	Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor
SEJCON	Secretaria Estadual de Justiça e Defesa do Consumidor
SEJDIC	Secretaria Estadual de Justiça e Direito do Cidadão
SEJINT	Secretaria Estadual de Justiça e Interior
SJU	Secretaria Estadual de Justiça
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizado Comercial

SENAD	Secretaria Nacional Antidrogas/Sobre Drogas
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SISNAD	Sistema Nacional Antidrogas/de Política Pública Sobre Drogas
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TAMIM	Tributo a Michelle de Moraes
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Introdução

O interesse pela temática álcool e outras drogas, e sua relação com a assistência social no Rio de Janeiro surge a partir da atuação como assistente social na Subsecretaria Adjunta de Prevenção e Repressão ao Uso Indevido de Drogas, SAPRID, ligada ao Conselho Estadual Antidrogas, CEAD, e das questões que emergem a partir do realinhamento da Política Nacional Antidrogas, PNAD/2002, e da inserção do Conselho na estrutura da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, SEASDH, no ano de 2007.

A PNAD/2002 passa no ano de 2005 pelo que se convencionou chamar de realinhamento da Política Nacional Antidrogas, gerando a Política Nacional Sobre Drogas, PND/2005<sup>1</sup>, que retira o termo antidrogas do texto da Política na busca de validação de dois princípios, que são: o reconhecimento do uso de drogas como parte da construção social da humanidade e a necessidade de imprimir um caráter protetivo à política em oposição ao teor repressivo do texto anterior.

A escolha do CEAD como campo dessa pesquisa se deu pela importância deste no cenário do Rio de Janeiro no que diz respeito ao direcionamento da Política no estado, e ao atendimento à população usuária de álcool e outras drogas e, também, por minha atuação neste mesmo campo como assistente social no período de 2001 a 2010. Sendo a partir das implicações do atendimento direto à população, que foi possível observar a escassez de trabalhos acadêmicos que auxiliassem a atuação do assistente social nesta área, o que demonstrou ser uma lacuna no entendimento das ações de assistência aos usuários de álcool e outras drogas frente às mudanças normativas na política sobre drogas e estruturais no atendimento à população do Rio de Janeiro, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 e do realinhamento da PNAD/2002.

---

<sup>1</sup> Ao utilizarmos a sigla PND/2005 para identificar a Política Nacional Sobre Drogas, o fazemos no intuito de demarcar e reforçar a ruptura com o caráter antidrogas da Política de 2002, embora a Política Nacional Sobre Drogas ainda possa ser referida nos documentos oficiais pela sigla PNAD/2005.

Esta percepção nos levou à busca de aprofundamento teórico, tanto no que se refere ao discurso sobre álcool e outras drogas, quanto do que possibilita no Rio de Janeiro a inserção do CEAD na estrutura da SEASDH. Ao iniciarmos a pesquisa a partir da produção teórica do Serviço Social, nos deparamos com algumas importantes contribuições que abordam a construção do discurso sobre drogas a partir do método dialético materialista, próprio do discurso hegemônico do Serviço Social brasileiro. Essa perspectiva de análise a partir da organização social do mundo do trabalho e dos reflexos da questão social, relacionada ao conflito capital/trabalho (Netto, 1992, p. 13) em uma direção de totalidade, nos trouxe alguns questionamentos que se somaram às lacunas iniciais que tinham nos instigado à pesquisa.

Inicialmente utilizamos a definição de drogas a partir da compreensão de *Pharmakon*, atribuindo a ele uma delimitação contemporânea, como qualquer substância química que altera os processos bioquímicos e fisiológicos, o que faz com que as drogas façam parte da história da humanidade no contexto de diferentes formas de organização social. Essa compreensão nos levou a um impasse, como aplicar conceitos metodológicos na busca do entendimento de uma realidade que o precede? Haja vista que partindo do conceito de *Pharmakon*, seja na compreensão contemporânea que deliberadamente lhe atribuímos ou da Antiguidade Grega, de veneno e/ou remédio, as drogas estão presentes em todas as formas de organização social humana. Há uma evolução natural e inerente à organização social que, apreendida pelo conceito, pode ser encontrada em seus diferentes estágios? Algo como um espaço embrionário e verdadeiro, que se configure como algo atemporal?

Essas indagações e o incômodo causado por elas nos tiraram do espaço conhecido da dialética e nos lançaram em aventuras em outros terrenos. Em busca do entendimento dessas novas questões, iniciamos uma pesquisa dos teóricos, dos clássicos, chegando até os gregos, voltando para Nietzsche<sup>2</sup> até chegar a Michel Foucault<sup>3</sup> e à análise arque/genealógica.

---

<sup>2</sup> Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844 – 1900) – Filósofo alemão que tem como principal característica a crítica ao idealismo metafísico, propõe uma abordagem genealógica dos valores; desenvolveu várias obras, sendo que dentre as principais, destacamos: O Nascimento da Tragédia (1872); Humano, Demasiado Humano (1878 – Primeira versão publicada); Assim falou Zaratustra (1883-85) e o Anticristo (1888).

<sup>3</sup> Michel Foucault (1926-1984) – Filósofo francês; Professor da cátedra de História do Collège de France entre os anos de 1970 e 1984; Desenvolveu um trabalho arque/genealógico do saber

Foucault, em *Microfísica do Poder*, chama a arque/genealogia, entre outras definições, de “acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais.” (Foucault, 2010a, p.171) Entender esse acoplamento do conhecimento com as memórias locais requer uma aproximação com a compreensão Nietzscheana do conhecimento do real e da verdade.

O conhecimento racional para Nietzsche está intimamente ligado a uma ilusão, já que em sua concepção o homem racional só pode conhecer o mundo a partir de sua experiência estética, sendo o objeto original encerrado em sua possibilidade de compreensão, e, por isso, desprovido do seu valor extrínseco, transcendental e original. (Nietzsche, 2006)

A produção de conhecimento para Foucault não está inscrita numa linha temporal de evolução, mas sim nas disputas, nos conflitos entre saberes que irão gerar *épistémés*, regimes de verdade e de poder, modos de sujeição e de subjetivação e por isso, afirmativos do caráter ético, político e local da produção do conhecimento, dos saberes e da própria criação do pensamento erudito. Esse conhecimento está inscrito na invenção humana, na necessidade gregária de construção de um mundo articulado e racional que busca a autopreservação da espécie. “Nietzsche descaracteriza a verdade de seu valor irrefutável, de seu sentido de eternidade, de signo, se aproximando de um sentido mais flexível, de símbolo ou, poderíamos também dizer, de alegoria.” (Muricy, Kátia in Feitosa ... [et al], 2001, p. 88 e 89)

Foucault irá construir a noção de discurso e de saber/poder a partir da teoria nietzscheana do conhecimento como invenção humana, descartando-o como representante de uma origem extrínseca expressa em significação, posto, o simbolismo das palavras e a fragilidade da verdade manifesta pela linguagem, por símbolos e não signos. (Foucault, 2011a)

Essa característica não nos permite falar apenas de um único saber como expressão de verdade, mas de saberes que disputam a primazia do discurso aceito como verdadeiro. Neste sentido, a análise do discurso sobre drogas se gesta nesta dissertação a partir das disputas históricas que podem ser analisadas pelo processo arque/genealógico, onde verificamos os momentos de ruptura, de construção entre os saberes, entre as estratégias discursivas, que

---

filosófico, da experiência literária e da análise do discurso, concentrando seus esforços na análise da relação entre poder e governamentalidade e das práticas de subjetivação.

estabelecem uma compreensão de verdade para conhecer o mundo e a si mesmo. (Foucault, 2010a)

Desta forma, atrelamos o desenvolvimento da dissertação a uma aproximação das noções e conceitos de Foucault. O que nos levou a caracterizar a palavra “droga”, para além do seu conceito de *Pharmakon*, buscando imprimir a ela um conceito estendido e genérico, da mecânica do simbólico, como uma tentativa de aproximação e de expressão de algumas experiências e necessidades humanas, seja da transcendência ritualística, de hábitos e necessidades alimentares, sociais, culturais, identitárias ou terapêuticas.

Foucault, em a Ordem do Discurso, nos diz que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (Foucault, 2011a, p.10) Estamos nos referindo ao discurso que é gerado e que gera a forma de visão de mundo, a maneira como o homem se percebe e se gesta consigo mesmo, com o mundo e com suas próprias criações discursivas.

Partindo desse princípio, buscaremos no Capítulo I analisar os saberes sobre o vinho não apenas como objeto histórico, mas como construção em disputa, envolvido em intencionalidades, descaracterizando o sentido de descoberta e de procura de uma verdade original e irrevogável. Para isso, não iremos nos ater a uma cronologia dos acontecimentos, mas à intrincada trama de relações que lutam entre si para a criação de realidade dentro de uma concepção genealógica, de ruptura, de continuidades, descontinuidades e estratégias.

Na busca da “discórdia entre as coisas” (Foucault 2010a. P 18), buscaremos fazer uma comparação entre os saberes na construção do discurso e do conhecimento sobre o vinho em dois momentos históricos distintos, não na tentativa de equivalência, ou de busca de reconhecimento do mesmo objeto em suas fases evolutivas, mas na tentativa de evidenciar as estratégias discursivas e suas descontinuidades, continuidades, disputas e os conflitos entre saberes que geram a sobreposição de verdades, de invenções cognoscíveis.

Ao nos referirmos ao conhecimento sobre o vinho e a construção do discurso, não estamos falando do seu significado usual, como exposição metódica de um assunto que busca esclarecer a verdade acerca de alguma



coisa, como linguagem que desnuda o objeto através da razão, mas, sim, buscaremos evidenciar o discurso gerado a partir das necessidades humanas, histórico, como objeto em si mesmo, intencional e imbuído de pretensões de verdade e, por isso, também de interdição.

Desta forma, iremos trabalhar com a noção de saber a partir das pesquisas realizadas por Michel Foucault, que busca na emergência dos discursos, os saberes que entram em cena como mecanismos de poder e de subjetivação e que irão possibilitar o aparecimento de um novo sistema cognoscível, que atuará como mecanismo de normalização da vida, o saber das disciplinas, vista no capítulo I a partir da disciplina religiosa e seu encontro com os nativos da costa brasileira.

São os sistemas de controle do discurso aceito como verdadeiro, a saber, o sistema externo de exclusão e interdição e os procedimentos internos de controle do acontecimento e do acaso, que irão se relacionar com esse novo sistema de normalização, a disciplina, que diz respeito ao conjunto de métodos, às regras de definições e técnicas que irão inscrever o enunciado em certo horizonte teórico.

Sendo a partir da relação disciplinar, não mais religiosa, mas do direito em sua composição do edifício jurídico do Estado com as disciplinas da área médica e das ciências humanas e sociais, que iremos analisar no Capítulo II as condições de possibilidades da Política Nacional Antidrogas, PNAD/2002, e seu realinhamento pela Política Nacional Sobre Drogas, PND/2005, no Brasil. Teremos como ponto de partida as delimitações do discurso pela relação entre o sistema jurídico, próprio da constituição de soberania, e as disciplinas como formas de normalização da vida dentro do contexto de relações de poder que Foucault (2011b) estabelece a partir das sociedades modernas ocidentais, o biopoder.

Em Segurança, Território e População, Foucault (2008a) delimita o biopoder como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do séc. XVIII voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana.” (Ibidem, p. 03)

Partindo dessa concepção de biopoder, analisaremos no Capítulo III os dados do campo de pesquisa, observando algumas proposições<sup>4</sup> da abordagem genealógica elencadas por Foucault. (Ibidem) Ele faz 05 (cinco) proposições, das quais destacamos 03 (três). A primeira delas diz respeito aos mecanismos de poder, que não são tratados como uma teoria geral de poder, mas em particularidade, que estabelece uma relação de onde, como, entre quem, seguindo quais procedimentos e quais efeitos. A segunda proposição seria analisar as relações de poder, pois o poder não se funda, não é dado, mas é causa e efeito das relações entre forças e, a terceira, seria abandonar a ideia de um imperativo categórico para embasar o discurso, se aproximando de um imperativo condicional, que opere não como uma teoria geral, mas como indicadores táticos, (Ibidem, p.03 e 04) estratégicos e por isso, críticos.

A pesquisa foi inicialmente pensada a partir das mudanças normativas e governamentais que ocorrem na política estadual a partir do ano de 2007 e seus desdobramentos até o ano de 2010. Ocorre que, com o desenrolar da pesquisa e dos processos que são inerentes a ela, a partir do método arque/genealógico que adotamos, houve um deslocamento que levou à análise das condições de possibilidades das mudanças ocorridas em 2007, que passa a configurar não como ponto de partida ou chegada, mas como o espaço central de referência da pesquisa, como momento de ruptura que evidencia os discursos em disputa.

A opção pela análise do discurso dentro do conceito arque/genealógico e não historiográfico, nos possibilitou uma abrangência não só das condições de possibilidades das mudanças estruturais e normativas ocorridas no ano de 2007, como também nos conduziu a alguns apontamentos que dizem respeito a elementos da teia discursiva analisada ainda presentes e atuantes durante a escrita dessa dissertação.

O ano de 2007 é caracterizado pelo deslocamento do Conselho, então Conselho Estadual Antidrogas, CEAD, da estrutura da Secretaria Estadual de Justiça e Defesa do Consumidor, SEJCON, para a estrutura da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, SEASDH, que passa a configurar como órgão gestor do Conselho. O que implica uma série de mudanças estruturais e de direcionamento tanto do próprio Conselho, quanto dos mecanismos de atendimento que estavam atrelados a ele até então.

---

<sup>4</sup> Segundo as palavras do próprio autor, essas proposições devem ser encaradas como um “indicativo de opções” e não como “princípios”, “regras” ou “teoremas”. (Ibidem, p. 03)

A partir da consolidação da opção teórica e metodológica, iniciamos uma análise documental do acervo do Conselho, sendo nosso acesso gentilmente concedido pela SEASDH. Os documentos analisados, entre ofícios, editais, convênios e correspondência interna, foram selecionados a partir da sua relação com 3 (três) marcos principais: a criação do Conselho, ainda no período da Ditadura Militar brasileira; sua adequação aos preceitos democráticos a partir da Constituição Federal de 1988 e, por último, o período que precede a transição entre as Secretarias.

Na pesquisa *in loco* nos deparamos com importantes lacunas documentais, presentes com maior ou menor intensidade em todos os períodos analisados, o que direcionou essa fase da pesquisa para a leitura dos convênios estabelecidos pelo Conselho como conveniente ou como interveniente. A escolha em priorizar a leitura dos convênios se deu por dois motivos, primeiro pelo fato do material estar relativamente preservado e, segundo, por conta da opção pela análise do discurso. A leitura dos convênios nos deu várias e importantes pistas tanto dos normativos legais a que estavam referidos, quanto do contexto do discurso que estavam inseridos.

Frente a este cenário de escassez documental, foi fundamental buscarmos pontos de inflexão entre as estratégias discursivas encontradas no material pesquisado com o direcionamento da macropolítica estatal. Essa articulação se mostrou possível frente à minuciosa análise dos registros institucionais, que trazem na sua escrita os elementos necessários para a análise arque/genealógica. Isso nos possibilitou um exaustivo, mas rico processo de articulação e de entendimento dos documentos encontrados no Conselho com a realidade discursiva em que estavam inseridos, sendo fundamental também a utilização de mecanismos da internet, onde encontramos registros da mídia e também da organização governamental.

A leitura dos convênios nos aproximou da compreensão do caráter assistencial das ações do Conselho, que pode ser verificado desde o ano de 1988, quando se firma o convênio<sup>5</sup> nº 1434/88 que estabelece parceria entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, com a Secretaria de Estado de Justiça, SJU, que, através do Conselho, irá efetuar junto à comunidade universitária ações de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários “com problemas decorrentes do consumo de drogas.”

---

<sup>5</sup> Anexo 2.

Essa configuração das ações de caráter assistencial pelo viés da justiça nos levou a uma aproximação com a Assistência Social, recém-elevada ao *status* de Política Pública da Seguridade Social pela Constituição Federal de 1988. Neste sentido, nos debruçamos sobre os convênios que estabeleciam ações de atendimento direto à população dentro do caráter assistencial, quer seja de assistência social propriamente dita, ou de assistência em saúde.

Ao abordarmos no Capítulo III a Assistência Social do estado do Rio de Janeiro, o fazemos a partir do conceito de poder disciplinar<sup>6</sup> foucaultiano, de normalização da vida e em composição com o discurso de direitos, promovidos e pensados com e a partir do edifício jurídico do Estado em articulação com o modelo disciplinar.

Por fim, nas considerações finais apontamos para uma mudança pragmática e alguns indicativos de recrudescimento do modelo autoritário, que rompe com a vinculação histórica do Conselho, hoje, Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas do Rio de Janeiro, CEPOPD, com o modelo autoritário da Ditadura Militar brasileira, ainda remanescente no cenário político e jurídico do país. Esses indicativos estão relacionados diretamente com os rumos do direcionamento político da sociedade brasileira, dentro de uma concepção de biopoder.

---

<sup>6</sup> Ao nos referirmos à Assistência Social como disciplina, estamos necessariamente nos referindo ao seu escopo teórico a partir e oriundo das ciências sociais, dentro de uma relação de poder que vai além do controle social, mas que não o descarta, tendo em vista a relação disciplinar no contexto do exercício do biopoder.

## 1

**A Razão Dialética e a Emergência das Artes de Governar: estratégias discursivas sobre o vinho**

Neste capítulo, buscaremos evidenciar as disputas e as relações de saber/poder no discurso sobre o vinho em dois períodos históricos distintos: na construção mítica entre os gregos da Antiguidade Clássica e na construção colonial, durante o encontro da cultura europeia com os povos nativos da costa brasileira. Tentaremos demonstrar as estratégias discursivas em sua objetividade, no desenvolvimento das relações de governo e na emergência dos saberes sobre o vinho a partir da sua relação histórica, de saber/poder e de produção de verdade. Utilizaremos para isso as pesquisas realizadas por Michel Foucault na área do saber/poder e no processo arque/genealógico de análise.

É a partir do que ele chama de práticas discursivas, ou seja, a partir das estratégias e articulações da linguagem que se formará o conhecimento e as leis da verdade, que só podem se estabelecer como tal a partir da guerra, da luta, da oposição ao seu divergente. Sendo no discurso que a articulação da linguagem, o saber, se entrelaça às estratégias de poder, pois se estabelece como verdadeira, como força positiva e criativa que passa a configurar como verdade utilizável dentro de novas articulações discursivas, na criação de racionalidades e formas de dominação, exclusão e interdição. O poder, neste sentido, se mostra como força naturalizadora do saber nas relações, na criação e validação dos discursos em disputa, no modo de pensar, ver e sentir. (Foucault, 2011a)

O discurso verdadeiro, a princípio, o discurso revestido de potência, positivo e criativo de uma ética e de uma moral, estará sempre em disputa com outros discursos e, é nesse embate que se afirma o território privilegiado de análise arque/genealógica, como afirma Foucault, “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”. (Foucault, 2010a, p.18) A análise das disputas entre os discursos irá nos auxiliar nesse passeio pelas linhas curvas do saber sobre o vinho, não na uniformidade do objeto, em sua forma acabada e pronta, mas nas suas relações conflitivas e ‘locais’, de disputa, de cisão e, por isso, de produção de saber e de poder.

Ao nos indagarmos sobre a existência na cultura grega de um saber mítico e pré-socrático sobre o vinho, faz-se necessário recorrermos a alguns temas da mitologia helênica para desenvolvermos essa questão. O mito de Dionisos<sup>7</sup>, deus do êxtase, da música e também do vinho, pode nos oferecer várias pistas para elucidar essa questão através dos seus rituais de orgia, de embriaguez e através da sua oposição complementar a Apolo, deus da beleza, do equilíbrio, do sonho e da razão.

Na obra intitulada “A Origem da Tragédia”, trabalho desenvolvido por Nietzsche, (2006) essa oposição complementar dará origem a uma forma específica de arte, a Tragédia Grega, vista pelo autor como uma forma de conhecimento estético a respeito de si e do mundo que será solapada pela emergência da razão dialética<sup>8</sup> a partir da construção do pensamento de Sócrates,<sup>9</sup> como forma de superação do conhecimento produzido e validado pela experiência mítica. O discurso socrático não ignora a existência dos deuses e mitos, mas os conduz para a posição de contrários através da dialética e sua forma de entendimento pela oposição, pelo estabelecimento da contradição como forma de inteligibilidade e desvelamento da verdade.

Desta forma, tentaremos buscar na mitologia grega formas de entendimento e de uso do vinho que nos remetam à experiência estética do mito e às condições de possibilidades de superação dessa forma de conhecimento pela dialética, por uma nova forma de subjetivação e criação de regime de verdade e de conhecimento.

---

<sup>7</sup> Nesta dissertação, utilizaremos a grafia “Dionisos” no plural por entendermos que não se pode falar apenas de um único deus do vinho na Grécia Antiga, mas de vários deuses que são identificados e incorporados pelo mito, presentes, inclusive, na simbologia de seus vários nascimentos e metamorfoses.

<sup>8</sup> O conceito de dialética é utilizado por diferentes correntes filosóficas, sendo que, iremos nos restringir ao seu conceito original, dialógico, da contraposição de ideias que leva a outras ideias, na tentativa de aproximação entre as ideias particulares e as ideias ditas universais ou puras, a busca do conhecimento verdadeiro representado pela filosofia de Platão e Sócrates.

<sup>9</sup> Sócrates (469 a.c – 399 a.c) – Filósofo grego, um dos mais importantes ícones da filosofia ocidental; mestre de Platão, não deixou escritos próprios, sendo conhecido através dos Diálogos de Platão, das obras de Xenofonte e de Aristófanes; tem na *maiêutica* (parto das ideias) e no lema delfico “conhece-te a ti mesmo” uma das principais características de seu pensamento, defensor do logos apolíneo e do pensamento dialético.

## 1.1

### Os Rituais Dionisiacos e a Emergência da Razão

Até a década de 1950 acreditava-se que Dionisos era um deus tardio, incorporado pela cultura grega após a formação dos mitos que estabeleciam os deuses olímpicos, mas, segundo Brandão (1987), com a tradução de outros documentos gregos verificou-se que o mito de Dionisos é contemporâneo aos deuses olímpicos, porém, como Dionisos é um deus ligado à terra e à vegetação, ficou durante muito tempo restrito ao mundo rural, ao mundo fora da polis grega<sup>10</sup>.

Dionisos, também conhecido como deus do entusiasmo e do bom humor, plantou as primeiras videiras e ensinou aos homens a fabricação do vinho. Este acontecimento era celebrado em ruidosos rituais onde as regras sociais eram rompidas, onde o homem grego podia experimentar o êxtase divino, a embriaguez dionisiaca, e se aproximar de seus desejos mais profundos, desejos esses que eram apresentados como o próprio deus, como veremos mais adiante.

Dentre as várias mitologias sobre o nascimento de Dionisos, também conhecido como Zagreu, temos sua concepção como fruto da relação entre Zeus, o deus mais poderoso do Olimpo, e a princesa tebana Sêmele. Esta relação e o filho que Sêmele esperava não foram aprovados pela esposa divina de Zeus, a deusa Hera, que em um estratagema convenceu Sêmele a fazer um pedido mortal a Zeus.

Após o fazer jurar que realizaria seu pedido, Sêmele pede a Zeus que se mostre em todo o seu esplendor divino. Zeus a adverte que isso a matará, mas convencida por Hera, Sêmele mantém seu pedido e acaba morta ao contemplar o deus em sua forma divina. Em sua morte, Sêmele dá a luz de forma prematura a Dionisos, e Zeus, penalizado, salva a criança colocando-o dentro de sua coxa

---

<sup>10</sup> Foi com a derrocada dos eupátridas que inicialmente habitavam a polis e que detinham armas para sua defesa e terras para seu sustento, que surgem os primeiros sinais da democracia grega e a incorporação à polis de todos os homens nascidos livres. É nesse momento que o mito de Dionisos é introduzido à arena dos deuses olímpicos. (Brandão, 1987 p 117)

até o fim da gestação. Dessa forma Dionisos tem dois nascimentos, como semideus filho de Sêmele e como imortal filho de Zeus.

As perseguições de Hera continuam após o nascimento de Dionisos, fazendo com que esse fosse criado fora do Olimpo, escondido em cavernas, metamorfoseado na forma de animais, perseguido pelos Titãs que chegam a dilacerar seu corpo e o comer. Este e outros fatos fizeram com que Dionisos tivesse vários nascimentos o que lhe conferiu a qualidade da transformação, já que sua alma é imortal e apenas sua representação física podia ser destruída. Esta característica o fez deus também da metamorfose.

A ligação de Dionisos com o campo lhe confere as características do mundo rural, sua ligação com a vegetação dá sentido aos rituais em sua homenagem que eram celebrados na vindima, no período de colheita da uva e da fabricação do vinho, inscrevendo o deus, utilizando os termos de Nietzsche (2006), em sua natureza “úmida” e “ígnea”. Sua natureza úmida está ligada à própria vegetação, ao ambiente propício para o crescimento estático e contínuo, que encontra na embriaguez ritualística sua conexão com a natureza ígnea, como filho gerado e gestado por Zeus, deus do trovão. O ígneo lhe confere o ímpeto, o movimento, a explosão necessária para a metamorfose, para a mudança e para o movimento.

Como veremos mais adiante, essa natureza úmida e ígnea de Dionisos está presente na arte grega, através da tragédia grega, que inicialmente era composta por um ator e o coro de sátiros,<sup>11</sup> uma alusão a Dionisos e seus seguidores. Na apresentação da tragédia grega não havia uma representação teatral, como a entendemos hoje, a apresentação se dava como manifestação e não havia o conceito de plateia. Em uma aproximação limitada, podemos dizer que a plateia era o coro, mas que não estava ali para entender de forma dialética, mas para sentir de forma participativa e criativa.

---

<sup>11</sup> Figuras mitológicas, metade homens, metade bodes. Eram seguidores de Dionisos e do deus Pan (protetor dos pastores)



Dos faunos o cortejo alegre e rude, rodeia Dionisos/Baco, cuja fronte a hera cinge, como a Apolo, e a quem espera, como a Apolo, a eterna juventude. Em torno ao jovem deus, lindas bacantes, címbalos, tirsos, plantas carregando, da embriaguez se mostram presa, quando bem alto entoam versos delirantes.<sup>12</sup>

O sentir e o criar da tragédia grega tinha como um dos seus instrumentos o êxtase, a embriaguez do coro que era atingida através do vinho e da música, e, segundo Nietzsche, essa percepção estética do mito é a que melhor traduz o espírito grego pré-socrático, a aproximação com a natureza em seu aspecto mais alegre e mais rude, porém, delimitado pelo ritual, inserido no Olimpo e partícipe de sua natureza divina.

A apresentação mitológica para os gregos antigos era desprovida de objeto e de conceito, sendo compreendida como um modo de significação, uma forma intrínseca de simbolismos, algo como uma metalinguagem, já que se configura numa segunda língua que fala da primeira. Não se pode, por exemplo, incorrer no significado de várias palavras gregas sem a relacionarmos com o mito. O entendimento da palavra “Οἶνος”, que significa “vinho”, está miticamente e etimologicamente ligado a “Οἶνεύς” (Oineús), Eneu, rei de Cálidon<sup>13</sup>, que segundo a mitologia foi o primeiro mortal a receber os ensinamentos de Dionisos para a fabricação do vinho, que em agradecimento pela hospitalidade recebida no reino concedeu o nome do rei à bebida que se apresentava aos mortais. (Brandão, 1991b, p.332)

O cultivo das videiras e o *modus operandi* da fabricação e do consumo do vinho eram vistos como presentes divinos que, dentro da sua compreensão ritualística, possibilitavam ao homem grego uma experiência mística das condições “ígnea” e “úmida” de Dionisos. Assim como o próprio deus, o homem grego estava sujeito à alegria, ao êxtase e aos excessos da embriaguez, como nos conta o mito do rei Icário.

Ao presentear o rei com o vinho divino, Dionisos adverte que o mesmo deveria deixá-lo em local seguro, fora do alcance dos visitantes e que deveria servi-lo em doses moderadas. Ao ignorar as recomendações de Dionisos, Icário

<sup>12</sup> Canção de brinde, de Longfellow, in Bulfinch, 2000, p. 197

<sup>13</sup> O Mito grego passa por várias transformações ao longo dos séculos até seu registro na forma escrita, e mesmo estes podem conter informações diferentes, o que não necessariamente incorre em contradição ou erro, já que podem se referir a momentos históricos e localizações geográficas diferentes, o que imprime circunstâncias locais na descrição do mito. (Brandão, 1991a. p. 332)

termina assassinado pelos pastores do reino que beberam do vinho até não mais saberem o que faziam. O corpo de Icário foi jogado em um poço e coberto por pedras. Mais tarde, sua filha, Eurígones, não suportando a perda do pai, enforca-se em uma árvore que pendia ao poço, e sua cadela, Maira, uiva perto do corpo de sua dona até cair morta. Compadecidos com o fim trágico do trio, Dionisos e Zeus os transformaram em constelações, para livrar-lhes do mundo subterrâneo. (Stephanides, 2001, p. 93)

O mito de Dionisos encerra em si uma dimensão trágica, própria dos excessos, da embriaguez, da quebra de barreiras sociais e da consequente ausência de medidas que sustentam as formas de civilidade. Essas características colocam Dionisos em franca oposição a Apolo, deus da luz, da beleza plástica, do sonho e do “lógos” (razão). Estas qualidades por sua vez, conferem a Apolo a primazia sobre a forma, sobre a beleza da criação e sobre o sonho, que é sua maneira preferida de enviar mensagens aos homens, através do sonho daquele que antevê a realidade que já existe antes mesmo de seu acontecimento.

Nietzsche (2006) fala sobre a oposição entre Dionisos e Apolo através da relação entre a embriaguês e o sonho. O sonho apolíneo como processo de individuação, onde o aparente encontra na criatividade onírica sua liberdade estética, sem, contudo, deixar de ser ilusão. Neste processo, o homem é sabedor de si diante da ilusão, sendo a plasticidade da forma onírica seu instrumento de conhecimento. Este processo é oposto à embriaguez dionisíaca, onde cai por terra toda individuação, toda separação entre o homem e a natureza do sonho.

O homem deixa de saber de si, diante da realidade que se apresenta no sonho, para ser em conjunto, para ser o coro dionisíaco. Por este motivo, nos rituais dionisíacos os homens e mulheres se despiam de seus títulos, de toda sua exterioridade, seja o de homem livre ou o de escravo, caíam todas as barreiras sociais e o que era contido, represado, se esvaía na transcendência do êxtase. É importante observar que o êxtase tem a característica de ser em ‘si mesmo’ e não ‘de si mesmo’, o que lhe confere a transcendência, o completo desaparecimento do ‘eu’ como significado.

...O homem diviniza-se, sente-se Deus, e por isso a sua atitude é tão nobre e tão extática como a dos deuses que ele viu em sonhos. O homem deixou de ser artista para ser a obra de arte: o poderio estético de toda natureza, agora a serviço da mais alta beatitude e da mais nobre satisfação do Uno primordial, revela-se neste transe, sob o frêmito da embriaguez.<sup>14</sup>

A expressão artística da Tragédia Grega, segundo Nietzsche (2006), representa a junção desse duplo caráter, o espírito apolíneo e o espírito dionisíaco que dentro da complementaridade, posto pelo pensamento de Heráclito,<sup>15</sup> de interdependência dos opostos, traz à tona a noção de “forma” e “não forma”, o “ser” e o “não ser” inscritos no conflito da unidade, o devir em um processo de harmonia dissonante, onde o ideal e o real ganham movimento na dança eterna do “vir a ser”.

O entendimento da expressão artística da tragédia grega nos interessa por opor a noção de “lógos”, inscrito na delimitação da forma como processo de representação do mundo e a noção de transcendência pelo “êxtase”, inscrito na embriaguez ritualística, na ausência de forma, como meio de pertencimento e de união com o todo, não como meio de representação. Esta oposição, entre o “lógos” como tentativa de significação do mundo e do homem com o “êxtase”, que tem um fim em si mesmo, conferem à Tragédia Grega uma composição estética que transita entre a identificação com o natural através da extinção do “eu” e a oposição a este mesmo natural, através do seu aprisionamento pelo símbolo, pela representação.

Dessa interação se constitui o espírito da arte grega na interpretação do mundo e de si mesmo, a meio caminho entre a fé e a razão, entre o otimismo da razão, positiva e idealizadora da objetividade do mundo e o pessimismo do “não ser”, negativo em princípio, que não se objetiva, mas que se subjetiva no todo. É esse o espírito grego que encontraremos no nascimento da tragédia escrito por Nietzsche, da oposição complementar e em disputa entre Apolo e Dionisos, oposição esta que irá gerar a arte grega em sua maior representação, a tragédia, mas que também assistirá sua morte.

O aparecimento de Sócrates, e sua convicção na razão filosófica como única forma de entendimento salutar do mundo, representa para a Tragédia Grega o que Nietzsche chama de “suicídio”, de morte “trágica” dessa forma de

<sup>14</sup> Ibidem, p.24

<sup>15</sup> Heráclito de Éfeso – (535 a.c – 475 a.c) Filósofo pré-socrático, fundador da doutrina da unidade dos contrários.

arte. “No princípio tudo estava confundido; veio então o intelecto e criou a ordem”. (Anaxágoras, in *Ibidem*, p. 82)

A razão socrática perpetrou profundas modificações na maneira grega de lidar com as formas de conhecimento e da arte. Bane-se a embriaguez dionisíaca, o incontrolável, o não ser, e instaura-se como quixá único deus, não Apolo, mas partes dele: a forma, a beleza otimista e o lógos.

Eurípides<sup>16</sup>, contemporâneo de Sócrates e partícipe de sua filosofia, imprime um novo estilo à arte grega da tragédia, tendo como princípio que “tudo deve ser inteligível para ser belo”, o que Nietzsche associa ao princípio socrático que diz: “tudo deve ser consciente para ser bom”. (*Ibidem*, p. 83) Este princípio traz em si uma interdição à embriaguez dionisíaca, pois substitui a subjetivação do todo pela dialética.

A forma do sonho apolíneo é aprisionada pela razão, essa guerreira otimista e belicosa em princípio, que buscará subjugar todas as formas de representação da realidade, dando um golpe mortal na forma de conhecimento pela transcendência, pela subjetivação do todo através da embriaguez dionisíaca.

Na Tragédia de Eurípides, o coro dionisíaco desaparece e junto com ele o conhecimento pela manifestação, o êxtase que aniquila o indivíduo e o transforma no todo. No lugar do coro dionisíaco se apresenta o autor dialético, que através da encenação teatral da razão, apresenta suas ideias, não mais se subjetiva no todo, mas se objetiva através do ensinamento lógico, do entendimento de uma plateia. O movimento criativo deixa de ser “em si” para ser “de si”, através do “ensinamento” dialético, lógico, racional e filosófico.

Pela tua beleza que se curva  
Ante maior beleza que te vence,  
Pelo nosso valor adivinhando  
Entre tuas mentiras a verdade,  
Não te choramos! Dar-nos-á o mundo,  
Depois do velho reino, outro reinado.

Pã é morto!

<sup>16</sup>Eurípides (também grafado Eurípides; do grego antigo: Εὐριπίδης), foi um poeta trágico grego do século V a.C

O mundo deixa além as fantasias  
 Que, em sua juventude o embalaram  
 E as fábulas mais belas e mais vivas  
 Tolas parecem em face da verdade.  
 De Febo o carro terminou o curso!  
 Olhai de frente o Sol, olhai poetas!

E Pã, e Pã é morto!<sup>17</sup>

A morte de Pã, anunciada nos versos de Elizabeth Browning,<sup>18</sup> fala do fim da era do Olimpo e da natureza dos deuses, anunciando o nascimento de outros tempos, a era da verdade, do conhecimento dito verdadeiro pela indução do particular para o universal, para a essência de todas as coisas, o princípio, único verdadeiro possível. São essas características que irão marcar o nascimento de uma nova era, já muito distante no tempo dos áureos momentos da Grécia Antiga, mas que se referem às estratégias discursivas do discurso verdadeiro: nasce a era cristã.

## 1.2

### **O Saber da Disciplina Religiosa sobre as Festas de Vinho e a Emergência da Governamentalidade.**

As culturas autóctones, encontradas pelos primeiros europeus no continente americano, realizavam e ainda realizam rituais míticos ou, para nos atermos à terminologia da época das Grandes Navegações e período colonial, rituais pagãos, onde os gentios<sup>19</sup>, como também eram chamados, celebravam e perpetuavam sua história, seus costumes e sua identidade como povo, conforme escreve o Padre Jesuíta Jácome Monteiro no ano de 1610, ao descrever uma dessas festividades entre a população nativa do Brasil colônia:

<sup>17</sup> Browning, E. Barret, "Pã é Morto", in Bunfinch, 2000, p.207

<sup>18</sup> Poetisa inglesa da época vitoriana.

<sup>19</sup> Destacamos que o material sobre o qual estamos trabalhando, não tem como foco o nativo da terra do Novo Mundo, mas, sim, os discursos produzidos a partir do contato com a cultura local.

[...] tomando novos nomes, conforme aos contrários que matam, dos quais chegam alguns a ter cento e mais apelidos, e em os relatar são mui miúdos. Porque em todos osinhos, que é a suma festa deste gentio, assim recontam o modo com que os tais nomes alcançaram, como se aquela fora a primeira vez que a tal façanha acontecera, e daqui vem não haver criança que não saiba os nomes que cada um alcançou, matando os inimigos, e isto é o que cantam e contam. Contudo os cavaleiros nunca fazem menção dos seus nomes, senão quando há festas de vinho, na qual só se ouve a prática da guerra, como mataram, como entraram na cerca dos inimigos, como lhe quebraram as cabeças. Assim que osinhos são os memoriais e crônicas de suas façanhas.<sup>20</sup>

Monteiro observa nestas festas deinhos os costumes e as peculiaridades do nativo da terra, denominando-o primeiramente como gentio, que em um processo aparentemente ritualístico se renomeiam através do nome dos inimigos que mataram, transmitindo e perpetuando seus nomes e conhecimento sobre guerra à tribo, já que não “há criança que não saiba os nomes que cada um alcançou”. Em outro momento do texto, Monteiro também se refere aos nativos como “cavaleiros”, que nunca fazem menção de seus nomes, a não ser por ocasião das festas deinhos.

Para avançarmos além do texto de Monteiro<sup>21</sup>, sem, contudo, deixar de realizá-lo, precisamos recorrer a outro componente da Companhia de Jesus, o Provincial Padre Luís da Grã que, em correspondência com o Padre Inácio de Loyola no ano de 1554, nos fornece mais dados ao presenciar acontecimento correlato ao que Monteiro mais tarde chamaria de festas deinhos, ele diz:

Y lo que más los tiene ciegos, es el inçassiable appetitu que tienen de vengança, em lo qual consiste su honra, y com esto el mucho vino que beven, hecho de raíces o de frutas, que todo a de seer masticado por sus hijas y otras moças, que de solas ellas em quanto son vírgines usão pera este officio. Ni sé otra mejor traça de infierno que ver una multitud dellos quando beven, porque pera esso combidan de mui leixos; y esto principalmente quando tienen que matar o comer alguna carne humana, que ellos traen de moquen.<sup>22</sup>

Este último fragmento traz a noção de que os nativos fabricavam suas próprias bebidas, semelhantes ao vinho europeu, mas feitas de raízes e de

<sup>20</sup> Monteiro, 1610, in Leite, 1949 p.409-410.

<sup>21</sup> Em nossa tentativa de evidenciar as práticas discursivas dos escritos de Monteiro, não nos ocorre tentar traduzir a subjetividade de quem fala, seu lado de mistério insondável, mas, sim, a forma instituída pela relação saber/poder na intencionalidade do discurso e como isso afirma e produz verdade na compreensão do acontecimento histórico.

<sup>22</sup> Carta do Padre Luís da Grã ao Padre Inácio de Loyola, Roma (Bahia, 27/12/1554) in Leite 1954 (III):132-133.) apud Fernandes, 2002, p. 46

frutas em um processo muito próprio, mastigado pelas mulheres jovens da tribo, em um ato nitidamente ritualístico, pois só a elas é dada a fabricação. As observações de Da Grã encerram também uma noção moral e antropológica, pois fala dos costumes de vingança que consistem na própria honra dos nativos, associado ao ato do beber ritualístico e principalmente da antropofagia. Presenciar esse acontecimento histórico nos escreve Da Grã, foi como que presenciar a imagem do inferno, o que encerra no discurso sua compreensão cristã do acontecimento.

A partir desses fragmentos, podemos intuir o que Monteiro chama de “festas de vinhos”, não através dos acontecimentos históricos em si, que se apresentam distintos geográfica e cronologicamente, mas pela doutrina e o saber/poder que envolve a prática discursiva que utilizam. Tanto Monteiro como Da Grã falam a partir de um saber que os autoriza ao mesmo tempo em que os limita na sua prática discursiva, ambos falam a partir da doutrina religiosa professada pela Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534.

A Companhia de Jesus é criada em meio à contrarreforma católica frente ao avanço protestante na Europa, sua presença em terras da colônia portuguesa do Novo Mundo se dá a partir do ano de 1549 com o envio de 6 (seis) jesuítas com a finalidade de conversão dos nativos da terra, esses são enviados na companhia do primeiro governador geral da colônia, Tomé de Souza. (Castelnau-L'Estoile, 2006, p. 18-19)

No Regimento de Tomé de Souza<sup>23</sup>, o rei de Portugal D. João III justifica dessa forma a presença política e religiosa na colônia:

Porque a principal cousa que me moveo a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi pera que a gente dela se convertesse a nossa fee católica, vos recomendo muito que pratiques com os ditos capitães e oficiaes a melhor maneira que pera isso se pode ter e de minha parte lhes direis que lhes agradecerei muyto terem espiccial cuidado de os provocar a serem christãos e pera eles mais folgarem de ho ser tratarem bem todos os que forem em paz.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> O Regimento de Tomé de Souza deu as linhas gerais da administração da colônia, vigorou de 1548 até 1677, sendo paulatinamente completo por leis referentes a pontos mais específicos. (Thomas, G. Política indigenista dos portugueses no Brasil 1500-1640. São Paulo, Loyola, 1982. p. 59-71, in Castelnau-L'Estoile, 2006, p.18)

<sup>24</sup> Thomas, G, Política indigenista no Brasil 1500 -1640. São Paulo:Loyola, 1982.p59-71 in Castelnau-L'Estoile, 2006, p. 18

A expansão ultramarina de Portugal está intimamente ligada à busca por riquezas e sua relação com a expansão da Igreja Católica, que através da “bula pontifical *Inter Coetera* (1493) dividiu o mundo em duas zonas, uma reservada à coroa de Portugal e outra à de Castela”. (Castelnau-L’Estoile, 2006, p. 17-18) A *Inter Coetera* concedia aos reis de Portugal e Castela, hoje Espanha, o controle da Igreja no âmbito das expansões marítimas, que a *posteriore* deveriam ser colocados sob a aprovação do Papa. A esse sistema político e religioso deu-se o nome de Padroado, que iniciou com a expansão portuguesa pelo Norte da África e estendeu-se a todas as colônias de Portugal e Espanha, a partir de então sendo a lógica fundante da Companhia de Jesus em suas missões de evangelização e conhecimento das diversas culturas do mundo. (ibidem, p. 17-18)

O governo que se estabelece nas colônias portuguesas tem uma dimensão não somente da soberania política e administrativa do Estado, mas se estabelece em pluralidade, pois se constrói e se legitima também a partir da multiplicidade de práticas de governo. No exame de *Miroir politique*, de Guillaume de La Perrière<sup>25</sup> de 1567, Foucault (2010a) propõe que analisar a arte de governar o Estado, que tem sua formação a partir do Séc. XVI, requer uma observação das práticas de governo em multiplicidade, já que entende governo e governante além de sua forma puramente jurídica e descontínua entre o poder do monarca e as outras formas de poder. La Perrière flexibiliza a condição de governante, ao dizer que “governante pode ser chamado de imperador, rei, príncipe, magistrado, prelado, juiz e similares”. (La Perrière, 1567, p. 24 in Foucault, 2010a, p. 280)

Essa multiplicidade de governantes requer o exercício das ações de governo em sua forma imanente em relação ao Estado e à sociedade, o que se opõe ao conceito de soberania de um único governante. A noção de multiplicidade de governos e o caráter imanente de suas ações em relação ao Estado e à sociedade conferem, ao monarca governando seu Estado, o caráter de mais uma prática de governo em meio às outras, o que se opõe radicalmente à singularidade, exterioridade e transcendência apresentadas em “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Nasceu em Toulouse, hoje parte da França, entre os anos de 1499 e 1503.

<sup>26</sup> Nasceu em Florença, Itália, no ano de 1469. Foi historiador, poeta, diplomata e músico do período do Renascimento. Maquiavel faz um tratado sobre a habilidade do príncipe em exercer o



Sendo a partir da oposição entre a singularidade do príncipe de Maquiavel e a noção de multiplicidade dos governos e governantes, que podemos analisar a citação de La Mothe Le Vayer feita por Foucault, (2010a) que fala sobre a existência de três formas de governar: “o governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito ao acúmulo de riquezas e a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política.” (ibidem, P.280)

Foucault, em *Segurança, território e população* (2008a) e no *Nascimento da Biopolítica* (2008b) dará outra dimensão à noção de multiplicidade de governos ao inserir o conceito de governamentalidade. “A multiplicidade deixa de ser entendida em termos de correlação estratégica entre as forças, para ser proposta como campo de ações possíveis e limitantes do exercício de governo diante das efetivações políticas unitárias e acabadas”. (Candiotto, 2010 p.35)

O conceito de governamentalidade irá contrapor a multiplicidade de governos com o conceito de soberania em um complexo jogo de poder, onde o Estado não tem um caráter estatizante a partir de uma unidade soberana, mas sim é governamentalizado a partir da multiplicidade, que limita a soberania em sua forma unitária. (ibidem)

Dentro dessa analítica do poder, bem governar não só vai além dos limites de manutenção do território e dos súditos pelo soberano “Maquiavélico”, como passa a incluir a relação de imanência das artes de governar com o poder soberano, forma de governo que irá se desenvolver primeiramente no Séc. XVI e mais notoriamente a partir do Séc. XVIII. (ibidem)

Posto estas observações, podemos retornar às condições de possibilidades do discurso do Séc. XVI e início do Séc. XVII, no que concerne à experiência da doutrina religiosa da Igreja Católica na emergência e na interdição dos saberes sobre a cultura do nativo da colônia portuguesa do Novo Mundo.

---

poder, tendo como imperativo “manter, reforçar e proteger este principado, entendido não como o conjunto constituído pelos súditos e pelo território, o principado objetivo, mas como relação do príncipe com o que ele possui, com o território que herdou ou adquiriu e com os súditos.” (Foucault, 2010a, p.279)

Retornando ao texto de Monteiro (1610), o termo “gentio” encerra em si duas noções que são capitais para o entendimento do discurso dos primeiros religiosos que tiveram contato com os nativos, que são: o de homem não judeu, que é apropriado em neologismo pelo cristianismo e o de homem não civilizado a partir da perspectiva de quem fala. (Houaiss, 2004) A primeira tem um caráter marcadamente religioso, pois evidencia que os nativos não eram cristãos e, por isso, alvos em potencial da catequese Católica expansionista, posto seu sentido de fora, de não pertencente à religião de quem fala.

A segunda forma de leitura do termo seria a de inclusão de quem fala através da exclusão pejorativa do outro que é falado, “gentio” em sua forma judaica e pré-cristã, que estabelecia de forma negativa as demarcações entre a civilização do povo escolhido pelo único Deus verdadeiro e a barbárie dos povos que adoravam os deuses falsos. O outro termo que Monteiro utiliza ao se referir aos nativos, “cavaleiros”, pode ser lido a partir da concepção medieval, onde os cavaleiros eram guerreiros que faziam parte da nobreza, talvez uma alusão aos nativos cristianizados, que praticavam os rituais cristãos, mas que lembravam seus nomes, de suas crônicas e de suas origens durante as festas de vinhos.

Dentro desta compreensão, a noção de festas de vinhos está inscrita na dimensão ética do governo de si descrito por Foucault (2010a). A gentilidade dos nativos que os incluía na possibilidade de conversão à fé cristã, também os interditava, em sua forma discursiva, a partir do que Foucault (2011a) chama de uma teratologia do saber, que coloca à margem tudo aquilo que não pode ser incorporado, em sua instância temporal, por uma disciplina, nesse caso, a disciplina teológica da Companhia de Jesus. A moralidade dos costumes dos nativos, tão destoantes dos costumes cristãos, ganha uma dimensão ameaçadora e teratológica – também presente no termo festas de vinhos - pois além de representar uma dificuldade na conversão dos nativos, também se mostrava perigosa para a salvação da alma do próprio missionário, como mostra Castelnau-L’Estoile (2006):

A formação do noviço e mais tarde do escolástico consiste precisamente num trabalho sobre si, ao mesmo tempo intelectual e espiritual, construindo a identidade jesuíta que ele deve finalmente incorporar. Dessa forma, quanto mais tarde se enviar um escolástico para o meio indígena, melhor ele estará

preparado para conservar sua identidade de jesuíta ou, em outros termos, para resistir às tentações da vida indígena.<sup>27</sup>

O governo de si tem uma dimensão fundamentalmente ética e teológica, de governar-se a si mesmo para poder governar o outro, conceito que se desenvolve a partir da tecnologia da pastoral cristã<sup>28</sup> que tem Deus como o pastor perfeito e os homens como seu rebanho. Aquele que tem para si a função de ser pastor e rebanho, seja o rei, o padre ou o chefe de família, deve refletir as virtudes do grande criador, não apenas em benevolência, mas na prática do bom governo de si para melhor conduzir a si mesmo e ao outro. (Candiotto, 2008)

Na governamentalidade não há uma separação entre o governo de si e o governo do outro:

Trata-se apenas de uma distinção de ênfase, de perspectiva para identificar diferentes domínios de análise. "Chamo 'governamentalidade' o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si" (Foucault, 1994b, p. 785). Foucault quer mostrar que a governamentalidade abrange tanto as diferentes maneiras de governar os outros quanto as diversas modulações do governo de si mesmo.<sup>29</sup>

A arte de governar, como já foi dito, além do governo de si mesmo, implica também o governo da família e a ciência de bem governar o estado, são essas três formas de governo que se apresentam no processo colonial em disputa pelas estratégias do discurso e das ações diante do fato histórico representado por festas de vinhos e, na tentativa de evidenciar esses governos, iremos rever alguns fragmentos de textos que nos informam acerca dos discursos e dos saberes que emergem e ou são interditados, a partir do encontro

<sup>27</sup> ibidem, p. 171

<sup>28</sup> O governo pastoral é uma invenção cristã porque a relação entre pastor e rebanho que caracteriza sua direção de condutas dificilmente é localizada nos textos gregos clássicos (com as exceções notáveis dos diálogos platônicos *Crítias*, *República*, *Leis* e *O Político*), bem como praticamente inexistente no pensamento político do Império romano. Entre gregos e romanos governa-se diretamente cidades ou impérios e apenas indiretamente as pessoas que neles habitam. Metaforicamente considerado, o governo da cidade grega assemelha-se ao do piloto de uma embarcação cuja função é conduzi-la ao porto seguro, sendo o governo da tripulação exercido indiretamente (Foucault, 2004, pp. 126-127). Tal arte ou tecnologia de governo é notável no aspecto religioso, já que entre os gregos inexistia a ideia de que deus conduz o povo, da mesma maneira como mais tarde o pastor conduzirá seu rebanho no cristianismo ocidental. O deus grego funda a cidade, ajuda na construção de seus muros, tem sua morada num lugar privilegiado, configurando um deus territorial. (Candiotto, 2008)

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302008000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302008000200004)

<sup>29</sup> ibidem

entre europeus e os povos nativos do Novo Mundo. Iniciaremos com um trecho da carta atribuída a Pero Vaz de Caminhas no ano de 1500, que relata ao rei de Portugal, Dom Manuel I (1469 a 1521), a chegada de sua esquadra às terras do Novo Mundo e suas impressões no contato com os nativos da terra:

...viu um deles umas contas de rosário, brancas; fez sinal que lhas dessem, e folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço; e depois tirou-as e meteu-as em volta do braço, e acenava para a terra e novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se dariam ouro por aquilo.<sup>30</sup>

Ao descrever o encontro entre alguns nativos e a tripulação da esquadra portuguesa, Caminhas relata que são recebidos em solenidade pelo capitão do navio. Quando relata: “e acenava para a terra e novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se dariam ouro por aquilo”, encerra na intencionalidade do discurso a noção de ‘riquezas’, objetivo primeiro das Grandes Navegações que a tinham por discurso que autorizava e oficializava a expedição. A busca por especiarias, metais preciosos e novas possibilidades de comércio, o que se entendia por riquezas, foi um dos fatores que possibilitou os investimentos necessários para as Grandes Navegações e posteriormente justificou a colonização. (Colombo, 1991)

A expansão ultramarina e a busca por riquezas dos recém-unificados Estados europeus, em especial, por serem os primeiros, Portugal e Espanha, estão inscritas no que Foucault (2010a) se refere como convergência de dois processos na “arte de governar” nos Séc. XVI e XVII. O primeiro diz respeito à “superação do sistema feudal, na instauração de grandes Estados territoriais, administrativos e coloniais” e o segundo, em “processo inteiramente diverso, mas que se relaciona com o primeiro, que, com a Reforma Protestante e em seguida com a Contra-Reforma Católica, questiona a forma como se quer ser espiritualmente dirigido para alcançar a salvação”. (ibidem, p. 278)

A relação entre essas duas formas de governo, o governo de si, em sua dimensão ética e moral e a arte de bem governar o Estado, que está intimamente ligada à capacidade de gerenciar e produzir riquezas irá articular várias estratégias e práticas discursivas a respeito dos nativos do Novo Mundo em sua dimensão moral, jurídica e política.

---

<sup>30</sup> Carta de Pero Vaz de Caminhas in Ribeiro e Moreira Neto (1992:85) in Fernandes 2002, p. 39

A dimensão moral, marcadamente religiosa, toma vulto principalmente a partir da chegada dos jesuítas e seus estudos sobre a língua e a cultura nativa. A observação sistemática sobre os costumes do homem da terra estão inseridas dentro das possibilidades de entendimento da religião Católica e da necessidade de salvação da alma, tanto do nativo quanto do próprio missionário, que se impõe a partir do reconhecimento de sua humanidade, conforme nos mostra um trecho do Diálogo da conversão do gentio escrito por Manoel da Nóbrega em 1556, o diálogo acontece entre dois jesuítas, Gonçalo Álvares<sup>31</sup> e Mateus Nogueira<sup>32</sup>:

M.N. – Estou eu imaginando todas as almas dos homens uma, os eram uma e todas de um metal feitas a imagem e semelhança de Deus e todas capazes de glória e criadas ella, e tanto vai diante de Deus por natureza a alma do Papa, e como a alma de vosso escravo Papaná.

G.A – Estes têm almas como nós.

M.N – Isso está claro, pois a alma tem três potências, entendimento, memória e vontade, que todos têm.<sup>33</sup>

A percepção de que os nativos apresentavam as três potências de humanidade, entendimento, memória e vontade, irá interagir em oposição às dificuldades encontradas pelos padres na conversão satisfatória dos nativos, conforme escrito pelo próprio Manoel da Nóbrega no Diálogo de 1556:

Se tiverem rei, poderão-se converter, ou se adoráram alguma cousa; mas, como nam sabem que cousa hé crêr nem adorar, não podem entender há pregação do Evangelho, pois ella se funda em fazer crer e adorar a hum sô Deus, e a esse só servir; e como este gentio nam adora nada, nem cree nada, todo o que lhe dizeis se fica nada.<sup>34</sup>

Para Nóbrega, a falta de centralidade política, evidenciada pela ausência da figura do rei, está intimamente ligada à incapacidade de crer e de adorar, preceitos fundamentais para a conversão dos nativos. Esta afirmação de

<sup>31</sup> Intérprete, “trombeta da palavra de [Deus] na Capitania do Espírito Santo” e diretamente encarregado da conversão dos índios. (Tradução de J.-C. Laborie, citado, p. 206. Nóbrega, Manuel da. *Castas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. I, p.237, in Castelnau-L'Estoile, 2006, p.104)

<sup>32</sup> “Ferreiro de Jesus Cristo, o qual, posto que com palavras não prega, fá-lo com obras e marteladas” (ibidem, p 104)

<sup>33</sup> Tradução de J.-C. Laborie, citado, p. 206. Nóbrega, Manuel da. *Castas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. I, p.237, in Castelnau-L'Estoile, 2006, p107

<sup>34</sup> Nóbrega, 1556-57: II. 320 in Viveiros de Castro, 2011, p. 216.

Nóbrega tem em si uma dimensão não só teológica, pois vai além da necessidade de fé, fala também de uma dimensão política e administrativa, posto há a necessidade do rei, ou, também, podemos dizer de sujeição às leis para que os nativos pudessem compreender o que é ser cristão.<sup>35</sup> Estas afirmações irão acarretar, no ano de 1558, uma mudança na estratégia de evangelização dos nativos, que até então era baseado na necessidade do conhecimento da língua pelos padres através da convivência *in loco* e referia-se apenas às questões espirituais. O novo programa da província, enviado por Nóbrega a Miguel Torres, provincial de Portugal, nos informa essa mudança:

A lei que lhes seria dada deveria proibir-lhes o consumo de carne humana, a iniciativa da guerra sem autorização do governador. Da mesma forma tratar-se-á de obrigá-los a ter uma única mulher e a vestir-se, pois que têm tanto algodão, ao menos depois de se tornarem cristãos. Proibir-se-ão seus feiticeiros e manter-se-á a concórdia entre eles, e com os cristãos. Serão obrigados a viver em paz de maneira sedentária, se não entre os cristãos, em terras repartidas entre eles, que lhes sejam suficientes, e com os padres da Companhia para lhes ensinar a doutrina.<sup>36</sup>

A partir do novo programa da província, os religiosos deixam de se ocupar apenas das questões espirituais, para também atuarem em um processo de transformação social e política dos nativos. Quando Nóbrega evoca a lei, utilizando-se para isso a figura do governador como fonte de autoridade externa ao discurso religioso, mas reconhecida e legítima, está se referindo claramente à esfera jurídica e administrativa da colônia, que tem no representante do rei o reconhecimento do governo político sobre o território e seus habitantes.

A aldeia tutelada pelos religiosos e pelo aparato político e administrativo da colônia passa a configurar como espaço de conversão, mas também de interdição, onde o objeto não é a própria cultura nativa como um todo, pois prevê e condiciona as guerras entre os diferentes grupos e reconhece a poligamia e a nudez aos nativos não cristianizados.

<sup>35</sup> Vê-se que a pastoral cristã não prioriza a aceitação da lei. Diagonalmente instaura um modelo de obediência individual, exaustivo, contínuo e permanente a outrem. Trata-se da individualização que difere da assinalação do lugar hierárquico do sujeito ou da afirmação do domínio de si, definindo-se pela rede de servidões de todos em relação a todos, ao mesmo tempo em que o ego, o egoísmo como aspecto fundamental do sujeito, é excluído. Seu efeito é a individualização pela sujeição. (Candiotto, 2008)

<sup>36</sup> J.-C. Laborie, p. 237 in Castelnau-L'Estoile, 2006, p. 114

Foucault (1987) situa a emergência do poder disciplinar a partir do Séc. XVII, reconhecendo processos disciplinares anteriores no âmbito da igreja, do exército e outras instituições, neste sentido, podemos observar dentro das condições de possibilidades da aldeia jesuíta do Séc. XVI algumas práticas discursivas e a objetividade do processo disciplinar religioso como forma de dominação. Conforme o próprio Foucault (*ibidem*), o poder disciplinar “não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes.” (p.153)

Ao agrupar os nativos em aldeias sob a supervisão da Companhia, os religiosos buscam em primeiro lugar contornar as dificuldades de conversão, dificuldades estas observadas em unilateralidade, a partir do ponto de vista dos próprios jesuítas. As proibições no texto de Nóbrega (1558) estão no campo específico da moral cristã, que interdita e exclui as seguintes manifestações da cultura nativa: a antropofagia; a poligamia; a nudez; a feitiçaria e o nomadismo, sendo este último muito mais referente ao controle do que à moral.

Nota-se que a guerra não entra na proibição, mas é condicionada à autorização do rei, representado pelo governador da província. E há uma diferenciação entre os nativos cristianizados e os não cristianizados, pois a esses é tolerada a nudez e a poligamia. (Castelnau-L'Estoile 2006 ps. 113-116) Instala-se um tronco, um pelourinho e nomeia-se um mineirinho para aplicar as penas leves<sup>37</sup> e, por último, mas não menos importante, a aldeia está sob a supervisão dos padres da Companhia para lhes ensinar a doutrina religiosa, decidir sobre os castigos (*ibidem*, p.115) e receber-lhes a confissão. A essa característica normalizadora das condições de vida na aldeia jesuíta, acrescenta-se a supervisão hierárquica de Roma, que segundo Castelnau-L'Estoile, se pronunciará a partir “de um fato consumado; a iniciativa (de criação da aldeia) não vem das autoridades centrais, mas dos padres do Brasil aliados ao representante da autoridade política na colônia.” (*ibidem*, p.116).

<sup>37</sup> “também mandei fazer um tronco em cada vila e pelourinho, por lhes mostrar que teem tudo o que os cristãos teem, e para o mineirinho meter os moços no tronco, quando fogem da escola, e para outros casos leves, com a autoridade de quem os ensina e reside na vila. São muito contentes e recebem melhor o castigo que nós.”, apud Serafim Leite, em HCJB, II, p.62. O conjunto do regimento está publicado nos Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, XXVII, “Instrumentos dos serviços de Mem de Sá”. (*ibidem*, p. 115)

Para Foucault (1987), “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.” (ibidem, p.153) O poder da disciplina religiosa aplicada à aldeia jesuíta fica evidente, já que a configuração da aldeia apresenta as condições necessárias para a dominação através do adestramento, buscando a sujeição não apenas do entendimento, da vontade ou do corpo, mas também da memória do nativo.

Monteiro (1610) observa que as festas de vinhos são os memoriais e as crônicas do nativo, mas Da Grã (1554) também nos diz que elas estão ligadas aos rituais antropofágicos, inscritas no apetite de vingança, que caracteriza a honra do nativo. O que o Padre Franciscano André Thevet,<sup>38</sup> em uma citação longa, mas extremamente elucidativa, nos auxilia o entendimento:

[Fui visitar um rei dessa região, chamado Pindabuçu. Estando acamado, presa de uma febre persistente, ele me perguntou o que era feito das almas depois que saíam do corpo. Respondi-lhe que elas iam para junto de Tupã, lá no alto, no céu com aqueles que viveram bem e que não se vingaram da injúria de seus inimigos, ao que o rei deu fé, e, caiu em grande contemplação. [...] Dois dias mais tarde, mandou-me buscar, e, estando eu diante dele, me disse “Vem cá, eu te ouvi dizer grandes coisas de um Tupã que pode tudo. Rogo-te que fales a ele por mim, e faze com que me cure; assim que eu estiver de pé e com saúde, eu te darei grandes presentes, e terei prazer em me paramentar como tu, e usar a barba comprida e honrar Tupã como tu o fazes”. Ao que respondi que, se ele queria curar-se, e crer Naquele que fez o céu, a terra e o mar, e não crê mais [...] em seus Caraíbas e feiticeiros, e que se não mas se vingasse, nem comesse seus inimigos, como fizera toda a vida, [...] sem dúvida ele se curaria, e sua alma, após a morte, não seria atormentada pelos espíritos malignos, como o eram as de seus antepassados. Ao que o senhor régulo me respondeu que com prazer, uma vez curado pelo poder de Tupã, ele se conformaria a todos os artigos que lhe propusera, com exceção de um só, que era de não vingar-se de seus inimigos; e que, mesmo se o próprio Tupã lho ordenasse, ele não poderia assentir, e, se por acaso o fizesse, mereceria morrer de vergonha.]<sup>39</sup>

Conforme o texto de Thevet (ibidem), o ponto central de resistência do nativo à evangelização cristã não parece ser a antropofagia, os hábitos ou formas de paramentar o corpo, mas o próprio sistema de vingança, que continha em si as festas de vinhos - Monteiro (1610) - e a morte ritualística e antropofágica do inimigo - Da Grã (1554). Viveiros de Castro (2011) comenta

<sup>38</sup> Padre Franciscano que acompanhou a tentativa francesa de estabelecer um território em terras da colônia portuguesa.

<sup>39</sup> Thevet, 1575, p. 85-86 in Viveiro de Castro, 2011, p.198



que o pequeno rei, o régulo do texto de Thevet, não responde ao missionário nos termos metafísicos contidos na fala do franciscano, mas, sim, em termos éticos, de um imperativo categórico, que afirma o sistema de vingança como a honra e a identidade do nativo. (ibidem, p. 198) A imposição de uma soteriologia cristã aos nativos se defronta com a sua própria identidade, o que gerou dispositivos de estratégias de poder e articulações discursivas a partir de todas as instâncias de governo.

Descrevemos até este momento a relação entres dois governos, o governo de si, em sua dimensão ética e disciplinar da pastoral Católica, e a arte de bem governar o Estado, em sua dimensão político/administrativa. Falta-nos falar como o governo da família, que assegura a geração de riquezas, irá disputar com esses dois governos na elaboração das formas discursivas de apreensão da realidade e como isso irá influenciar nas estratégias e na objetividade do discurso.

Como transcrito no novo programa da colônia redigido por Nóbrega em 1558, as guerras entres os nativos não foram proibidas, apenas condicionadas à autorização do governador, ao mesmo tempo em que não são mencionadas as festividades deinhos já observadas e documentadas por Da Grã em 1554, que estabelecia claramente sua relação com a guerra e com os rituais de antropofagia. A partir dos textos da época e das condições e possibilidades que se apresentam, esses dois fatores se relacionam diretamente com a geração de riquezas e a necessidade de mão-de-obra para a manutenção e sustento da própria colônia, posto que as festividades deinhos não estavam unicamente ligadas às guerras e à prática de vingança entre as tribos, como nos mostra Fernando Cardim por volta do ano de 1580:

Esta nação não tem dinheiro com que possam satisfazer aos serviços que lhes fazem, mas vivem commutatione rerum e principalmente a troco de vinho fazem quanto querem; e assim quando hão de fazer algumas cousas, fazem vinho e avisam aos visinhos, e apelidando toda a povoação lhes rogão os queirão ajudar em sus roças, o que fazem de boa vontade, e trabalhando até as 10 horas tornão para suas casas a beber osinhos, e se aquelle dia se não acabam as roçarias, fazem outrosinhos e vão outro dia até as 10 horas acabar seu serviço; e deste modo usão os brancos prudentes, e que sabem a arte e maneira dos indios, e

quanto fazem por vinho, por onde lhes mandão fazer vinhos, e os chamão às suas roças e canaveaes, e com isto lhes pagão.<sup>40</sup>

A despeito do sentido ritualístico do uso dos vinhos pelos nativos, os colonos rapidamente aprenderam a utilizá-lo como fonte de mão-de-obra para as suas benfeitorias, como nos mostra Cardim. Neste caso, os vinhos se transformam em moeda de troca pelo trabalho do nativo, uma espécie de salário pago pelos serviços, mas não é a única, pois existe outra forma de angariar mão-de-obra, que é através da compra de prisioneiros, como nos fala o próprio Cardim:

Também usão de ordinário, por troco de algumas cousas, de contas brancas que se fazem de búzios, e a troco de alguns ramaes dão até as mulheres, e este é o resgate ordinário que usão os brancos para lhes comprarem os escravos e as escravas que tem para comer.<sup>41</sup>

A troca de prisioneiros por contas brancas, que não tinha nenhum valor comercial para os colonos, era a fonte de escravos sem custos, assim como as festas de vinhos eram a fonte de trabalho livre. A relação entre essas duas formas de se conseguir mão-de-obra, diversa, porém complementar entre si, repercutirá em todos os níveis do discurso do governo colonial desse período, pois se relaciona diretamente com a necessidade de salvação da alma do nativo, através de sua sujeição aos princípios cristãos, à necessidade de organização político-administrativa da colônia, através das leis e dos interesses vindos da metrópole e, por último, através da produção de riquezas que assegurem a colonização.

A autorização das guerras pelo governador e a compra de prisioneiros que estavam destinados ao ritual antropofágico, irá gerar uma série de estratégias políticas que terão a finalidade de satisfazer a necessidade de mão-de-obra, como a incitação à guerra entre as tribos para apropriar-se de seus prisioneiros (Fernandes, 2002, p.42-43) e a utilização das guerras justas<sup>42</sup>, aquelas autorizadas pelo governador, para escravizar os nativos pertencentes às

<sup>40</sup> Cardim, Fernando, 1939 p. 152

<sup>41</sup> Ibidem, p. 152

<sup>42</sup> Em 1562, Mem de Sá declara “guerra justa” aos Caetés para puni-los por terem mandado devorar o bispo Sardinha. (Castelnau-L’Estoile, 2006, p.119)

tribos consideradas hostis, inclusive aqueles que se encontravam nas aldeias jesuítas. (Castelnau-L'Estoile, 2006, p. 119)

As estratégias utilizadas pelos colonos e pelos governos locais, com autorização ou não da metrópole, para a obtenção da mão-de-obra nativa, eram um empecilho para o exercício do poder pastoral da Companhia de Jesus, o que nos mostra a gravidade das palavras utilizadas nas Informações dos primeiros aldeamentos da Bahia:

Mas como o Demônio sabia, que esta era a melhor invenção que podia haver para destruir o que estava feito, e impedir que não fosse por diante a conversão do gentio, ajudou-se do desejo que os Portugueses tinham de haver escravos, tanto que em breves dias se despovoou toda a terra.<sup>43</sup>

Além dos argumentos teológicos da necessidade de conversão, os padres também utilizaram argumentos políticos diante do perigo da continuidade das guerras e da escravização do nativo:

O escudo, muro e beluarte dos Portugueses contra todos estes inimigos são os Índios de paz que estão junto das nossas povoações, os quais antigamente eram infinitos, mas com doenças que neles deram e com os contínuos agravos, e sem muitas razões, e mau tratamento que recebem dos Portugueses, são já poucos, e esses não param daqui a 200 ou 300 léguas pelo sertão adentro.<sup>44</sup>

O que se convencionou chamar de guerras justas, ao mesmo tempo em que encontra respaldo no discurso moral e religioso, pois os nativos seriam salvos da prática pagã da antropofagia, também satisfaz a necessidade de mão-de-obra escrava imposta pelo modelo de colonização e sua necessária expansão agrícola e comercial, que, por sua vez, é visto e tratado no texto dos Primeiros Aldeamentos da Bahia como um obstáculo à expansão da fé católica, que também está inscrita na política do Estado de produção de riquezas.

Essa aparente confluência de discursos que ora se negam, ora se afirmam, longe de serem gestadas em uma contradição da unidade de poder, a saber, a soberania, é produzida através das lutas microfísicas entre os

<sup>43</sup> Informações dos primeiros aldeamentos da Bahia, §6, p.363 in ibidem, p.119

<sup>44</sup> Cópia de uma carta do Pe. Pero Rodrigues, Provincial da província do Brasil da Companhia de Jesus para o Pe. João Alvarez, da mesma companhia, assistente do Padre Geral. Pero, Rodrigues, Bahia, 01-05-1597. ABNRJ, 20, p.256 ibidem, p 276

saberes/poder que se colocam em oposição na arena discursiva e em imanência à soberania de Estado.

A arte de governar o Estado do Séc. XVI, que ainda está ligada a um conceito estreito de economia baseada na família para a produção de riquezas, irá produzir as condições e possibilidades necessárias para a emergência de saberes que reaparecerão em disputa a partir do Séc. XVIII (Candiottto, 2010) e que irão contribuir de forma significativa para a construção de um poder disciplinar, onde o controle incide diretamente na normalização da vida do indivíduo e suas relações, não mais pela arte de governar da soberania, que paulatinamente se desloca e é equacionada por uma ciência de governo<sup>45</sup>, mas pelo controle institucional da individualidade pelas disciplinas.

Os mecanismos de controle que se desenvolvem a partir da sociedade disciplinar juntamente com o aparecimento da estatística como ciência de governo e a ampliação do conceito de população e de economia<sup>46</sup> – que retomaremos no capítulo II - conferem à governamentalidade sua inscrição como política de Estado, onde a unidade de soberania longe de ser suprimida, passa a ser objetivada a partir de uma nova racionalidade de poder.

A partir dessas primeiras observações sobre a emergência do saber disciplinar como forma de controle, e da governamentalização da política de Estado que buscaremos no próximo capítulo construir uma análise genealógica das condições de possibilidades da Política Nacional Sobre Drogas, PNAD/2005, no Brasil do Séc. XXI, dentro das suas condições disciplinares, governamentais, suas formas discursivas, de normalização e de controle.

---

<sup>45</sup> Fisiocratas: uma ciência de governo é uma ciência das relações entre as riquezas e a população. Manuscrito da aula de 1 de fevereiro de 1978, in Foucault, 2008, p. 141.

<sup>46</sup> A expansão demográfica do século XVIII propicia o desenvolvimento de uma ciência de governo e uma concepção diferente da economia, não mais centradas no modelo da família. A estatística, que na soberania somente funcionava no quadro da administração monárquica, tornar-se-á uma ciência de governo fundamental para tal desbloqueio. Essa nova ciência descobre que a população tem fenômenos específicos decorrentes de sua agregação, irreduzíveis àqueles da família. É o caso das regularidades próprias da população, tais como taxas de natalidade, mortalidade, morbidade, endemia, epidemia, trabalho e riquezas. (ibidem, p. 38)

## 2

### A Política na Perspectiva de uma Analítica de Poder

Dentro do campo de análise do primeiro capítulo, as construções discursivas a respeito do vinho emergem a partir das disputas entre as vontades de saber, vistas aqui em intencionalidade, em estratégias discursivas e em objetividade de ações para a construção de verdades. Tanto a razão socrática em relação ao modo de subjetivação da tragédia, quanto o saber teológico da Companhia de Jesus, o saber dos colonos e o saber da soberania de Estado sobre os nativos da costa brasileira, irão se afirmar em conhecimento e práticas possíveis através da construção do discurso verdadeiro, que, tendo a vontade de saber como um de seus sistemas exclui ou incorpora os saberes divergentes, ora como negação da verdade, ora como pura teratologia. (Foucault, 2011a)

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.<sup>47</sup>

A construção do discurso verdadeiro, segundo Foucault (Ibidem), tem sua base em três sistemas de exclusão, que são: a interdição; a segregação da loucura e a vontade de saber. A interdição diz respeito ao tabu, ao cerceamento da fala daquele que está fora do ritual das circunstâncias discursivas, daqueles que não detêm o privilégio da fala como verdade reconhecida e contextualizada. Já a segregação da loucura nos diz respeito à separação entre razão e loucura, da oposição entre o razoável, o que é compreensível e o não razoável, aquilo que circula dentro dos limites da razão, mas carece de conexões, por isso, não razoável em si, mas compreensível como e pelos instrumentais da razão, sendo muitas vezes transformado em outras formas de manifestação, como na representação da loucura pelo teatro ou na representação do inconsciente por Freud<sup>48</sup>, onde a leitura da realidade discursiva é atravessada pela vontade de

---

<sup>47</sup> Ibidem, p. 08-09

<sup>48</sup> Sigismund Schlomo Freud (1856 – 1939) – Médico neurologista, fundador da psicanálise.

saber que se apresenta como terceiro sistema de exclusão para onde se direcionam os dois primeiros.

A vontade de saber diz respeito às contingências históricas que cercam o discurso, elas “não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência.” (Ibidem, p. 14) Ao instituir verdades, a vontade de saber ao mesmo tempo em que emana, produz o contingente histórico tendo como base as estruturas institucionais, vistas no primeiro capítulo como tecnologia das artes de bem governar o Estado em sua relação imanente com o poder soberano, ou, também, podemos dizer, com o direito de soberania.

Foucault nos lembra de que uma das características do poder soberano, sem dúvida, é o direito de vida e de morte, baseado no velho direito romano, *patria potestas*, que concede ao “pai” dispor da vida dos seus filhos e escravos, já que se entende que a vida foi-lhes dada pelo próprio. (Foucault, 2011b, p.147) Essa configuração jurídica do soberano, que se exerce dentro das limitações das artes de governar, concede ao poder soberano a faculdade de causar a morte de seus súditos ou deixá-los viver, o que a caracteriza dentro de uma perspectiva hobbesiana<sup>49</sup> de contrato. Acontece que, com as mudanças sociais, políticas e econômicas do Séc. XVIII a estrutura de poder governamental sofre significativas transformações que desloca o poder soberano de sua forma jurídica para uma forma que Foucault (Ibidem) chama de biológica.

Esse deslocamento só se torna possível a partir de uma das grandes novidades do Séc. XVIII, que foi o surgimento de um novo conceito de população – ou ampliação desse conceito - que substitui o conceito de súditos e de povo na administração do Estado. Há uma mudança na forma de pensar e lidar com esses conceitos, antes vistos apenas em seu caráter jurídico-político, submetidos a um soberano através das leis, dos contratos e das convenções, para um caráter técnico-político, onde os indivíduos passam a serem vistos como um conjunto de processos que é preciso administrar. (Foucault, 2008a, p 92) As técnicas de governo deixam de lidar com os súditos ou com o povo submetido a um soberano, para lidar com os fenômenos específicos de uma população.

---

<sup>49</sup> Thomas Hobbes (1588-1679) – matemático, teórico político e filósofo inglês. Autor da teoria do contrato social e das obras: O Leviatã (1651) e Do Cidadão (1651).

Foucault (Ibidem) nos apresenta uma natureza da população, onde as variáveis, como a taxa de mortalidade, de fecundidade, de circulação de moedas, de doenças e de mercadorias, antes alheias ao controle jurídico-político do soberano, passam a ser observadas e geridas através dos levantamentos estatísticos de planejamento de governo.

...não se trata de obter a obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas, de atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população. É essa naturalidade penetrável da população que, a meu ver, faz que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder.<sup>50</sup>

A utilização da estatística no controle e conhecimento dos fenômenos naturais da população fornece aos governos uma valiosa ferramenta que possibilitava não só mapear as variáveis da população, como também a constância das adversidades, que perdem seu efeito de emergência ou de imprevisto que ameaçam a soberania e passam a ser calculadas e mitigadas pelas ações de governo.

...a população é sempre dependente de variáveis complexas e modificáveis, a naturalidade de uma população aparece de uma terceira maneira. Ela aparece nas constâncias dos fenômenos que se poderia esperar que fossem variáveis, pois dependem de acidentes, de acasos, de condutas individuais, de causas conjunturais. Ora, esses fenômenos que deveriam ser irregulares, basta observá-los, olhá-los e contabilizá-los para ver que são na verdade regulares. Foi essa a grande descoberta, no fim do séc. XVII, que o inglês Graunt<sup>51</sup>, que a propósito das tabelas de mortalidade, pode estabelecer que a cada ano havia, de qualquer modo, um número constante de mortos numa cidade, mas que havia uma proporção constante dos diferentes acidentes, variadíssimos porém, que produzem essas mortes. (Ibidem, p. 96-97)

As ações de governo se deslocam do poder soberano de causar a morte ou deixar viver, para a manutenção e regulação da vida. Essa mudança que ocorre não só do ponto de vista teórico, mas também de ações práticas de governo, que insere esse novo sujeito-objeto, a população, dentro da análise

<sup>50</sup> Ibidem, p. 94

<sup>51</sup> John Graunt (1620 -1674) Natural and Political Observations Mentioned in a Following Index, and Made upon the Bill of Mortality. With the Reference to the Government, Religion, Trade, Growth, Ayre, Diseases, and Several Changes of the Said City, Londres, John Martin, 1662, 5a ed, 1676 in Ibidem, p. 111 – 112.

econômica da produção de riquezas que, aliada ao desenvolvimento das disciplinas, possibilitará a emergência de um novo domínio de saber, o saber da economia política e o exercício do biopoder, que formarão as bases necessárias para a emergência do capitalismo a partir do séc. XIX.

O deslocamento da economia do conceito de riquezas, produzidas pela família, e sua aproximação com a dinâmica e os fenômenos da população foi fundamental para o desbloqueio das artes de governar e sua concepção de ciência política na administração do Estado. Essa nova forma de administração retoma o conceito de governamentalidade e confere a ele uma nova racionalidade, desta vez, técnico-política em oposição à razão jurídico-política da soberania. (Ibidem, p. 142)

Paralelamente à operacionalidade das disciplinas na fabricação do corpo útil e da alma dócil nas diferentes instâncias institucionais constituintes da ortopedia moral burguesa ocidental europeia, Foucault faz a genealogia de outra tecnologia de poder que se ocupa em regular e gerir a multiplicidade dos homens....Essa multiplicidade é pensada em termos de “massa global afetada por processos de conjunto que são próprios da vida”. Essa tecnologia que gira em torno dos processos vitais que incidem sobre o ser humano como espécie, é nomeada por Foucault de biopoder.<sup>52</sup>

Enquanto o poder disciplinar irá agir no corpo dos indivíduos, “no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos”, (Foucault, 2011b, p. 151) o biopoder, por sua vez, irá centrar-se no corpo espécie, nesse novo sujeito-objeto, a população, “mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores”. (ibidem, p. 152) Dentro desse novo contexto, os fundamentos do direito que caracterizam o Estado desenvolvem uma nova forma jurídica e institucional da soberania, Foucault (Ibidem), diz:

---

<sup>52</sup> Candiottto, 2011, in Castelo Branco, Veiga-Neto (org), 2011, p. 82



...o problema será precisamente saber como, com noções como as de “natureza”, de “contrato”, de “vontade geral”, pode-se oferecer um princípio geral de governo que dará lugar, ao mesmo tempo, ao princípio jurídico da soberania e aos elementos pelos quais se pode definir e caracterizar uma arte de governo. Logo, a soberania não é de forma alguma eliminada pelo surgimento de uma nova arte de governar, uma arte de governar que agora transpôs o limiar de uma ciência política.<sup>53</sup>

As questões de “natureza”, de “contrato” ou de “vontade geral” ao qual Foucault se refere como as noções que irão oferecer um princípio geral de governo, formarão a base do princípio jurídico da soberania, mas também irão caracterizar uma arte de governo que transpôs o limiar de uma ciência política, sendo o jogo entre as diferentes artes de governar e seus modos de calcular, racionalizar e ajustar, na medida em que se sobrepõe entre si, que constituirão o objeto político dentro da analítica de poder foucaultiana.

São todas essas diferentes artes de governar, essas diferentes maneiras de calcular, de racionalizar, de regular a arte de governar que, acavando-se reciprocamente, vão ser, grosso modo, objeto do debate político desde o século XIX. O que é a política, finalmente, senão ao mesmo tempo o jogo dessas diferentes artes de governar com seus diferentes indexadores e o debate que essas diferentes artes de governar suscitam? É aí, parece-me, que nasce a política. Bom, é isso. Obrigado. (Foucault, 2008a, p.424)

Os três indicadores que Foucault elenca como constitutivos de uma política, o jogo das artes de governar, seus indexadores e o debate que suscitam, compõe o que Déborah Cohen (2005, in Castelo Branco, Veiga-Neto, (orgs), 2011, p.100) caracteriza como agonística mascarada ou agonística disfarçada, pois nos remete a “indícios de batalhas teóricas e de contendas verbais e corporais cujo alcance ele estranhamente hesita em assumir explicitamente e de forma radical”. (Ibidem, p. 100) O jogo das diferentes artes de governar, que ora se completam, ora se opõe e entram em disputa, necessariamente, tem um espaço simbólico comum onde o jogo político está inscrito em suas demarcações na esfera do princípio jurídico da soberania, mas mesmo esse espaço simbólico, não está a salvo do que Foucault (2008a) chama de sublevações e enfrentamentos, onde a disputa deixa de se referir a uma arte

---

<sup>53</sup> Ibidem, p. 142.

de governar e passa a contestar o próprio jogo em outro espaço comum, o território<sup>54</sup>.

Entre a agonística das artes de governar e o antagonismo das revoluções, Foucault irá privilegiar a análise da agonística e suas formas de dominação e de manifestação de liberdades, como nos fala ao resumir as cinco precauções de método na analítica de poder:

...em vez de orientar a pesquisa sobre o poder para o âmbito do edifício jurídico da soberania, para o âmbito dos aparelhos de Estado, para o âmbito das ideologias que o acompanham, creio que se deve orientar a análise do poder para o âmbito da dominação (e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição, para o âmbito das conexões e utilizações do sistema locais dessa sujeição e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber. [...] É preciso estudar o poder fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição do Estado; trata-se de analisá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação.<sup>55</sup>

E acrescenta em entrevista intitulada “A ética do cuidado de si como prática de liberdade” no ano de 1984, onde diz ter sido sempre:

[...] um pouco desconfiado a respeito do tema geral de libertação, na medida em que [...] ele corre o risco de reenviar a ideia de que existe uma natureza, ou um fundo humano que, na sequência de certos números de processos históricos, econômicos e sociais, se encontrou mascarado, alienado ou aprisionado dentro de mecanismos e por mecanismos de repressão. Nessa hipótese, bastaria fazer rebentar os grilhões repressivos para que o homem se reconciliasse consigo mesmo, regressasse à sua natureza ou retomasse contato com sua origem e restaurasse uma relação plena e positiva consigo mesmo. [...] Por isso, insisto mais sobre as práticas que sobre os processos de libertação.<sup>56</sup>

Essa postura analítica assumida por Foucault faz com que o poder perca seu caráter puramente jurídico e de proibição e passe a configurar a partir de estratégias, de práticas que têm efeito produtivo na vida da população. Nesta concepção, o estatuto jurídico do Estado deixa de ser encarado como único foco

<sup>54</sup> Faz-se aqui uma distinção entre os dispositivos jurídicos da teoria clássica da soberania, cuja função principal é manter a segurança do território em relação aos inimigos externos e os dispositivos de segurança postos em prática pelo biopoder, que atuam na segurança em relação aos perigos internos, ou seja, no interior da população. (Candiottto, 2011, in Castelo Branco, Veiga-Neto (org), 2011)

<sup>55</sup> Foucault, 2005, p. 40

<sup>56</sup> Foucault, L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In: Foucault, Dits et écrits, v. IV, n 356. Paris: Gallimard, 1994b, in: Sardinha Diogo, Um silêncio de Foucault sobre o que é política, in: Castelo Branco e Veiga-Neto (orgs), 2011 p. 102-103

privilegiado de poder e passa a configurar como ente que é perpassado pelas relações de poder e que, principalmente, têm em sua condição de existência essas relações de biopoder fora do âmbito da soberania, porém, estrategicamente equacionada, gerando em suas formas terminais a biopolítica.

O poder é exercido somente sobre sujeitos livres e apenas enquanto são livres. Por isto, nós nos referimos a sujeitos individuais ou coletivos que são encarados sob um leque de possibilidades no qual inúmeros modos de agir, inúmeras reações e comportamentos observados podem ser obtidos. Onde os fatores determinantes saturam o todo não há relação de poder; escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (Neste caso fala-se de uma relação de constrangimento físico). Consequentemente, não há confrontação face a face entre poder e liberdade, que são mutuamente excludentes (a liberdade desapareceria sempre que o poder fosse exercido), mas uma interação muito mais complicada. Nessa relação, a liberdade pode aparecer como condição para exercício do poder (simultaneamente sua pré-condição, já que a liberdade precisa existir para o 'poder' ser exercido e, também, seu apoio uma vez que sem a possibilidade de resistência, o poder seria equivalente à determinação física)<sup>57</sup>

A aparente contradição das palavras acima, pois tem a liberdade como condição prévia para o exercício de poder, ao mesmo tempo em que descaracteriza a escravidão como forma de exercício deste mesmo poder, desaparece ao se considerar que nessa relação de escravidão, não há espaço para a condição de positividade do poder, de enfrentamento e de criação de liberdade e manutenção da vida, onde a relação de poder atravessa o sujeito coletivo, e também o individual, sendo modificado e reproduzido por esses mesmos sujeitos, gerando os modos de subjetivação que se estabelecem em ações que induzem a outras ações. É na liberdade presumida de ação que se estabelece a relação de biopolítica.

<sup>57</sup> Foucault. Subject and Power, 1982, p.221 In: DREYFUSS, H. & RABINOW P. Beyond structuralism and hermeneutics. Brighton, The Harvester Press. In, Maia C. Antonio "Sobre a analítica do poder de Foucault" Tempo Social, USP, São Paulo, 1995, p. 89-90. Pode ser encontrado em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0712/analise1.pdf>

O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar; só podemos falar de estruturas ou de mecanismo de poder na medida em que supomos que certas pessoas exercem poder sobre outras. O termo ‘poder’ designa relacionamentos entre parceiros (e com isto não menciono um jogo de soma zero, mas simplesmente, e por ora me referindo em termos mais gerais, a um conjunto de ações que induzem a outras ações, seguindo-se uma às outras).<sup>58</sup>

A relação de poder em Foucault está inscrita no campo das possibilidades produtivas e positivas que não descartam o uso da força e da violência pela soberania, mas não as considera como princípio fundante da relação de dominação. A violência e o uso da força são vistos como estratégias negativas, que negam, excluem a relação de biopoder e estabelecem o que ele chama de constrangimento físico, como no caso da escravidão. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) irá traçar as linhas de desenvolvimento de uma sociedade disciplinar, onde o suplício e a violência contra o corpo serão paulatinamente substituídos pela docilização, pelo adestramento, hierarquização e normalização das ações através do poder disciplinar, visto no capítulo I através do caso particular da disciplina religiosa no contato com os nativos da costa brasileira.

As disciplinas do corpo, desenvolvidas pela sociedade disciplinar, e as regulações da população<sup>59</sup>, aplicadas pelo biopoder, são “os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 2011b, p. 152), sendo através desses dois conceitos, biopoder e sociedade disciplinar, dentro da estrutura dessa nova governamentalidade, de ciência política e dos princípios jurídicos que estabelecem e mantêm o Estado, que buscaremos no próximo tópico desenvolver uma análise sobre o discurso da Política Antidrogas, que primeiramente emerge na política dos Estados Unidos da América do Norte e se expande para outros países, em especial a América Latina.

Sua influência na política brasileira se dá por acordos bilaterais e por adesão do país a convenções da Organização das Nações Unidas, ONU, (Lima,

<sup>58</sup> Ibidem, p. 89

<sup>59</sup> A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um “bio-poder”. (Foucault, 2011b, p. 152)

2009) órgão fortemente influenciado pela política norte-americana<sup>60</sup>, sendo que para efeitos dessa dissertação iremos analisar a construção do discurso antidrogas e a Política Nacional Antidrogas brasileira PNAD/2002<sup>61</sup> e seu realinhamento no ano de 2005, quando passa a se intitular Política Nacional Sobre Drogas<sup>62</sup>.

## 2.1

### **Estratégias do Discurso sobre Drogas: vinculação com a loucura e a delinquência**

Em uma perspectiva genealógica, as políticas de Estado relacionadas ao álcool e outras drogas vêm sendo construídas a partir da elaboração de estratégias discursivas e de saber/poder, que remontam a séculos anteriores, mas se desenvolvem principalmente no séc. XX a partir da Primeira Convenção Internacional Sobre o Ópio, datada de 1912 e, em particular, após a Segunda Grande Guerra de 1939.

Podemos estabelecer uma relação causal entre as duas Guerras do Ópio travadas entre a Inglaterra em conjunto com outros países europeus contra a China, nos anos de 1839 e 1856 e a Primeira Convenção Internacional Sobre o Ópio de 1912. (Lima, 2009) As nações europeias, após vencerem a China nas duas guerras, impuseram o comércio de ópio produzido pelos ingleses em território indiano, que havia sido vetado pelo Imperador Chinês. Essa imposição obrigou a China não só a continuar a comprar o ópio inglês, como também a abrir seus portos para os produtos da então recente industrialização europeia<sup>63</sup>. (Ibidem)

---

<sup>60</sup> Geograficamente a parte do continente americano que se situa ao norte da linha imaginária do Equador compreende vários países, sendo que o termo norte-americano será usado nessa dissertação apenas para se referir aos Estados Unidos da América (do Norte), pois entendemos que a forma usual do termo se aproxima mais adequadamente da necessidade de compreensão desse trabalho.

<sup>61</sup> Decreto nº 4345 de 26-08-2002

Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PNAD\\_VersaoFinal.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PNAD_VersaoFinal.pdf)

<sup>62</sup> Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas, 2008.

<sup>63</sup> Após a vitória inglesa, conquistada em virtude de sua superioridade tecnológica em relação à China, os ingleses obrigaram os chineses a assinar tratados que permitiam a algumas nações

Com a produção indiscriminada do ópio e o avanço da indústria farmacêutica no final do séc. XIX, duas substâncias derivadas do ópio, a heroína e a morfina, passam a se popularizar nas sociedades ocidentais da época, sendo que as nações europeias que mantinham comércio de ópio com a China se viram obrigadas a buscar uma regulamentação da produção e comercialização dessa substância e seus derivados, dando origem às Conferências de 1909 e 1911 e a Convenção de 1912<sup>64</sup> que inicia a discussão sobre os perigos do uso não terapêutico dessas substâncias e a necessidade de maior controle, incluindo aí também a cocaína, produzida pela primeira vez pelo químico alemão Albert Niemann em 1860.

O início da regulamentação das drogas visto aqui em sua concepção contemporânea, de substâncias químicas que causam alteração na percepção da realidade, que se coloca alheia ao aspecto de especiarias da época colonial e da função medicamentosa, dentro de um aparato científico experimental até os idos do séc. XIX tem início a partir de uma nova organização social, fortemente baseada nos ideais Iluministas de retomada da razão socrática, do caráter filosófico do “cuidado de si”<sup>65</sup> que atualiza dentro da sua condição moral, expandido para a condição biológica, o discurso religioso de um comportamento ascético, de negação do prazer e de cuidado com o corpo produzido pela disciplina.

Conforme afirma Rodrigues (2006) a modificação do comportamento humano, do humor e da emoção tem sido uma prática comum a todas as sociedades, como observados no primeiro capítulo dessa dissertação. Tanto na Grécia Antiga, quanto nas sociedades nativas da costa brasileira pode-se observar o uso estratégico de algumas substâncias - plantas sagradas - com a finalidade de alterar deliberadamente as funções cognitivas, encaradas então, tanto pela razão socrática, quanto pela perspectiva do poder disciplinar da Igreja Católica, como perigosas para o ideal de um comportamento ascético.

---

ocidentais acesso aos portos chineses, inclusive com o controle de alguns deles, como o caso da ilha de Hong Kong, que foi devolvido à China somente no ano de 1997.

<sup>64</sup> A concretização do acordo foi interrompida pela Primeira Grande Guerra de 1914. Para mais informações ver: <http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/convenc.htm>

<sup>65</sup> De acordo com uma tradição que remonta a muito longe na cultura grega, o cuidado de si está em correlação estreita com o pensamento e a prática médica. Essa correlação antiga ampliou-se cada vez mais. A ponto de Plutarco dizer no início dos Preceitos de Saúde que filosofia e medicina lidam com “um único e mesmo campo”. Elas dispõem, de fato, de um jogo nocional comum cujo elemento central é o conceito de “patos”, ele tanto se aplica à paixão como à doença física, à perturbação do corpo como ao movimento involuntário da alma... (Foucault, 1985, p.59)

Ainda segundo Rodrigues (Ibidem), “esse aspecto da religiosidade deve ser necessariamente incluído como um dos elementos básicos para se compreender as origens da proibição das drogas no mundo moderno, especialmente porque um dos pilares da política proibicionista veio da influência do protestantismo norte-americano, e de seu ideal de abstinência, pregado pelas iminentes figuras de formação religiosa”. (Ibidem, p. 27)

Após o término da Primeira Grande Guerra, 1914-1918, outras conferências internacionais foram realizadas sob a tutela da Liga das Nações,<sup>66</sup> todas com o intuito maior de ampliar a lista de substâncias entorpecentes e regulamentar o tráfico destas entre as nações. Em paralelo aos esforços da Liga das Nações, ocorre na década de 1920, nos Estados Unidos da América do Norte, país não signatário da Liga, uma das principais experiências proibicionistas do Ocidente, mais conhecida como Lei Seca de 1920.

A Lei Seca norte-americana proíbe a produção, a venda, a importação, a exportação e consumo do álcool em seu território, o que desencadeia vários conflitos, como o aparecimento e enriquecimento ilícito de grupos organizados, *gangsters*, que passam a controlar a produção e distribuição de bebidas, além de um incremento na violência e nos conflitos sociais. Esses eventos, juntamente com a Grande Depressão de 1929<sup>67</sup> e a insatisfação popular, acabam por pressionar o Congresso Americano a abolir a lei em 1933, tendo a Lei Seca perdurado por 13 anos em território americano.

Dois anos após o fim da Lei Seca, surge no território norte-americano a primeira associação dos Alcoólicos Anônimos, mais conhecido como A.A<sup>68</sup>, em 1935. O A.A tem como base do seu programa o reconhecimento do alcoolismo como doença e o objetivo de abstinência total ao álcool para seus membros. O movimento tem uma grande aceitação na sociedade norte-americana, sendo publicado em 1939 o livro base da organização, intitulado “Alcoólicos Anônimos,”<sup>69</sup> escrito por William Griffith Wilson. Nesta publicação encontramos os

<sup>66</sup> Liga das Nações, órgão que nasce em Paris, em 1919, promovida inicialmente pelas nações vencedoras da Primeira Grande Guerra, com exceção dos Estados Unidos da América do Norte.

<sup>67</sup> A Grande Depressão, chamada também de Crise de 29, foi uma grande recessão econômica que se abateu nas principais economias ocidentais e que derrubou a Bolsa de Valores de Nova Iorque, causando enormes perdas financeiras. A depressão econômica arrastou-se nos países ocidentais até o início da Segunda Grande Guerra em 1935.

<sup>68</sup> Para mais informações ver: <http://www.alcoolicosanonimos.org.br/>

<sup>69</sup> Os cofundadores do AA encontraram grande apoio de magnatas norte-americanos, entre eles John Rockefeller Jr, que auxiliou na publicação do livro e na expansão da associação. <http://www.alcoolicosanonimos.org.br/component/content/article/45-front-page/155-o-nascimento-de-aa.html>

12 passos para se atingir a abstinência do álcool, sendo o primeiro deles a admissão da impotência perante o álcool e a perda do controle da vida. (<http://www.alcoolicosanonimos.org.br/>)

Durante toda a década de 1920 e 1930 várias comissões, conferências e acordos foram firmados pelas nações membros da Liga das Nações no intuito de regulamentar o uso de entorpecentes e aumentar o controle do tráfico internacional, utilizando-se para isso certificados de importação e autorização de exportação, e de coibir o “vício”. Mas é somente após a Segunda Grande Guerra, 1935-1945, que as discussões ganham um caráter definitivamente proibicionista, em conformidade com o novo cenário mundial totalmente modificado pelo conflito. As conferências e convenções que se seguem passam a ser realizadas sob a tutela da Organização das Nações Unidas, ONU<sup>70</sup>, organização fortemente influenciada pela então recente hegemonia político/econômica e militar norte-americana do pós-guerra.

Nesse período há um acirramento do caráter proibicionista, aumento da lista de substâncias consideradas nocivas e a imposição de sanções aos países que não observassem a proibição. Esse acirramento fica claro na Convenção Única de Nova Iorque Sobre Entorpecentes, em 1961, que estabelece as medidas que devem ser adotadas pelas nações no enfrentamento ao tráfico ilícito de drogas e, pela primeira vez, faz a recomendação para o tratamento médico dos toxicômanos<sup>71</sup>, como pode ser confirmado no site do Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo, IMESC-SP. (<http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/convenc.htm>)

Nota-se uma mudança significativa na condução das políticas internacionais sobre drogas a partir da Segunda Grande Guerra. Há uma substituição da tentativa de regulamentação da produção e comercialização para a proibição dessas, além de uma crescente psiquiatrização do sujeito consumidor ao ser considerado como toxicômano.

Ao vincular o uso das drogas não autorizadas pelo mercado (Lima, 2009) incluindo aí o álcool, embora este não tenha se mostrado elegível pelos padrões ocidentais para a ilicitude,<sup>72</sup> a um estado de patologia e criminalização do sujeito

<sup>70</sup> Organização das Nações Unidas, ONU, fundada em 1945, em substituição a Liga das Nações. Tem sua sede na cidade de Nova Iorque.

<sup>71</sup> Toxicomania – uso compulsivo de substâncias que atuam sobre o psiquismo, como álcool e outras drogas. (Minidicionário Houaiss da língua portuguesa)

<sup>72</sup> Como bem demonstrou a experiência da Lei Seca nos Estados Unidos entre 1920 e 1933.



nas relações de poder, reforçam-se representações que irão moldar o entendimento acerca do uso, do objeto droga e do próprio sujeito. A dissociação do uso de drogas do seu caráter ritualístico, de busca do prazer inscrito em condições social e culturalmente reguladas e sua associação com construções negativas da condição humana, até então alheias ao objeto em si, como a associação à loucura, à criminalidade, à decadência moral, entre outros, acrescenta aos danos reais do consumo excessivo – que talvez encontre sua (des)regulação dentro da sociedade de consumo - a mão pesada da criminalização e da patologização, justificando e limitando a inscrição do fenômeno do uso de drogas ao espaço médico/jurídico. (Delgado, pág 166, in Acselrad, 2005).

Foucault, em seu livro *História da Loucura* (2010b), descreve toda uma arqueologia sobre a construção a respeito do lugar do louco na sociedade ocidental. Foucault aponta que, com o fim da epidemia de lepra na Europa, doença considerada o ícone do grande mal social encarada como castigo divino e o posterior esvaziamento dos leprosários, as cidades voltam a ser atrativas para a população, surgindo a necessidade de uma nova organização social e a construção de um novo representante do “mal social”, já que o medo da morte pelo contágio da lepra perde o seu lugar.

Esse vazio passa a ser preenchido rapidamente pelos sujeitos que não se adequavam, ou não eram considerados aptos a desenvolver suas funções dentro da organização social de então. Os antigos leprosários passam a ser habitados por toda sorte de pessoas excluídas da sociedade ou que não tinham meios para sobreviver, dentre esses aqueles considerados loucos. Os asilos, como passam a ser chamados os antigos leprosários, abrigam inicialmente o que se considerava a escória da sociedade, como pessoas sem teto, órfãos, prostitutas, ladrões e doentes de toda sorte (Ibidem).

Para Foucault, “a arte de punir deve, portanto, repousar sob toda uma tecnologia da representação. A empresa só pode ser bem sucedida se estiver inscrita numa mecânica natural.” (Foucault, 1987 p. 94) A inserção da droga em representações inscritas na mecânica da loucura e da criminalidade limita o espaço de atuação social, tanto daquele que faz uso ou está envolvido no processo de produção e comercialização, quanto das políticas que atuam nessa área. A patologização e a criminalização, reforçadas pelo medo e insegurança da sociedade diante da representação negativa da droga, como também de seus

usuários, alimenta a exclusão dessa parcela da população que passa a ser assistida através do manicômio ou da prisão, que configuram como instituições totais descritas por Goffman (2008), sendo que a primeira tem o objetivo declarado de cura e a segunda de ressocialização.

De acordo com Goffman (Ibidem), com o fim da Idade Média e início da Era Moderna, os asilos passam por várias transformações administrativas, vê-se o aparecimento dos hospitais e dos hospícios, o nascimento da medicina moderna, a separação entre doentes e não doentes e por fim, o nascimento dos manicômios com grande influência das ideias de Philipp Pinel<sup>73</sup>, que revoluciona a forma de tratamento da loucura ao livrar os doentes das correntes e das grades que os prendiam nos hospícios.

Com a atuação de Pinel há uma humanização do tratamento e, principalmente, se reconhece a possibilidade de cura através das, até então, recentes descobertas da medicina, como a classificação dos transtornos psíquicos e a medicalização dos sintomas. Entretanto, essas mudanças administrativas e de método de tratamento não significaram para os internos uma mudança no que se refere à exclusão da sociedade, pelo contrário, o avanço da medicina e o nascimento da psiquiatria como saber válido adensaram o processo de exclusão, criando um mundo à parte, ou seja, as instituições totais. (Goffman, Ibidem).

As instituições totais se caracterizam por serem definidas como “um local de residência e trabalho onde grande número de indivíduos em situações semelhantes são separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levando uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, Ibidem). O rigor da padronização do comportamento, no sentido hierárquico, acaba por subjugar a autonomia daqueles que se encontram no último posto da hierarquia, ou seja, os internos. Goffman vai chamar a essa subjugação de “mortificação do eu”, onde o sujeito perde suas referências pessoais adotando as referências da instituição. Tal perspectiva encontra ressonância nas palavras de Basaglia, ao afirmar que:

---

<sup>73</sup> Médico, protagonista da concepção alienista, assumiu a direção do Hospital de Bicetrê em 1793. Ver Foulcault, 2010.

O internamento enlouquece, mas que, posto num espaço de coação, onde mortificações, humilhações e arbitrariedade, constituem a regra, o homem (...) objetiva-se gradativamente nas leis do internamento, identificando-se com elas. (Basaglia, 2005, p. 53)

A internação em instituições totais seja por questões médicas, jurídicas ou médico/jurídicas, no caso dos manicômios judiciais implantados na Europa do séc. XIX e no início do séc. XX no Brasil caracteriza-se como parte dos mecanismos de controle social, tendo a psiquiatria fornecido ao judiciário as bases de apoio médico-científico para o encarceramento daqueles considerados perigosos para o convívio, onde se inclui os usuários de drogas, de acordo com a legislação internacional que se desenha a partir do final do séc. XX.

A ascensão da prisão como mecanismo ideal do sistema penitenciário a partir do séc. XIX, em substituição à ostentação do suplício e a vingança do soberano, cria toda uma tecnologia de penalização que irá incidir não sobre a infração ou sobre o infrator, mas sim sobre algumas variáveis que não são e não podem ser levadas em conta na sentença, já que esta não tem caráter jurídico. O infrator condenado por seu delito é necessariamente transformado pelo sistema penitenciário no que Foucault (1987, p. 223) chama de delinquente. É da delinquência como característica pré-existente ao delito que se encarregará o sistema penitenciário, “o castigo legal se refere a um ato; a técnica punitiva a uma vida”. (Ibidem, 223)

A lógica da delinquência transforma o infrator em naturalmente perigoso, que encontra no sistema penitenciário não seu processo de ressocialização, mas de esquadrinhamento, de levantamento biográfico que revela a existência do criminoso antes do crime. Segundo Marquet-Wasselot, em “Ethnographie des prisons” (1841, in Foucault, 1987, p. 224), “os condenados são... outro povo num mesmo povo: que tem seus hábitos, seus instintos, seus costumes à parte.”

A técnica penitenciária e o homem delinquente são de algum modo irmãos gêmeos. Ninguém creia que foi a descoberta do delinquente por uma racionalidade científica que trouxe para as velhas prisões o aperfeiçoamento das técnicas penitenciárias. Nem tampouco que a elaboração interna dos métodos penitenciários terminou trazendo à luz a existência <objetiva> de uma delinquência que a abstração e que a inflexibilidade judiciária não poderiam perceber. (Ibidem, p.226)

Partindo dessas primeiras observações do processo de vinculação do uso e do usuário de drogas com a loucura e com a delinquência, abordaremos no próximo tópico a construção da política antidrogas norte-americana.

## 2.2

### A Política Antidrogas Norte-Americana a partir da Década de 1950

A relação entre o uso de drogas e os princípios jurídicos do Estado, a economia política, as disciplinas e o controle dos fenômenos da população a partir da biopolítica, dentro de um caráter antidrogas, são observados primeiramente na sociedade norte-americana. Conforme afirma a criminalista venezuelana Rosa Del Olmo (1990), a política antidrogas nos Estados Unidos da América do Norte se desenvolve a partir da década de 1950, através de um conceito ético-jurídico, pois tem seu início como questão, ou como problema, em decorrência da constatação do uso de opiáceos e *maryjuana* (*cannabis sativa*) em grupos que a autora chama de marginais à sociedade, elencando aí desde “intelectuais, médicos, músicos de jazz até delinquentes comuns.” (Ibidem, p. 29)

Constatamos aí uma leitura crítica de Del Olmo em relação à vinculação entre comportamentos estranhos ao padrão moral predominante a pessoas e grupos estigmatizados pela sociedade analisada – até delinquentes comuns - o que é reforçado na continuação de texto de Del Olmo, onde a autora identifica o uso de opiáceos como estando “mais confinado aos guetos urbanos e, em especial, vinculado aos negros e porto-riquenhos.” (Ibidem, p.29) Na mesma página a *maryjuana* será identificada como tendo maior incidência entre os mexicanos.

Goffman (2008), em seu livro intitulado “Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, conceitua estigma a partir da noção clássica grega, que refere a:

... sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada, especialmente em público.<sup>74</sup>

A simbologia corporal do estigma é incorporada na Era Cristã a partir do acréscimo de duas metáforas, a primeira em relação a sinais corporais da graça divina, recebida através de erupções em forma de flores sobre a pele e a segunda, a partir de uma “alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico.” (Ibidem, p. 11) Neste sentido, a forma e a contraforma do estigma, o bem e o mal, a graça divina e o distúrbio físico dentro da estrutura do pensamento dialético, se apresentam como elementos constitutivos para o que Foucault (2005) chama de racismo de Estado: “racismo biológico e centralizado.” (Ibidem, p. 96)

O racismo de Estado, que emerge no fim do séc. XIX, retoma o velho discurso da luta entre as “raças,”<sup>75</sup> que se transforma, se modifica e se multiplica no séc. XX na busca de uma sociedade biologicamente monística, que “será evidentemente ameaçada por certo número de elementos heterogêneos, mas que não lhe são essenciais, que não dividem o corpo social, o corpo vivo da sociedade, em duas partes, mas que são de certo modo acidentais.” (Ibidem, p. 95)

Corrigir o acidente da heterogeneidade biológica, em seu sentido estrito, justificou, sustentou e objetivou o discurso nazista alemão da Segunda Grande Guerra (1939-1945), assim como, no contexto norte-americano do pós-guerra, da Guerra Fria, podemos arriscar dizer que, talvez numa terceira alusão ao estigma grego, não mais em sua instância individual do corpo biológico, mas em sua instância ampliada do corpo espécie da população, justificou a retomada do conceito de inimigo externo pela soberania norte-americana em meio à dualidade entre o sistema capitalista e o sistema socialista de governo, especialmente presente na década de 1950, que se apresenta como característica da soberania de Estado e estratégia de poder na direção de uma sociedade ideologicamente monística.

<sup>74</sup> Ibidem, p.11

<sup>75</sup> O conceito de raças humanas é amplamente utilizado pelos regimes nazistas e fascistas da Europa do início e meados do séc. XX, fortemente criticado por estar na base da teoria da superioridade de algumas raças sobre as outras. Atualmente esse conceito é descartado pela ciência, pois não há indícios nos estudos feitos pela genética de diferentes raças humanas.

Podemos analisar dois acontecimentos históricos que, de forma não coordenada, exemplificam esse direcionamento do racismo de Estado norte-americano – compreendido em sua dimensão metafórica - para uma espécie de defesa da unidade biológica e ideológica do corpo espécie da população na década de 1950. O primeiro é a condenação e execução dos civis Julius Rosenberg e Ethel G. Rosenberg no ano de 1953. Casal de origem judia com ligação com o partido comunista norte-americano, *Communist Party of the United States of America, CPUSA*, que foram acusados de espionagem para o regime comunista da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS.

A acusação consistia em que o casal havia repassado informações sobre a construção da bomba atômica e, em um controverso julgamento, mesmo mediante os apelos de intelectuais do mundo inteiro e da Igreja Católica, resultou na morte de ambos pelo método da cadeira elétrica. O segundo fato histórico, totalmente diverso do horror causado pelo primeiro, mas que aponta para a contraforma dessa estratégia de poder, é a determinação da Suprema Corte norte-americana que estabelece para os estados da federação o fim da segregação racial no ano de 1955.

Esses dois fatos nos remetem à própria essência do biopoder (Foucault, 2011b) e da soberania, onde esta não é eliminada pela governamentalização do Estado, mas se faz presente pelo aparato jurídico que a limita, mas, também a legitima. A face violenta e soberana do Estado, no caso do casal Rosenberg, se mostra no exercício do antigo poder soberano de ‘fazer morrer ou deixar viver’, aplicado pela primeira vez na história norte-americana a civis acusados de espionagem. Sendo sua contraforma o ‘fazer viver e deixar morrer’, a biopolítica, aplicada no fim da segregação racial. O que não extingue de forma alguma a discriminação contra os afro-americanos, aparente mesmo em sua forma da grafia mais recente, pois o que diferencia o afro/hispano/sino-americano é o norte-americano, aqueles que não precisam de adjetivos étnicos, os fundadores brancos de origem europeia e, sobretudo, anglo-saxônica.

Diferente da antiga soberania, o Estado moderno terá que lidar também com os fenômenos de uma população, seja na sua forma de “contrato”, “da natureza” ou de “vontade geral”. O fim da segregação racial de Estado não elimina o racismo da sociedade, mas retira dos governos a faculdade de exercê-lo em sua forma soberana e violenta, condicionando-o a outras formas de relações de poder, de controle e de dominação.

Dentro desse contexto jurídico da Soberania de Estado e dos mecanismos de biopoder, a face ameaçadora das drogas ora se apresenta em alusão ao inimigo interno e sua origem externa, ora se apresenta como fenômeno da população, o que vai provocar uma mudança importante na condução da política norte-americana antidrogas a partir da década de 1960.

Del Olmo (1990) observa uma maior difusão do modelo médico-sanitário a partir da Convenção Única sobre Entorpecentes, realizada pela ONU na cidade de Nova Iorque no ano de 1961, sendo ratificado pela Corte Suprema de Justiça norte-americana no ano de 1962 com a concepção de que o usuário de drogas não é por si só um delinquente, mas sim um doente. (Ibidem, p. 33) Essa mudança na concepção, continua Del Olmo, se dá em meio à revolução cultural vivida pela juventude norte-americana, movimentos de protestos políticos e a um grande aumento na produção de drogas pela indústria farmacêutica.

...era o início da década da rebeldia juvenil, da chamada “contracultura”, das buscas místicas, dos movimentos de protesto político, das rebeliões dos negros, dos pacifistas, da Revolução Cubana e dos movimentos guerrilheiros na América Latina, da aliança para o progresso e da guerra do Vietnã. Estava-se transformando o “American way of life” dos anos anteriores; mas, sobretudo era o momento do estouro da droga e também da indústria farmacêutica nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos. Surgiam as drogas psicodélicas como o LSD com todas as suas implicações, e em meados da década aumenta violentamente o consumo de maconha, já não só entre os trabalhadores mexicanos, mas também entre os jovens de classe média e alta.<sup>76</sup>

O modelo médico-sanitário não substitui o modelo ético-jurídico, de fato, esses dois sistemas criam uma relação entre si onde se adensa a criminalização, não mais do usuário, agora também identificado nos extratos da juventude de classe média e alta, mas daquele que comercializa e produz as drogas consideradas ilícitas. (Ibidem, p. 34) Esse modelo híbrido que se forma então, o modelo médico-jurídico, é reforçado em 1966 pela lei *Narcotic Addict Rehabilitation Act*, que permite ao consumidor optar por uma sanção civil, a escolha de um tratamento para reabilitação ou a prisão. Reforçando assim o estereótipo do usuário de drogas como “doente”, que necessita de tratamento e mantendo aqueles que trabalham na produção e na comercialização como “delinquentes”, inimigos da ordem e da saúde pública.

---

<sup>76</sup>Ibidem, p. 33

Cria-se aí todo um aparato de caráter disciplinar, da disciplina médica, de características comunitárias, autoritárias e repressivas, pois tinha como objetivo trabalhar a sociabilidade dos usuários de drogas, considerados clinicamente incapazes e suscetíveis ao crime em virtude da sua proximidade com os “delinquentes”, com aqueles que produzem e comercializam a droga. (Ibidem)

As sanções jurídicas, do modelo então vigente, também se reforçam a partir do endurecimento da lei em relação ao comércio e à produção de drogas ilícitas. Cria-se no final da década de 1960 o *Bureau of Narcotics and Dangerous Drugs*, (Ibidem, p. 35) que enfatiza a campanha *Law and Order*, reforçando a criminalização do “delinquente” que já é visto e tratado como “traficante” de drogas, inimigo da lei e da ordem social.

A questão do inimigo interno, o pequeno traficante que, como os “delinquentes” da década anterior, eram em sua maioria provenientes das classes sociais menos abastadas, logo foi estendida e ampliada para o conceito de inimigo externo, sendo utilizada como justificativa para intervenções além das fronteiras norte-americanas a partir da década de 1970.

A década de 1970 é marcada pelo amadurecimento da política do inimigo externo. Segundo Rodrigues (2006), foi Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos da América do Norte, no período de 1969 a 1974, quem “declarou “guerra às drogas”, identificando os psicoativos ilícitos como inimigo nº 1 (um) da América, e incentivando o aumento das ações repressivas, internas e externas.”(p.54)

A militarização da política é reforçada com a criação da *Drugs Enforcement Agency*, *DEA*, em 1974, que coordena e aplica as ações proibicionistas tanto em território norte-americano como no exterior. Neste mesmo ano é elaborado pela DEA um documento oficial “sobre abuso de drogas, que assinala a necessidade de apoiar outras nações por meio da internacionalização do programa de drogas, tendo em vista a repressão e o controle de matérias primas.” (Del Olmo, 1990, p. 47)

Inicia-se então uma série de intervenções militares norte-americanas na América Latina em nome da cooperação internacional contra o tráfico de drogas. Estabelecem-se convênios de cooperação norte-americana com vários países, como Bolívia, Peru e México, neste último inclusive com a fumigação de plantações de maconha no ano de 1975. (Ibidem) Essas ações de fumigação



ocorrem até os dias de hoje em territórios como o da Colômbia, como noticiou o jornal O Globo de 28 de setembro de 2011, com o título: Fumigação de plantações de coca origina protesto popular.<sup>77</sup>

Todo esse aparato militar e político que influenciam fortemente a política de todos os países do continente, inclusive o Brasil, acaba por formalizar a inauguração do “mercado ilícito das drogas; desenhavam-se os primeiros passos da economia do narcotráfico.” (Rodrigues, Thiago 2003, p. 49, in Rodrigues, Luciana, 2006, p. 55)

Com o fim da guerra fria na década de 1990 e o reposicionamento do discurso do inimigo interno e externo, o narcotráfico é alçado à categoria de crime organizado transnacional, uma lucrativa atividade que movimenta uma fabulosa quantia em dinheiro livre de qualquer tipo de impostos, com ramificações na violência urbana, com sistemas de corrupção e de lavagem de dinheiro dentro e fora do território norte-americano.

Inicia-se então uma nova fase de repressão, o controle das atividades financeiras, que chega ao início do séc. XXI com dois discursos convergentes, o primeiro diz respeito ao fracasso da “guerra às drogas” iniciada por Nixon e o segundo fala da falência do sistema penal, não só dos Estados Unidos da América do Norte, como de outros países que adotaram a política proibicionista, como o Brasil.

## 2.3

### O Realinhamento da Política Nacional Antidrogas, PNAD/2002

A demarcação de uma política em relação às drogas no Brasil tem como um dos marcos mais recente o ano de 1998. Neste ano, que compreende o período do 1º mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, (1995 – 1998), o então presidente anunciou na Assembleia Geral da ONU, que tinha

---

<sup>77</sup> A matéria pode ser encontrada em:  
[http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=2023471&seccao=EUA%20e%20Am%E9rica](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2023471&seccao=EUA%20e%20Am%E9rica)  
s

como tema “O problema mundial das drogas”, a criação da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), pela medida provisória n. 1.669/1998. (Lima, 2009)

A SENAD estava diretamente subordinada à Casa Militar no Palácio da Alvorada, o que a colocava indiscutivelmente sob a estrutura do poder disciplinar militar, já que o exército é uma das primeiras instituições onde o saber disciplinar é utilizado como forma de controle<sup>78</sup>. Essa inscrição da Secretaria na estrutura da Casa Militar também pode ser lida como um aspecto da segurança nacional, do ponto de vista da soberania, como uma referência à estratégia militar e intervencionista deflagrada pela política antidrogas norte-americana.

Somente no ano de 2002 que se homologa a Política Nacional Antidrogas (PNAD/2002), que traz inscrito em seu texto, como primeiro pressuposto básico, a “busca incessante de atingir o ideal de construção de uma sociedade livre do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas”. (Brasil, 2008, p.10) A própria escrita do texto já é por si só dúbia, pois ao mesmo tempo em que busca a construção efetiva de uma sociedade livre do uso ilícito e do uso indevido de drogas, traz em si a escrita de que o objetivo da busca está em atingir o ideal, o quimérico, o fantástico. Essa aparente contradição pode ser observada no que Foucault (2010b), ao fazer uma análise em exames psiquiátricos em matéria penal, chama de discurso de verdade que faz rir, ou discurso ubuesco<sup>79</sup>, presente nas sociedades ocidentais desde o Império Romano.

O discurso de verdade, aquele revestido de autoridade científica que se mostra infame ou que faz rir, “ao contrário de limitar seus efeitos e descoroar magicamente aquele a quem é dado a coroa [...] manifesta de forma mais patente a incontornabilidade, a inevitabilidade do poder, que pode funcionar com todo o seu vigor e na ponta extrema da sua racionalidade violenta.” (Ibidem, p. 13) A violência discursiva da Política, se mostra em seu primeiro pressuposto básico, não em suas linhas aparentemente contraditórias, mas nos seus efeitos de normalização de um ideal reacionário, de um conservadorismo que nos remete ao ascetismo cristão em relação às drogas, que ignora o uso histórico

<sup>78</sup> A partir do ano 2000, já no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, período de 1999 a 2002, a SENAD, juntamente com outros dispositivos do aparato governamental antidrogas, é incorporada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, funcionando no mesmo Gabinete que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). (Ibidem)

<sup>79</sup> O adjetivo ubuesco foi introduzido em 1922, a partir da peça de A. Jarry, *Ubu roi*, Paris, 1896. Ver Grand Larousse, VII, 1978, p.6319: “Diz-se do que pelo seu caráter grotesco, absurdo ou caricato, lembra o personagem Ubu”; Le Grand Robert, IX, 1985, p 573, in Foucault, 2010b, p. 25.

pela humanidade de substâncias que provocam alteração da percepção da realidade, como observamos no capítulo I dessa dissertação.

A escrita desse pressuposto da Política teve vida curta, já que no realinhamento da Política feito em 2005, no primeiro mandato de governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2007), o texto foi modificado, trocando-se o “ideal de construção de uma sociedade ‘livre’ do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas” (PNAD/2002) para o “ideal de construção de uma sociedade ‘protegida’ do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas”. (Brasil, 2008)

Essa mudança no termo, aparentemente um avanço da proteção sob a proibição, não se refere às drogas como objeto, como mercadoria, se aproximando, talvez, do usuário de drogas como sujeito de direitos, se referindo definitivamente como fator de proteção à saúde da população, pois ela se refere simplesmente ao uso, ou suas consequências, dentro de seu caráter perigoso, de monstruosidade, de anormalidade a ser evitada pelo controle e vigilância das disciplinas. Essa mudança de nomenclatura oculta mais do que explicita a complexidade que nos informa sobre as disputas, sobre as disciplinas, sobre os saberes que concorrem no campo da discussão sobre drogas no cenário brasileiro.

A construção do texto da Política Sobre Drogas no Brasil ocorre em meio a disputas tanto políticas, entre os Ministérios e Secretarias de governo (Lima, 2009) como entre representantes da saúde inseridos na estrutura de governo e grupos da estrutura militar. As disputas disciplinares, também político ideológicas, dizem respeito ao alinhamento do governo brasileiro à política norte-americana de guerra às drogas e seu caráter militarizante e médico-jurídico frente a um novo rearranjo da política sobre drogas no mundo, principalmente de algumas experiências vindas da Europa, que refletem primeiramente nos grupos da esquerda política brasileira, principalmente da área da saúde e dos direitos humanos, que contestam a influência ideológica norte-americana largamente difundida e defendida pelo meio militar e judiciário.

Os grupos de esquerda, ligados à área da saúde, ganham mais espaço e mais liberdade de expressão e de atuação a partir da Constituição Federal de 1988, destacando-se também como marco dessa maior circulação de um pensamento mais progressista de governo em relação às drogas, a eleição para

Presidência da República de Luis Inácio Lula da Silva no ano de 2003, fundador do Partido dos Trabalhadores, PT, partido de esquerda pelo qual se elegeu.

Esse processo é importante porque além de renomear as diretrizes da Política, primeiramente em sua terminologia antidrogas, também adiciona e valida na estrutura governamental discussões de segmentos da sociedade civil, da área da Saúde e dos Direitos Humanos, que entram em disputa no realinhamento da política publicada em 2005, mudando seu primeiro pressuposto de um caráter puramente reacionário para um caráter protetivo, que, por sua vez, não rompe com o proibicionista, mas lhe dá novos contornos.

O segundo pressuposto da Política, que não sofre nenhuma alteração em seu realinhamento, refere-se a “reconhecer as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-o de forma diferenciada.” (Brasil, 2008, p. 13) Reconhecer as diferenças entre os tipos de uso da droga, do seu comércio e do tratamento que destinará a essas diferenças, insere-se claramente dentro do modelo médico-jurídico, já observado pela criminalista venezuelana Rosa Del Olmo (1990) ao analisar o desenvolvimento da política antidrogas norte-americana a partir da década de 1950.

Os normativos que diferenciam os usuários são, necessariamente, elementos de classificação médica, que estabelecem um discurso de verdade científico na diferenciação e na classificação dos tipos de uso, no caso, o uso de drogas, que pode ser ocasional, abusivo, dependente, entre outros, listados na Política na mesma ordem da escrita e também do discurso de uma classificação de outra natureza, da esfera jurídica, que tipifica o delito do tráfico.

A Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006 inova em relação à PND/2005 ao separar no corpo do texto a distinção que define usuários dependentes e traficantes de drogas. Embora o porte de drogas continue a ser criminalizado, não se prevê privação de liberdade para o usuário de drogas, que fica sujeito a medidas sócioeducativas aplicadas pelos Juizados Especiais Criminais, JECRIM. Embora a Lei de 2006 continue com a política de despenalização<sup>80</sup> do

---

<sup>80</sup> A *despenalização*, como se sabe, exclui tão somente a aplicação da pena privativa de liberdade, mantendo a proibição dentro do direito penal, e se diferencia da *descriminalização*, mais ampla e significativa, que retira determinada conduta do rol dos crimes, pela lei ou por interpretação jurisprudencial. Portanto, haverá despenalização quando a conduta, embora típica, deixar de ser apenada com pena de prisão, ou quando esta não puder mais ser aplicada, seja pela criação legal de institutos de substituição da pena, pela interpretação jurisprudencial, ou, pela não proposição da ação... (Rodrigues, 2006, p.174)

usuário da Lei anterior, aumenta o tempo de prisão para o traficante, que passa do mínimo de 03 (três) anos para 05 (cinco) anos.

Essa configuração da Lei nº 11.343/2006, que traz na tipificação do crime de tráfico as mesmas penas para quem importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, traz consigo, guarda, ainda que gratuitamente, torna mais vulnerável o usuário que por razões financeiras precisa compartilhar a droga, ou até participar de seu comércio para obtê-la. Não há uma diferenciação na hierarquia do tráfico, entre o pequeno traficante, ou pequeno varejista e os grandes fornecedores.

Essa linha tênue que estabelece a diferença entre o usuário que tem no comércio da droga sua forma de financiamento do uso e o traficante, o grande varejista que tem como objetivo a administração e manutenção de um mercado de drogas ilícitas com vistas unicamente ao lucro tem sido alvo de vários estudos e várias críticas dentro do direito penal brasileiro. Os resultados da pesquisa de Luciana Boiteux Rodrigues, no artigo intitulado “Tráfico e Constituição: um estudo sobre a atuação da justiça criminal no Rio de Janeiro e de Brasília no crime de tráfico de drogas<sup>81</sup>” de 2009, apontam que a seletividade do sistema penal ainda é baseada na moral proibicionista e no histórico sistema de exclusão social do país.

No sistema brasileiro, o tipo penal do tráfico qualifica-se como tipo aberto, estabelece penas desproporcionais e não diferencia as diversas categorias de comerciantes de drogas observadas na realidade social [...] Nesse sentido, a seletividade do sistema penal foi confirmada na pesquisa, atuando a política de drogas atual como legitimadora do tradicional modelo criminalizador da pobreza no Brasil.<sup>82</sup>

Através da observação dos estudos posteriores ao realinhamento da PNAD/2002, parece-nos claro que este não rompe com a vinculação histórica da política brasileira ao caráter proibicionista da política norte-americana, sendo os dois primeiros pressupostos os mais emblemáticos por trazerem em seu discurso a lógica da proibição e suas ligações com as formas de controle das disciplinas médicas e da área jurídica.

---

<sup>81</sup> Disponível em:  
<https://www4.planalto.gov.br/revistajuridica/vol-12-n-94-jun-set-2009/menu-vertical/artigos/artigos.2009-11-30.4551538167>

<sup>82</sup> Ibidem, p. 24

Embora a Política não rompa com o proibicionismo, avança em alguns aspectos, sendo o principal deles o reconhecimento da redução de danos, RD, como estratégia de abordagem da prevenção, configurando como terceiro capítulo da Política. Mesmo que esta esteja sob a patrulha ético-jurídica do Estado, que alerta no sétimo pressuposto da PND/2005 para não se confundir as estratégias de redução de danos como incentivo ao uso indevido de drogas, o que revela uma compreensão reducionista e moralista das estratégias de RD.

As estratégias de RD “representam um marco da atuação da saúde pública contemporânea, e correspondem a um conjunto de estratégias de saúde pública que têm por objetivo reduzir e/ou prevenir as consequências negativas associadas ao uso de drogas. Essa abordagem está direcionada para aqueles usuários que não querem ou não conseguem, em determinado momento ou circunstâncias, interromper o seu consumo de drogas, a despeito dos danos na esfera pessoal, familiar e/ou social.” (Fonseca & Bastos, in Acselrad, 2005) A redução de danos surge no contexto mundial e nacional como uma alternativa às abordagens que têm por único objetivo a abstinência total de drogas, como nos modelos de comunidade terapêutica surgidas em território norte-americano e a metodologia utilizada e divulgada mundialmente pelos Alcoólicos Anônimos, AA.

Em território nacional, a abordagem de redução de danos ganha apoio principalmente dos segmentos da esquerda política do final da década de 1980, com destaque para aqueles ligados ao movimento antimanicomial ou luta antimanicomial<sup>83</sup> influenciados pela obra de Franco Basaglia<sup>84</sup>. A luta antimanicomial inicia um movimento que propõe a desinstitucionalização da psiquiatria, resultando no ano de 2001 na Reforma Psiquiátrica definida pela Lei Nº 10216 (Lei Paulo Delgado) que desloca o foco de tratamento das unidades hospitalares para os Centros de Atenção Psicossocial, CAPS, unidades de atenção comunitária que têm por objetivo “oferecer atendimento à população, realizar atendimento clínico e reinserção social pelo acesso ao trabalho, lazer,

<sup>83</sup> A Luta Antimanicomial está ligada à Reforma Sanitária brasileira que reformula todo o sistema de saúde, criando o Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da Constituição Federal de 1988, universalizando o acesso à saúde pública.

<sup>84</sup> Renomado psiquiatra italiano que nos anos de 1960 promoveu uma importante reforma na área da saúde mental de seu país. Sua maior publicação foi o livro “A Instituição Negada” (1968), onde expõe seus conceitos e práticas que revolucionaram a psiquiatria italiana e posteriormente do mundo; Em 1973 a Organização Mundial da Saúde reconhece o serviço hospitalar de Trieste, dirigido por Basaglia, como referencia mundial em assistência à saúde mental; Em 1978 a Lei Nº 180 (Lei Basaglia) aboliu os hospitais psiquiátricos (manicômios) em território italiano.

exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços comunitários e familiares”.<sup>85</sup> (Brasil, 2005)

No que concerne à Prevenção, a orientação geral desse capítulo da PND/2005 foca na descentralização político-administrativa através da filosofia da responsabilidade compartilhada, prevendo ações que orientam para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e à valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos.

O conceito de bem-estar social pertence ao escopo teórico das ciências sociais, sendo primeiro associado aos ideais iluministas do séc. XVIII, que são retomados pelo processo de reconstrução europeia pós Segunda Grande Guerra, que passa pela experiência do Estado de Bem-Estar Social, *Welfare State*, que segundo Esping-Andersen, “economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado em favor da exigência da extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa de ideias de justiça social, solidariedade e de universalismo.” (1995, p.73) Andersen acrescenta que, “politicamente, o *Welfare State* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo”. (Ibidem, p. 73). Destacamos que, quando Andersen se refere à construção nacional está se referindo basicamente aos países de capitalismo desenvolvido.

Outro capítulo onde se faz sentir o eco de um pensamento mais progressista, principalmente vinculado ao discurso da Reforma Sanitária é o capítulo que fala do Tratamento, Recuperação e Reinserção Social, onde é mencionada em suas diretrizes a garantia da articulação e integração em rede nacional das intervenções para tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional – previstos e elencados dentro das unidades do sistema de saúde – com o próprio Sistema Único de Saúde, SUS e com a Política de Assistência Social através do Sistema Único de Assistência Social, SUAS.

Embora este capítulo aborde a reinserção social dentro de um caráter ampliado, já que prevê reinserção familiar, ocupacional e social, o faz dentro dos limites da atenção em saúde mental, pois não prevê de forma objetiva a

---

<sup>85</sup> [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=29797&janela=](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29797&janela=)

autonomia não tutelada. Tanto na orientação geral do capítulo, quanto nas diretrizes, a palavra autonomia não é mencionada, faz-se referência à família, instituições públicas, não governamentais e privadas, como locais de inserção social e ocupacional sem estipular o tipo de relação, o que nos leva a supor tratar-se de uma relação protegida.

Esses dois capítulos são importantes na direção dessa análise, pois o enfoque dado à Prevenção e à Reinserção Social estão escritos dentro da disciplina médica, do conceito ampliado de saúde que passa a ser a política do Ministério da Saúde após a Reforma Sanitária, que é afirmada pela Constituição Federal de 1988. “A saúde deixa de ser encarada como estado de não doença e passa a ser relacionada à qualidade de vida da população, às condições de moradia, de trabalho, de alimentação, o nível de renda, de lazer, entre outros”. (<http://misodor.com/SUSBRASIL.php>) Nesse sentido, os indicadores de saúde passam a ser tomados como reflexo e como indicadores sociais, de desenvolvimento e de bem estar da população, se aproximando da lógica do modelo político de *welfare state* das democracias liberais europeias, descrito por Esping-Andersen. (1995. P. 73)

O quarto capítulo da Política, da Redução da Oferta, visa em sua orientação geral reduzir substancialmente os crimes relacionados ao tráfico de drogas ilícitas e ao uso abusivo de substâncias nocivas à saúde, vistos como ‘responsáveis’ pelo alto índice de violência no país, além de manter ações de repressão pela erradicação e apreensão permanentes dessas substâncias produzidas no país. Mantêm-se nesse capítulo a associação do uso de drogas com a delinquência já observada por Del Olmo (1990) na sociedade norte-americana, além de ressurgir no texto estratégias de repressão ainda ligadas ao ideal de uma sociedade ‘livre’ do uso de drogas ilícitas, pela erradicação e apreensão permanente dessas substâncias produzidas no país. Tanto na Redução da Oferta, quanto no quinto capítulo, Estudos, pesquisa e avaliações, conserva-se claramente o vínculo com a Política Antidrogas norte-americana e com os tratados internacionais de cunho proibicionista.

Não podemos deixar de observar na construção do discurso da PND/2005 um esboço do discurso divergente do modelo proibicionista, mas muito mais demarcado pela ruptura das disciplinas médicas com o modelo sanitário e psiquiátrico anteriores às Reformas do que com uma proposta mais abrangente de ruptura com o modelo proibicionista. O modelo de saúde



implementado pós Constituição Federal de 1988 é fundamental para se entender as disputas, os avanços do ponto de vista sanitário e os recrudescimentos da relação médico/jurídica.

A PND/2005 transita entre os avanços da Reforma Sanitária e da luta antimanicomial e o proibicionismo como forma jurídica, de manutenção governamental de controle e de dominação nas relações de poder estabelecidas na sociedade brasileira, seja nas relações históricas que compõem o Estado brasileiro, da flagrante desigualdade social apontada por Rodrigues (2009), ou nas relações de interesses que perpassam as disciplinas, os grupos políticos, econômicos, religiosos, sociais, nacionais ou internacionais apontados por Lima (2009).

...as normalizações disciplinares vêm cada vez mais esbarrar contra o sistema jurídico da soberania, cada vez mais nitidamente aparece a incompatibilidade de umas com o outro; cada vez mais é necessário uma espécie de discurso árbitro, uma espécie de poder e de saber que sua sacralização científica tornaria neutros. E é precisamente do lado da extensão da medicina que se vê de certo modo, não quero dizer combinar-se, mas reduzir-se, ou intercambiar-se, ou enfrentar-se perpetuamente a mecânica da disciplina e o princípio do direito. O desenvolvimento da medicina, a medicalização geral do comportamento, das condutas, dos discursos, dos desejos, etc., se dão na frente onde vêm encontrar-se os dois lençóis heterogêneos da disciplina e da soberania.<sup>86</sup>

Dentro do contexto das sociedades modernas, a partir do séc. XIX até os dias de hoje, o poder se exerce “através, a partir do e no jogo próprio dessa heterogeneidade entre um direito público da soberania e uma mecânica polimorfa das disciplinas.” (Ibidem, p.45) O discurso da disciplina é alheio ao discurso da lei, da vontade jurídica da soberania, pois este se refere à norma, a uma normalização da natureza do corpo-espécie da população, que difere da regra jurídica derivada da soberania. O horizonte teórico das disciplinas não se encontra no “edifício do direito, mas no campo das ciências humanas,” (Ibidem, p.45) sendo a justaposição, o enfrentamento desses dois mecanismos de tipos de discursos heterogêneos que faz com que as relações de poder e de controle da vida da população sejam atravessadas pelo exercício do direito, como limitador externo e parte integrante da soberania e pelas técnicas de normalização dos corpos pelas disciplinas.

---

<sup>86</sup> Foucault, 2005, p. 46

Dentro desse contexto, onde o jogo político se estabelece com e a partir da heterogeneidade discursiva, tendo as normalizações dos saberes disciplinares em composição, ora convergente, ora divergente, com os princípios jurídicos da soberania no exercício do biopoder, que buscaremos analisar no próximo e último capítulo as condições de possibilidades da passagem do Conselho Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro, CEAD, da estrutura da Secretaria Estadual de Justiça e Defesa do Consumidor<sup>87</sup>, SEJCON, para a estrutura da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, SEASDH.

---

<sup>87</sup> Após a Constituição de 1988 e em especial durante a década de 2000, a Secretaria de Justiça do estado passa por várias e constantes mudanças estruturais, o que faz com que a Secretaria mude no nome várias vezes.

### 3

## A Política Estadual sobre Drogas no Rio de Janeiro e sua Aproximação com a Assistência Social

No capítulo II conferimos como a política sobre drogas, na sociedade norte-americana e brasileira, se organiza através do jogo heterogêneo entre o sistema jurídico e uma mecânica polimorfa das disciplinas, o que gera no jogo discursivo sobre drogas a articulação entre o saber disciplinar da medicina, de normalização da vida (Foucault, 1987) e o saber jurídico, que ora enquadra o uso de drogas dentro da área dos cuidados com a saúde individual, ora o estabelece a partir do edifício jurídico de uma nova soberania, que surge com e a partir da governamentalização do Estado que irá atuar no conjunto da população através de uma nova racionalidade, o biopoder. (Foucault, 2011b)

A conformação médico/jurídico do discurso sobre drogas perpassa toda construção do aparato brasileiro no que tange a formulação das leis e dos dispositivos disciplinares que irão lidar com esse fenômeno da população, que simultaneamente será tratado como uma questão dos cuidados com a vida, próprio do biopoder, mas que se apresentam também dentro de um novo tipo de soberania que terá no aparato jurídico seu espaço de atuação, não no sentido estrito, no sentido de limites intransponíveis e impenetráveis, mas através de um jogo heterogêneo onde o sistema jurídico se apresenta como elemento da soberania e, ao mesmo tempo, como seu limitador externo, como zona de aproximação entre essa mesma soberania e a mecânica polimorfa das disciplinas para a regulação da vida. (Foucault, 2011b)

A partir desse binômio saúde/justiça, ou também podemos dizer saber disciplinar e razão de Estado<sup>88</sup>, que se constrói a Política Sobre Drogas no Brasil, sendo acrescentados novos elementos de controle da população que apontam diretamente para o desenvolvimento da sociedade capitalista, dentro de uma concepção de saber/poder, de disputas, de biopoder e de governamentalização da soberania brasileira, que a partir da Constituição

---

<sup>88</sup> Para resumir, a razão de Estado não é uma arte de governar segundo as leis divinas, naturais ou humanas. Esse governo não tem que respeitar a ordem natural do mundo. Trata-se de um governo em concordância com a potência do Estado. É um governo cujo objetivo é aumentar essa potência em um quadro extensivo e competitivo. (Foucault, 2010c, p. 376)

Federal de 1988 inicia um processo de democratização dos direitos e de maior abertura política.

A extensão da cidadania aos direitos políticos, a observação dos direitos que constam na Declaração de Direitos Humanos da ONU e a criação de mecanismos de participação democrática, como o orçamento participativo, fóruns comunitários e conselhos de política pública, passam a compor a política brasileira a partir da Constituição de 1988 com o que Pereira (2002) chama de “obrigações sociais positivas do Estado”, respaldados nos princípios de igualdade e justiça social. Para Pereira (Ibidem) as obrigações sociais positivas do estado estão ligadas diretamente ao conceito de liberdade positiva, onde se faz necessária a intervenção do estado para o exercício dos direitos legais. Pereira vai enfatizar “novos bens merecedores de garantias legais” (Bobbio, 1992 apud Pereira, Ibidem), novas categorias de sujeitos e novos princípios e critérios de distribuição de justiça.

Em artigo intitulado “Judiciário e Políticas Públicas: a concretização dos direitos fundamentais-sociais”, Álvaro Rocha (2010) enfatiza que a partir da Constituição Federal de 1988 o cenário jurídico-político brasileiro apresenta uma transição entre a postura influenciada pelo liberalismo tradicional e uma busca de implementação de um Estado Democrático de Direito, “que se traduz pelo aumento das ações dos administradores públicos no sentido de implementar os “direitos fundamentais-sociais positivos” ou de cidadania (Marshall, 1969, p. 64 apud Ibidem, p. 19), que a Constituição estabelece.” (Ibidem) Esse cenário de observação e garantia dos direitos de cidadania, conferem, dentro do âmbito do Estado, uma maior transferência de poder do Legislativo e do Executivo para a esfera do Judiciário, pois cabe a este a garantia dos princípios constitucionais. (Rocha, 2008, p. 148-155 apud Ibidem p. 19)

A influência do liberalismo tradicional, da qual Rocha (Ibidem) se refere, está intimamente ligada à concepção de direitos políticos e dos direitos civis que surgem com a construção do liberalismo econômico do séc. XVIII descrito por Adam Smith, onde o direito atua na defesa das liberdades e garantias individuais. Foucault (2008b) ao analisar a emergência do liberalismo europeu em substituição ao sistema mercantilista do séc. XV, XVI e XVII, onde, segundo o autor, o jogo econômico é um jogo de resultado nulo<sup>89</sup>, já que para o

<sup>89</sup> E é um jogo de resultado nulo simplesmente por causa da concepção e da prática, por sinal monetarista, do mercantilismo. Existe certa quantidade de ouro no mundo. Como é o ouro que

enriquecimento de uns é necessário o empobrecimento de outros, faz uma comparação entre esses dois sistemas, onde o mercantilismo se apresenta como um jogo finito, dado à escassez de recursos, e o liberalismo que se apresenta como um jogo de enriquecimento coletivo e infinito, pois se baseia na troca, no comércio mútuo segundo as leis do mercado, de maior lucro possível para o vendedor e de menor custo possível para o comprador.

O estabelecimento do sistema liberal de mercado, onde a liberdade se apresenta como direito fundamental, abre espaço para o que Foucault (Ibidem, p. 77) chama de jurisdificação do mundo a partir dos termos da organização de um mercado. Um exemplo interessante dessa jurisdificação é a história do direito marítimo no séc. XVIII, onde o mar é concebido como um espaço de livre concorrência, de livre circulação e de organização de um mercado mundial. A própria pirataria, que ora era utilizada, combatida, incentivada ou suprimida pelos diferentes Estados europeus se estabelece em função de certo número de princípios de direito. (Ibidem, p. 77)

A configuração do Estado liberal europeu torna a teoria do direito e as instituições judiciárias de multiplicadores do poder soberano para subtratores desse poder, o que já podemos constatar mesmo a partir do séc. XVII através de grandes teorizações a respeito do direito natural de Hobbes, de “guerra de todos contra todos” ou no contratualismo de Rousseau no séc. XVIII, onde, por força de um contrato, se estabelece os princípios de convivência em sociedade e por consequência se estabelece os limites do poder soberano.

A limitação imposta pelas teorias do direito ao poder de soberania se estabelece a partir de uma limitação externa, pois se baseiam em limites fora da razão de Estado, como demonstra Foucault: “os limites que se procura pôr à razão de Estado são limites que vêm de Deus ou que foram estabelecidos de uma vez por todas na origem, ou que foram formulados numa história remota”. (Ibidem, p. 14) A razão contratualista de Rousseau ou de guerra de Hobbes, só se objetará à razão de Estado quando este ultrapassar seu limite externo, o direito. Sendo “nesse momento que o direito poderá definir o governo como ilegítimo, poderá lhe objetar suas usurpações e, no limite, até mesmo liberar os súditos do seu dever de obediência”. (Ibidem, p. 14)

---

define, mede e constitui a riqueza de cada Estado, é evidente que, cada vez que um dos Estados se enriquece, ele faz uma retirada desse estoque comum de ouro e, por conseguinte, empobrece os outros. (Ibidem, p. 73)

O Estado é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente. E a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a se construir e edificar.<sup>90</sup>

Essa racionalidade governamental, chamada razão de Estado, que começa a se constituir no séc. XVI é recortada e definida por “uma realidade ao mesmo tempo específica e autônoma, ou relativamente autônoma” (Ibidem, p. 7), como abordamos no capítulo I, onde as artes de governar estavam indubitavelmente em imanência a um tipo de racionalidade de soberania ao mesmo tempo em que forçavam esta mesma soberania a respeitar certo número de regras, de princípios que são exteriores em relação ao Estado, mas que também o dominam, como as leis morais, divinas e naturais, que não são nem homogêneas nem intrínsecas ao Estado, daí a natureza divina dos reis, que durante muito tempo foi necessária para imprimir legitimidade ao reinado.

Essa limitação externa da razão de Estado será equacionada a outro tipo de limitação da soberania a partir do séc. XVIII, dessa vez interna: a economia política. (Foucault, 2008b) A economia política não surge fora da razão estatal como o pensamento jurídico, surge no âmbito dos objetivos da soberania, objetivos estes que já aparecem no séc. XVI, como pudemos observar muito claramente no capítulo I através da análise de trechos do discurso de Pero Vaz de Caminhas ao relatar sua chegada ao Novo Mundo e sua menção às possíveis riquezas da terra, próprio do pensamento mercantilista, de acúmulo de ouro para o fortalecimento do Estado.

A economia política como limitadora interna da razão de Estado não irá se restringir ao enriquecimento do Estado, mas irá situar a soberania em outro regime de verdade, em processo semelhante, guardada as proporções e complexidades, a emergência do conhecimento pela dialética socrática como regime de verdade em substituição ao conhecimento pelo êxtase dionisíaco da tragédia grega, abordados no capítulo I. Somente com a instituição desse novo regime de verdade e com a passagem da noção de riquezas para o conceito de economia, que a razão de Estado passa a ter na economia política sua base de autolimitação interna, que não será demarcada pela legitimidade ou ilegitimidade da verdade jurídica, divina ou moral, mas como fracasso ou sucesso nos termos do regime de verdade da política de mercado. Dentro do sistema liberal, não

---

<sup>90</sup> Ibidem, p. 6.

respeitar os limites da economia política não torna o soberano ilegítimo, mas sim um governante inábil. (Ibidem)

Segundo Foucault (Ibidem), essa demarcação do verdadeiro e falso dentro da estrutura da soberania de Estado, será estabelecida não mais a partir dos princípios do direito, mas a partir do mercado, que é tomado a partir de seu sentido estrito como local de troca, de estabelecimento de valor, de diferenciação entre verdadeiro e falso e por isso, um local de produção de verdades, de verificação e de uma nova forma de jurisdição. (Ibidem, p. 45)

A importância da teoria econômica – quero dizer, dessa teoria que foi edificada no discurso dos economistas e se formou na cabeça deles -, a importância dessa relação preço-valor vem precisamente do fato de que ela possibilita que a teoria econômica indique uma coisa que agora vai ser fundamental: que o mercado deve ser revelador de algo que é como uma verdade.<sup>91</sup>

É a conjunção entre esse novo regime de produção de verdade, no interior da razão de Estado, e a incapacidade da soberania em conhecer e controlar todas as realidades jurídicas, disciplinares e racionalidades econômicas, “que substitui aquela noção do equilíbrio equitativo do princípio de justiça, da “justiça equitativa” que ordenava outrora a sabedoria do príncipe,” (Ibidem, p. 24) pela noção de máximo/mínimo na arte de governar o estado liberal. Foucault continua:

Pois bem, é essa, a meu ver, na questão de autolimitação pelo princípio de verdade, é essa a formidável cunha que a economia política introduziu na presunção indefinida do Estado de polícia. Momento evidentemente capital já que se estabelece em seus lineamentos mais importantes, não, é claro, o reinado da verdade na política, mas certo regime de verdade que é característico precisamente do que poderíamos chamar de era da política, cujo dispositivo básico continua, em suma, sendo o mesmo ainda hoje.”<sup>92</sup>

Essa demarcação de um novo regime de verdadeiro e falso, que o liberalismo econômico de Adam Smith implanta a partir do séc. XVIII em substituição ao Estado de polícia<sup>93</sup> do séc. XVI até meados do séc. XVIII, será

<sup>91</sup> Ibidem, p. 44

<sup>92</sup> Ibidem, p. 24-25

<sup>93</sup> Ao se referir ao Estado de polícia, Foucault nos remete aos séc. XVII e meados do XVIII onde a técnica de governo se dá pela observação da tradição, tanto no plano individual quanto na totalidade, onde a “polícia” se desenvolve como uma racionalidade de Estado. Ao analisar a

retomada e reatualizada no séc. XX a partir do neoliberalismo europeu, norteamericano e brasileiro pós Constituição de 1988, onde o discurso liberal “forma um dispositivo de saber-poder que marca efetivamente no real o que não existe e submete-o legitimamente à demarcação do verdadeiro e do falso”. (Ibidem, p. 27)

Dentro desse contexto da razão de Estado e seus limitadores interno e externo, da governamentalidade, das disciplinas e do regime de verdade implantando pelo liberalismo que buscaremos entender o discurso e os direcionamentos da política pública em relação às drogas no Rio de Janeiro, tendo o entendimento de política pública a partir das noções e conceitos foucaultianos de biopoder e biopolítica (Foucault, 2011b), como investimentos do Estado em ações na vida do corpo espécie da população, o que destacamos, estritamente em relação à pesquisa dessa dissertação, a partir da vinculação do Conselho Estadual de Entorpecentes do Rio de Janeiro, CONEN/RJ, com os programas de prevenção, tratamento e reinserção social, assim como sua vinculação aos projetos da justiça até sua inserção na estrutura da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, SEASDH.

Retomamos o conceito das novas categorias de sujeitos e dos novos princípios e critérios de distribuição de justiça abordados por Pereira (2002), e o fortalecimento do Poder Judiciário após a C.F de 1988 apontados por Rocha (2010), analisados nessa dissertação através da construção do discurso verdadeiro nos moldes foucaultianos, do mercado como local de verificação e sua relação com o direito como limite externo da soberania e das disciplinas com função de normalização e docilização dos corpos.

A partir da retomada desses conceitos e sua articulação com os saberes locais, suas estratégias e disputas discursivas que vamos procurar entender as condições e possibilidades de inserção do Conselho Estadual Antidrogas, CEAD, na estrutura da assistência social do estado do Rio de Janeiro, formalizada no ano de 2007. Na análise dos dados da pesquisa partiremos da trajetória do CEAD ainda como Conselho Estadual de Entorpecentes, CONEN, que é criado na estrutura da justiça no ano de 1980 e os desdobramentos da criação do Sistema Estadual Antidrogas em 1999.

---

racionalidade de Estado desse período, Foucault diz: “O que os outros autores do séc. XVII e XVIII entendem por “polícia” é muito diferente do que colocamos sob esse termo (...) por “polícia” eles não entendem uma instituição ou um mecanismo funcionando no seio do Estado, mas uma técnica de governo própria do Estado: domínios, técnicas que apelam à intervenção do Estado.” (Foucault, 2010c, p. 377)



### 3.1

#### **O Conselho de Entorpecentes no Rio de Janeiro, CONEN/RJ e a criação do Sistema Estadual Antidrogas**

A formulação do Conselho Estadual de Entorpecentes do Rio de Janeiro remete à Lei Federal nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que dispõe sobre as medidas de prevenção e repressão ao tráfico e ao uso ilícito de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física e psíquica. A Lei federal institui um sistema nacional de prevenção, fiscalização e repressão, atribuindo funções específicas no âmbito federal, estadual e municipal. A adequação do Estado do Rio de Janeiro acontece através de Decreto Estadual nº 3.781, de 09 de Dezembro de 1980, onde se institui o Conselho Estadual de Entorpecentes do Rio de Janeiro, CONEN/RJ, dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Interior, SEJINT.<sup>94</sup>

A adesão do Brasil às convenções internacionais na área de entorpecentes, fortemente influenciadas pela política norte-americana do pós-guerra, como demonstrado no capítulo II, determina a localização do Conselho junto ao aparato da justiça, o que, utilizando os termos de Del Olmo (1999), classifica uma política voltada para a contenção da delinquência social baseada na noção de inimigo interno e externo. Essa característica da política irá influenciar diretamente nos desdobramentos das ações implementadas pelo CONEN/RJ, que estará intimamente ligada a uma noção de segurança pública militarizada que é uma característica das décadas de 1980 e 1990 no Brasil e mais especificamente no Rio de Janeiro, como mostra o artigo publicado pela Justiça Global:

A construção da política de segurança militarizada, nas décadas de 1980 e 1990, baseia-se no discurso de combate ao “tráfico de drogas” na cidade do Rio de Janeiro e tem como efeito números crescentes de civis mortos.<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> Não foram encontrados no local de pesquisa materiais concernentes à composição do Conselho ou seu regimento interno, sendo a data e número do Decreto que o institui retirados do texto de convênios realizados posteriormente.

<sup>95</sup> Ribeiro ... [et al], 2008, p.06.

O aparato jurídico onde se insere o CONEN é fortemente influenciado pelo caráter repressivo, o que leva o Conselho a atuar no reforço do discurso militarizado, vinculado à “doutrina de Segurança Nacional, que durante a Ditadura Militar (1964-1985) estava voltada contra os opositores políticos do regime”. (Ibidem, p.07) Essa vinculação pode ser observada no convênio<sup>96</sup> realizado durante a década de 1980 que estabelece parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através do CONEN e o Ministério da Justiça publicado no Diário Oficial da União de 27 de julho de 1984. Entre as cláusulas desse convênio, a alínea C da Cláusula Terceira, aponta como compromisso do estado com o Departamento de Polícia Federal, DPF, o fornecimento de informações sobre pessoas ‘suspeitas’ ou indiciadas pela prática de tráfico ou de uso indevido de drogas, bem como os locais de incidência dessas atividades.

A impressão repressora e policialesca do sistema nacional implantado em 1976, e ratificado pelo Rio de Janeiro em 1980, é reforçada por um curioso documento encontrado nos materiais pesquisados. Trata-se de uma carta<sup>97</sup> remetida pelo então governador do estado, Sr. Leonel Brizola, ao Ministro da Justiça, Sr. Ibrahim Abi-Ackel, na qual o governador indaga ao ministro quais os recursos que o Governo Federal irá alocar diretamente às unidades de polícias do Estado destinadas ao combate ao tráfico de drogas. Como resposta a esta carta, o DPF emite o ofício 206/84-CCP/DPF, no qual se responsabiliza em fornecer apenas manuais e formulários relativos ao assunto bem como cursos de especialização.

Outro convênio da década de 1980, já no final da década, que reforça a vinculação do Conselho com o aparato jurídico, mas que também lhe dá contornos assistenciais no que se refere aos direitos individuais é o Convênio nº 1434/88 de 05 de maio de 1988<sup>98</sup>. Este convênio estabelece parceria entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, com a Secretaria de Estado de Justiça, agora sob nova nomenclatura, SJU, em 1988. Essa parceria estabelece a sede do Conselho em endereço cedido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, agregando o funcionamento dos projetos relacionados, no âmbito da SJU, com os Direitos Humanos, a Segurança Pública, a Defesa das Vítimas do Delito e a Política Criminal e Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro. Em sua Cláusula Terceira o convênio estabelece que o CONEN, em

---

<sup>96</sup> Anexo1.

<sup>97</sup> Anexo1.

<sup>98</sup> Anexo 2.

conjunto com a UERJ, buscará atuar na realização de programas nas áreas de prevenção, do tratamento e da reinserção social de usuários com problemas decorrentes do consumo de drogas, objetivando, inclusive, apoiar e desenvolver o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas da UERJ, NEPAD/UERJ.

A aproximação do Conselho com os programas de prevenção, tratamento e reinserção social a partir de sua parceria com a UERJ, bem como sua vinculação com os projetos da SJU na área dos Direitos Humanos e da Segurança Pública estão dentro do binômio médico/jurídico que dá o contorno da política antidrogas brasileira. Embora elementos das disciplinas de saúde e sociais estejam presentes na estrutura do convênio, é sua delimitação jurídica ainda fortemente influenciada pelo discurso militarizado da ditadura, que dará o tom das ações do Conselho nesse final da década de 1980 e durante toda a década de 1990.

Ao falar sobre a sanção normalizadora no interior das disciplinas e sua proximidade com os mecanismos penais, de certo “privilegio de justiça”, Foucault, comenta:

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma <<infra-penalidade>>; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença.<sup>99</sup>

Diferente da saúde que, como disciplina<sup>100</sup>, mantém sua diferenciação em relação ao limitador externo da razão de Estado, o que lhe confere a possibilidade de articular alternativas fora do limite interno da soberania, as disciplinas sociais encontram na defesa e na ampliação dos direitos individuais e democráticos sua vinculação ao discurso jurídico, que, objetivamente, só contestará a razão de Estado e seu limitador interno, a razão econômica, na medida em que este ultrapassar os limites dos direitos. Essa relação do Conselho com a UERJ e com as disciplinas sociais, dentro do momento histórico

---

<sup>99</sup> Foucault, 1987, p.159.

<sup>100</sup> Dentro do momento histórico brasileiro das décadas de 1980 e 1990, de utilização do saber médico como objeto de articulação para reformas na estrutura da sociedade.

de redemocratização do país a partir da Constituição de 1988, possibilita uma aproximação cada vez maior do CONEN/RJ com a assistência aos direitos do cidadão, que podemos ver mais claramente a partir das mudanças de estrutura, dos convênios e parcerias estabelecidas pelo Conselho durante a década de 1990.

A atuação do Conselho na década de 1990 é marcada por uma série de convênios que estabelecem uma política de atuação muito mais direcionada para a assistência direta aos direitos do cidadão do que para a formulação da política estadual. Esse direcionamento o aproxima cada vez mais dos programas de prevenção, tratamento e reinserção social, o que leva à criação de uma Secretaria Executiva do CONEN/RJ, através do Decreto 21.187 de 23 de Dezembro de 1994. A atuação da Secretaria Executiva irá possibilitar a articulação do Conselho com outras entidades de apoio ao cidadão dentro do contexto dos direitos previstos no âmbito da justiça.

Em matéria publicada em 06 de fevereiro de 1996, o Jornal do Brasil<sup>101</sup> traz a seguinte chamada: “O apito atravessa o samba: polêmica do verão fica fora do enredo do Suvaco e do Simpatia: onde compositor derrotado garante que sofreu censura.” A matéria se refere à estratégia utilizada por jovens usuários de maconha, cannabis sativa, que passam a utilizar apitos no posto 09 da praia de Ipanema para denunciar a presença de agentes de repressão ao uso. Essa estratégia utilizada pelos jovens gerou muita polêmica e como de hábito no cenário cultural carioca, virou marchinha de carnaval que, segundo a matéria, foi derrotada ou censurada pelos organizadores que elegeram a marcha daquele ano.

A polêmica também gerou reações do governo e de outros setores da sociedade, como mostra o subtítulo da matéria: “Marcelo faz contra-ataque com folheto”. Marcelo Alencar, então governador do Estado do Rio de Janeiro, (1995-1999), através do CONEN/RJ, lança uma campanha que planeja bombardear a praia com a distribuição de milhares de folhetos educativos em relação aos perigos das drogas:

---

<sup>101</sup><http://news.google.com/newspapers?id=cDAyAAAAIBAJ&sjid=BbcFAAAAIBA&hl=pt-PT&pg=6470%2C2301792>

O governo do Estado não vai usar a polícia como única arma de combate às drogas nesse verão. A partir do próximo fim de semana o Conselho Estadual de Entorpecentes, CONEN, começa a bombardear as praias da zona sul com munição que considera muito mais eficiente para atacar o problema: a informação. *Não faça de seu verão uma droga* é a mensagem que será levada aos banhistas através de 100 mil folhetos e 15 mil adesivos de carros, despejados na praia possivelmente com a ajuda de um helicóptero.<sup>102</sup>

A própria linguagem utilizada pela matéria, “contra-ataque”, “bombardeio” e distribuição de folhetos por helicóptero, por si só, já compõe um cenário de guerra, o que é descartado pela fala do então Presidente do CONEN/RJ, Sr Elmo Portella, que diz que a campanha por um verão sem drogas não é uma resposta aos apitos dos frequentadores do Posto 09, mas ressalta que esse trecho da praia terá especial atenção, Portella acrescenta: “Não queremos confronto. Nossa ideia é doutrinar as pessoas em relação aos perigos das drogas.”<sup>103</sup>

A estratégia do presidente do Conselho não é prender os usuários do Posto 09, mas sim dar assistência a eles e aos frequentadores de outras praias através da informação, mesmo que essa informação tenha um aparato repressivo e seja primeiramente direcionada à juventude da elite carioca, que até os dias de hoje, tem aquela parte da praia como *point* da juventude bem nascida do Rio de Janeiro.

Como estratégia do Conselho, anunciada na mesma matéria citada acima, está o estabelecimento de 07 (sete) convênios com instituições diversas a fim de dar assistência e tratamento a pessoas dependentes de drogas (Ibidem), sendo este o marco considerado por esta pesquisa que sedimenta a aproximação do Conselho com a função assistencial e executiva da política, em detrimento de sua função normativa e deliberativa, o que irá se adensar no final da década de 1990 e na década de 2000 a despeito das prerrogativas da Constituição de 1988.

Nos convênios encontrados pela pesquisa, 03 deles nos chamam atenção por exemplificarem a aproximação do Conselho, órgão normativo, com a função executiva e de assistência à população nas áreas de prevenção, reinserção social e tratamento, são eles: o convênio entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro com a Universidade Gama Filho no ano de 1996, que tem o

<sup>102</sup> Jornal do Brasil, 06 de fevereiro de 1996.

<sup>103</sup> A matéria ainda destaca que dos 50 (cinquenta) agentes que distribuirão os folhetos, 10 (dez) são ex-usuários de drogas condenados pela Justiça a prestar serviço comunitário. (Ibidem)

objetivo de propiciar oportunidades de aperfeiçoamento esportivo a pessoas atendidas pelo CONEN-RJ e outras ações na área de prevenção; o convênio entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC/RJ, também no ano de 1996, que tem em sua cláusula primeira, a finalidade de conjugação de esforços entre os convenientes no sentido de desenvolver o ensino profissionalizante na área do setor terciário da economia e o convênio entre a Secretaria de Justiça, que no ano de 1996 volta a se chamar Secretaria de Estado de Justiça e Interior, SEJINT, com interveniência do CONEN/RJ, e a Secretaria de Estado de Saúde, SES, como interveniente o Hospital Estadual Albert Schweitzer, com o objetivo de criação e manutenção de um centro integrado de recuperação para dependentes químicos na unidade hospitalar.

Embora a regulação do atendimento direto à população usuária de drogas no âmbito do CONEN/RJ só vá ser regulamentada no ano de 1999, como retomaremos mais adiante, o convênio de 1996 entre a Universidade Gama Filho e o Governo de Estado já faz menção a pessoas que são atendidas pelo CONEN/RJ na área da prevenção, o que nos leva a crer que nessa época o Conselho já havia se configurado como um mecanismo de assistência direta à população.

O segundo convênio descrito, fala da política econômica assumida pelo estado na década de 1990, de incentivo ao setor terciário da economia, o setor de serviços, essencial para a retomada do crescimento da cidade e do estado do Rio de Janeiro<sup>104</sup> e para o turismo. Assim como o convênio anterior, esse convênio prevê o encaminhamento de pessoas atendidas pelo CONEN/RJ, neste caso, para as vagas ociosas dos cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC com o claro objetivo de fomentar o aumento do número de pessoas capacitadas para o setor de serviços da economia fluminense.

É importante salientar que um ano antes, em 1995, se desenvolve o primeiro Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro em complemento ao Plano Diretor Decenal regulamentado pela Lei Complementar nº 16/92, que visava consolidar a cidade como uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser centro de negócios para o país e para o exterior<sup>105</sup>. Os

---

<sup>104</sup> Neste caso, a importância da cidade do Rio de Janeiro como centro político, cultural, social e econômico do Estado faz com que a matriz das políticas do Estado e do Município tenha um direcionamento comum.

<sup>105</sup> Para maiores informações: [http://www2.rio.rj.gov.br/smu/paginas/ev\\_planos.asp](http://www2.rio.rj.gov.br/smu/paginas/ev_planos.asp)

esforços do Plano Estratégico se consolidam com o lançamento da candidatura da cidade à sede das Olimpíadas de 2004, que teve Atenas como cidade escolhida.

A vinculação entre os convênios estabelecidos no âmbito do Conselho com as tentativas de retomada de crescimento e de projeção do Rio de Janeiro pode ser feita através do conceito de biopolítica foucaultiano, de ações governamentais de investimento na vida da população, onde a razão de Estado, com seu limitador externo e interno, o direito e a razão econômica, atuam em conjunto com as disciplinas.

O terceiro convênio analisado, dentro do conceito de biopoder, apresenta elementos de defesa do direito de acesso à saúde, objetivado pela justiça, e a articulação com um mecanismo disciplinar da própria saúde, o hospital. É importante salientar que a justiça se coloca como via de acesso aos direitos já garantidos pela Constituição Federal de 1988, de acesso universal à saúde, mas também se coloca como interventora direta na configuração de um Centro Integrado entre a justiça e a saúde.<sup>106</sup>

A vinculação da justiça, no âmbito dos convênios articulados pelo CONEN/RJ em 1996, como garantidora do direito positivo legitimado pela Constituição brasileira de acesso aos serviços de saúde, será influenciada mais tarde, no ano de 1999, pela criação do Sistema Estadual Antidrogas, regulamentado pelo Decreto nº 25.844 de 17 de Dezembro de 1999<sup>107</sup>, referida ao art. 3º da Lei Federal nº 6368, de 21 de outubro de 1976, regulamenta pelo Decreto Federal nº 2632, de 19 de julho de 1998. Destacamos que a regulamentação do Sistema Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro é referida à Lei de 1976, ainda sob as diretrizes da Ditadura Militar brasileira.

Essa configuração do Sistema Estadual Antidrogas possibilita a manutenção da cultura do governo militar, embora sob nova roupagem, necessária pela adequação à Constituição de 1988. O que terá reflexo direto na reformulação do CONEN/RJ, de Conselho criado e pensando dentro do autoritarismo da ditadura, para um Conselho de política pública, dentro dos padrões da recente democracia brasileira.

---

<sup>106</sup> Essa aproximação da razão de Estado com a mecânica polimorfa da disciplina de saúde se dá no momento de estruturação desta última dentro dos moldes do Sistema Único de Saúde, SUS, e da nova realidade da Seguridade Social brasileira a partir da Constituição Federal, que passa a ser formada pelo tripé, saúde, assistência social e previdência.

<sup>107</sup> Anexo 3.

O mesmo Decreto que regulamenta o Sistema Estadual Antidrogas, também muda o nome do Conselho, que passa a se chamar Conselho Estadual Antidrogas, CEAD. O Decreto transfere em seu Art. 4º o acervo patrimonial, pessoal e cargos da Secretaria Executiva do CONEN/RJ para o então criado Departamento de Prevenção Integral às Drogas, DEPRID, que se configura como órgão da então Secretaria Estadual de Justiça, SJU, sendo estipulado no Art. 5º que o diretor geral do DEPRID presidirá o Conselho.

Essa configuração do Sistema Estadual Antidrogas e do CEAD possibilita a continuidade da relação onde as funções deliberativas e normativas do Conselho se confundem com as características executivas, submetendo e limitando a atuação do Conselho aos interesses da Secretaria de Justiça através da junção dos cargos de diretor geral do DEPRID e presidente do CEAD.

Dentre as funções do DEPRID, destacamos: planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de prevenção e repressão ao tráfico ilícito, ao uso indevido, à produção e comercialização não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica e a atividade de recuperação de dependentes, inscritas no Art. 4º inciso I, além de propor a política estadual antidrogas, no seu inciso II. Ao Conselho<sup>108</sup> compete entre outras funções: Art. 6º inciso I, aprovar a política estadual antidrogas e inciso II, exercer orientação normativa sobre as atividades antidrogas e de recuperação de dependentes.

A configuração do CEAD e do DEPRID estará dentro da lógica do Sistema Estadual Antidrogas, que atuará nas áreas de repressão, prevenção, tratamento e reinserção social, como mostra a própria estrutura do Sistema, que se configura com os seguintes órgãos estaduais e municipais:

- O Conselho Estadual Antidrogas, CEAD, como órgão normativo para a prevenção e repressão ao uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica e para atividade de recuperação de dependentes;
- O Conselho Estadual de Segurança Pública, como órgão normativo para a prevenção e repressão ao tráfico ilícito e a produção e comercialização não

---

<sup>108</sup> O Conselho irá se configurar como um órgão normativo de deliberação coletiva, se aproximando da lógica de órgão colegiado, mas não irá respeitar o conceito de paridade entre representantes da sociedade civil e do Estado como consta no Art. 5º.



autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica.

- A Secretaria de Estado de Justiça, como órgão central;
- O Departamento de Prevenção Integral as Drogas, DEPRID, como órgão executivo;
- A Secretaria de Estado de Saúde;
- O Conselho Estadual de Educação;
- A Secretaria de Estado de Fazenda e Controle Geral;
- A Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- A Secretaria de Ação Social, Esporte e Lazer;
- A Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente
- Os órgãos dos Municípios que exercem atividades antidrogas e de recuperação de dependentes, mediante ajustes específicos.

Essa configuração do Sistema Estadual Antidrogas, que agrega várias secretarias estaduais e conselhos tanto no âmbito da prevenção e repressão, quanto na assistência e saúde, juntamente com os rumos político/econômicas que se desenham no estado e no país nesse período, no âmbito estadual o governo Anthony Garotinho (1999-2002) e no âmbito nacional os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), possibilitam, dentro da compreensão dessa pesquisa, a manutenção da cultura política anterior à Constituição de 1988, reativando mecanismos que aparentemente tinham sido superados a partir da conformação da Seguridade Social brasileira, que são: as ações de assistência em saúde vinculadas ao discurso da assistência social, da filantropia e da justiça.

A retomada do discurso assistencial em saúde dentro dos limites do que se refere à área de álcool e outras drogas se torna regulamentada no estado do Rio de Janeiro a partir do Decreto nº 26.172 de 13 de abril de 2000,<sup>109</sup> onde o Governo de estado transfere para a então renomeada Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania, SEASC, a execução administrativa e físico-financeira, bem como a coordenação das ações governamentais referentes ao Projeto de

---

<sup>109</sup> Anexo 4.

Recuperação, Tratamento e Reinserção na Sociedade de Dependentes Químicos.

Embora não tenhamos encontrado no material pesquisado os dados referentes a este projeto, a regulamentação do Decreto nº 26172/00 possibilita a SEASC dar suporte administrativo e físico-financeiro ao andamento de ações em assistência à saúde, elaboradas em seu interior: o Programa Clínicas Populares. Esse programa é lançado em 1999 e inaugurado em 2000 pela SEASC, que tinha por objetivo “possibilitar o acesso da população com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas à internação eletiva.” (Política Pública para a Segurança, Justiça e Cidadania, Plano Estadual, Rio de Janeiro, 2000: 77 in Lima, R.C.C e Alarcon, S, 2004).

Inicia-se então nesse período, a aproximação do Conselho, órgão responsável por exercer orientação normativa sobre as atividades antidrogas e de recuperação de dependentes, determinado pelo Art. 6º, Inciso II do Decreto nº 25.844 de 17 de Dezembro de 1999;<sup>110</sup> o DEPRID, que tem a função de planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de prevenção e repressão ao tráfico ilícito, ao uso indevido, à produção e comercialização não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica e a atividade de recuperação de dependentes, inscritas no Art. 4º inciso I do mesmo Decreto, e a SEASC, que passa a exercer a execução administrativa e físico-financeira, bem como a coordenação das ações governamentais referentes ao Projeto de Recuperação, Tratamento e Reinserção na Sociedade de Dependentes Químicos, estipulado pelo Decreto nº 26.172 do ano 2000.<sup>111</sup>

Essa configuração é importante por permitir e mascarar a manutenção do CEAD dentro de uma lógica autoritária e não democrática, que tem origem na sua formulação como Conselho, criado ainda na época da Ditadura Militar brasileira e na constituição do Sistema Estadual Antidrogas em 1999, que refere o Sistema Estadual diretamente a Lei de 1976, como já abordamos.

Entre os anos de 1999 e 2002 o DEPRID aumenta sua equipe técnica para o atendimento à população, contratando assistentes sociais, médicos, psicólogos e conselheiros em dependência química, transformando-se em

---

<sup>110</sup> Anexo 3.

<sup>111</sup> Anexo 4.

referência estadual para o tratamento de usuários abusivos de álcool e outras drogas, em face da carência de infraestrutura nessa área.

Não há nesse período uma percepção da diferença entre DEPRID e CEAD, tanto para a população atendida, como para os funcionários, que se remetem diretamente ao presidente do Conselho, que também é Diretor Geral do DEPRID. Não por acaso, o ambulatório estabelecido pela atuação do DEPRID fica conhecido popularmente como ambulatório do CEAD, o que é utilizado dentro do discurso do governo estadual como plataforma política com fins eleitorais.

No ano de 2002, há um breve período de mudança na condução do Conselho, em decorrência da troca de governador do estado, deixa o cargo Anthony Garotinho, para concorrer à Presidência da República, e entra no cargo a vice-governadora, Benedita da Silva, que tem um mandato breve, de 08 meses, sendo sua sucessora Rosinha Garotinho, que permanecerá no cargo de 2003 a 2007.

Destacamos que há uma expressiva lacuna documental do Conselho desse período em que Benedita da Silva foi governadora. Há a ocorrência de um grande incêndio em 02 de dezembro de 2002, que atingiu o terceiro andar do prédio, onde funcionava o CEAD e o DEPRID; o quarto andar, Núcleo de Estudos e Pesquisa em Atenção ao Uso de Drogas da UERJ, NEPAD; o sexto andar e do décimo quarto até o décimo oitavo, onde funcionava a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, FEEMA.

Em decorrência dos limites dessa dissertação, não analisaremos os meandros do jogo político partidário que compõem o cenário que nos debruçamos em busca das disputas discursivas, das estratégias de saber/poder que se colocam como discurso de verdade. Limitamos-nos a apontar, partindo da minha experiência como assistente social no CEAD, que nesse período há uma mudança na condução do atendimento, que mantém sua estrutura básica de ações de assistência em saúde pelo viés da justiça, mas permite uma abertura e uma aproximação com o discurso da Política Pública de Saúde, o que é caracterizado pela condução ao posto de presidente do Conselho de um médico psiquiatra.

Pela brevidade desse período e pela falta de documentação, não podemos afirmar que a mudança observada na condução do atendimento represente uma proposta de mudança paradigmática no direcionamento político do Conselho, mas podemos observar seus efeitos através da nota publicada pelo grupo Tortura Nunca Mais/RJ:

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ vem manifestar seu apoio e solidariedade aos pacientes do ambulatório do Conselho Estadual Anti-Drogas – CEAD – em luta pelo afastamento do Dr. Gerson B. Hallais da presidência dessa entidade. Como vem sendo noticiado, várias arbitrariedades foram cometidas durante a sua gestão, como a suspensão dos técnicos responsáveis pelos grupos de ajuda mútua, sem maiores explicações aos usuários. Segundo declarações da Associação dos Dependentes Químicos em Recuperação, tais grupos têm sido importantes no desenvolvimento do trabalho, inclusive salvando vidas. Juntamos nossas vozes às dos pacientes do CEAD que reivindicam o afastamento do Dr. Gerson Hallais, a anulação das medidas adotadas por este presidente, a instalação de um Conselho Estadual Anti-Drogas paritário com a sociedade civil e a manutenção dos grupos de ajuda mútua e dos técnicos responsáveis.<sup>112</sup>

O cancelamento dos grupos de ajuda mútua pelo então presidente do CEAD, está diretamente relacionada ao não reconhecimento pelo Ministério da Saúde da profissão de Conselheiro em Dependência Química, responsáveis pela implementação do modelo 12 passos criado pelos Alcoólicos Anônimos, AA, que até este momento era utilizado no ambulatório do DEPRID e defendido como forma de abordagem pelas comunidades terapêuticas e grupos religiosos.

Nessa citação podemos observar a junção de dois discursos, que são alocados dentro da lógica da defesa de direitos, que são: o direito do cidadão à continuidade dos serviços prestados pelas ações de assistência em saúde, mesmo que essas sejam feitas por profissionais que não são reconhecidos pelo Ministério da Saúde, e a afirmação de um ambiente democrático na condução do Conselho, de representação popular paritária com a representação governamental. O mote que aciona a manifestação popular e agrega a solidariedade do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro questiona a legitimidade do Presidente do Conselho e Diretor Geral do DEPRID na condução das mudanças no atendimento, considerada arbitrária, ao mesmo tempo em que dimensiona a ação dentro do modelo de autoritarismo que configura até então o Conselho e sua rede de atendimento.

<sup>112</sup> <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/noticias.asp?Codnoticia=56&ecg=>

Para abordarmos as estratégias discursivas que se observam nessa citação, interessa-nos apontar como a teia discursiva das disciplinas e dos discursos que se objetivam pela luta por direitos se estabelecem dentro do regime de verdade criado com e a partir das estratégias de biopoder adotadas pelo liberalismo, ou, neoliberalismo, que é retomado pelo governo brasileiro na década de 1990 e 2000 e sua relação com a criação de liberdades, com a garantia e multiplicação de direitos, de bem-estar social conforme o modelo de *welfare state* analisado por Esping-Andersen (1995) nas sociedades capitalistas europeias. A proposta do modelo de bem-estar social, mesmo que de forma incipiente, é inaugurada no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, que se traduz como uma tentativa de aproximação da política brasileira a um novo padrão de desenvolvimento social adaptado e oriundo, conforme Esping-Andersen, do modelo do capitalismo liberal.

Para avançarmos na análise das estratégias discursivas apontadas aqui, faz-se necessário retornarmos rapidamente à estruturação do Sistema Único de Saúde, SUS, dentro da conformação da política de Seguridade Social brasileira, regulamentada pelo Constituição de 1988 e sua articulação, no âmbito do Rio de Janeiro, no que se refere aos investimentos do governo para a manutenção de ações de assistência em saúde.

### 3.2

#### **As Mudanças Estruturais na Saúde Brasileira da Década de 1990**

É durante a década de 1990 que o sistema de saúde brasileiro passa por uma série de transformações e mudanças estruturais que, no âmbito estadual, irá influenciar diretamente as ações implementadas pelo Sistema Estadual Antidrogas e na relação entre a assistência em saúde e o direito do cidadão às políticas da Seguridade Social brasileira garantida pela CF de 1988.

Durante a década de 1990, a saúde no Brasil foi palco de uma série de modificações estruturais decorrentes da Reforma Sanitária e Psiquiátrica e da implantação do Sistema Único de Saúde, SUS, garantido pela Constituição

Federal de 1988. A regulação infraconstitucional do SUS se consolida na década de 1990, com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que trata dos processos de descentralização das competências, que serão administradas nas diferentes esferas de governo – nacional estadual e municipal - e da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro do mesmo ano, que versa sobre os mecanismos de transferência de recursos financeiros às demais instâncias de gerência. (Brasil, 2002, p.07) A partir de então, uma série de Normas Operacionais Básicas, NOB-SUS, foram editados pelo Ministério da Saúde através de portarias nos anos de 1991<sup>113</sup>/92<sup>114</sup>/93<sup>115</sup> e 1996<sup>116</sup>.

As duas primeiras NOBs se encarregaram, basicamente, do desmonte da estrutura centralizada de antes, implementando a descentralização, que é uma das principais características do SUS, sendo somente a partir da NOB/93 que se estabelece a descentralização das ações e serviços de saúde através da Comissão Intergestores Bipartite, CIB, no âmbito estadual e da Comissão Intergestores Tripartite, CIT, no campo Federal. (Ibidem, p. 08) A CIB é composta por representantes das secretarias municipais de saúde e da Secretaria Estadual, deliberada pelo Conselho Estadual de Saúde, CES, que por sua vez é composto por vários segmentos da sociedade, de forma paritária, como gestores, usuários, profissionais, entidades de classe entre outros. A CIT é composta pelos representantes do Ministério da Saúde, M.S, das secretarias municipais e estaduais de saúde. (Brasil, 2009, p.05)

Somente na NOB/96 que se estabelece o sistema de descentralização para os municípios:

<sup>113</sup> Norma Operacional Básica 01/91. Nova Política de Financiamento do SUS. Resolução n.º 259 do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), de 7 de janeiro de 1991. Diário Oficial de 10 de janeiro de 1991, Seção I, págs. 641-4; Resolução n.º 273 do Inamps, de 17 de julho de 1991. Diário Oficial de 18 de julho de 1991, págs. 14.216-9 (reedição). In Ibidem, p. 08.

<sup>114</sup> Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde para 1992 (NOB-SUS/92). Portaria da Secretaria Nacional de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde n.º 234, de 7 de fevereiro de 1992. Diário Oficial de 10 de fevereiro de 1992, págs. 1.584-8. In Ibidem, p. 08.

<sup>115</sup> Norma Operacional Básica 01/93. Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços. Portaria do Gabinete do Ministro da Saúde n.º 545, de 20 de maio de 1993. Diário Oficial n.º 96, de 24 de maio de 1993, págs. 6.961-5. In Ibidem, p. 08.

<sup>116</sup> Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde (NOB-SUS/96). Brasília: Ministério da Saúde, 1997. – Portaria do Gabinete do Ministro da Saúde n.º 2.023 (Diário Oficial de 6 de novembro de 1996, págs. 22.932-40); com alterações da Portaria do Gabinete do Ministro da Saúde n.º 1.882, de 18 de dezembro de 1997 (Diário Oficial n.º 247 - E, de 22 de dezembro de 1997, págs. 10-1), que estabelece o Piso de Atenção Básica (PAB) e sua composição. In Ibidem, p. 09.

...cabe ressaltar o tratamento especial para as ações básicas de saúde e o estabelecimento de apenas dois sistemas de descentralização para os municípios: a Gestão Plena da Atenção Básica e a Gestão Plena do Sistema Municipal. Na primeira, o município recebe recursos para a administração autônoma das ações básicas, e na segunda essa responsabilidade é ampliada para toda a assistência em ambulatório e hospitalar.<sup>117</sup>

Somente após o estabelecimento dos critérios de gestão é que os municípios começam a receber os recursos necessários para a administração autônoma e de responsabilidade ampliada do sistema municipal, isso ocorre a partir do ano de 1998. (Ibidem, p. 09) A NOB/96 também redefine os critérios de vínculo dos serviços com os usuários, privilegiando os núcleos familiares e comunitários. (M.S, 1997, p. 07)

O direcionamento da política de saúde tendo como base a perspectiva da descentralização e a ênfase nos núcleos familiares e comunitários está centrado no conceito de território, onde as ações buscam um atendimento local e integrado, ampliando o alcance das ações de saúde através da proximidade com a comunidade e com a participação efetiva desta na determinação das ações em saúde. Esse direcionamento da saúde, no que tange a saúde mental e a Reforma Psiquiátrica, reflete no desmonte da infraestrutura hospitalocêntrica e na criação dos Centros de Atenção Psicossocial, CAPS, que surgem primeiro em São Paulo no ano de 1987, com a criação do CAPS Luis da Rocha Cerqueira (Onocko-Campos e Furtado, 2006), e no Rio de Janeiro somente no ano de 1996, com a criação do CAPS Rubens Corrêa em Irajá (Silva, 2000, p.05).

A articulação da saúde no Rio de Janeiro para a localização do primeiro CAPS se dá pela apropriação pela saúde de parte do espólio da primeira instituição de assistência social brasileira, a Legião Brasileira de Assistência, LBA, conforme afirma Silva:

---

<sup>117</sup>Brasil, 2002, p. 09.

A possibilidade de instalação do primeiro Centro surgiu em 1996, quando um conselheiro distrital informou ao Gerente dos Programas de Saúde Mental sobre a existência de um prédio, que havia pertencido à Legião Brasileira de Assistência, LBA, e que, após a extinção desta, tinha sido incorporado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.<sup>118</sup>

A extinção da Legião Brasileira de Assistência, LBA, ocorre através do Decreto Federal<sup>119</sup> nº 1.398 de 16 de fevereiro de 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. A LBA foi a primeira instituição de assistência social criada no país, (Sposati, 2004) criada em 1942, em meio à 2ª Grande Guerra. É marcada pelo patriotismo e pela presença maciça de mulheres, inicialmente destinada a atender os combatentes da guerra e suas famílias. (Ibidem, p. 19) Ainda segundo Sposati, é assegurado no estatuto da LBA que a presidência será presidida pelas primeiras damas da República, o que segundo Mestriner (2001) sedimenta sua vinculação à política governamental.

A vinculação da LBA a sucessivos programas de governo, desde sua criação em 1942 até sua extinção em 1995, se faz possível pelo que Boschetti (2006) chama de “opacidade das ações públicas e privadas de assistência social e a inexistência de uma política explícita para o setor”, (Sposati, 1985; Faleiros, 1989 in Ibidem, p. vii) o que possibilita “a proliferação de ações submetidas a interesses pessoais, populistas e clientelistas.” (Ibidem, p. vii) Destacamos que embora a assistência social seja reconhecida como política pública pela C.F de 1988, ela só é regulamentada a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) promulgada em dezembro de 1993, (Ibidem, p. ix), menos de dois anos antes da extinção da LBA.

Retornando à implantação do primeiro CAPS no Rio de Janeiro em 1996, além da utilização do prédio da extinta LBA, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, SMDS, também cedeu funcionários, além de viabilizar o contato com as famílias, necessário para a realização do trabalho do CAPS. (Silva, 2000, p. 07)

Embora dentro da Seguridade Social brasileira, essa aproximação entre a assistência e a saúde se dá no nível estrutural e pessoal, não se traduzindo pela lógica de complementaridade entre as políticas, mas através do que se traduz, nesse fato isolado, como aproximação personalista entre as secretarias municipais.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 06.

<sup>119</sup> Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/legislacao/Arquivos/Decretos/D139895.pdf>



O distanciamento da lógica da complementaridade das políticas que constituem a Seguridade Social também ocorre no âmbito estadual, que se constituem sob outra lógica, a lógica do Sistema Estadual Antidrogas, o que possibilita, no final da década de 1990, a Secretaria de Estado de Ação Social lançar o Programa Clínicas Populares, como já foi citado anteriormente.

### 3.3

#### **Ações de Assistência em Saúde pelo Viés da Justiça: a heterogeneidade discursiva da Assistência Social e o Programa Clínicas Populares**

O Programa Clínicas Populares é criado em um cenário onde a política estadual é fortemente influenciada pelo caráter assistencialista do governo Anthony Garotinho. Além de sofrer forte pressão da mídia e de alguns segmentos da sociedade no que se refere às ações governamentais na área da segurança pública, o cenário de violência que se instala no estado, percebido e debatido pelo viés do combate ao tráfico e ao uso de drogas ilícitas, que nesse período é elevado ao posto de inimigo público nº 01 (um), força o governo a implementar ações na área da prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de drogas como alternativa ao aparato repressor.

Ao caracterizar a criação do Programa Clínicas Populares, Lima e Alarcon (2004) faz as seguintes observações:

O contexto de sua implantação, com a inauguração da 1ª Clínica Estadual para Recuperação de Dependentes Químicos em Santa Cruz, zona oeste do Município do Rio de Janeiro, expressou a percepção, pelo poder público, das demandas de uma parcela da população a quem antes era destinada uma gama de abordagens não específicas, de qualidade e resolutividade discutíveis, como a internação em hospitais psiquiátricos ou em comunidades terapêuticas – estas últimas geralmente de cunho religioso – isso quando essa população não era simplesmente enquadrada no sistema coercitivo através das ações do aparato

policial e da Justiça. Conforme bem expressou um dos ex-internos da clínica, *“para o pobre, antes, só tinha o cacete da polícia”*.<sup>120</sup>

A delimitação das ações e do discurso do governo do Rio de Janeiro na área de álcool e outras drogas desse período, dentro dos dados encontrados por esta pesquisa, só ganha maior clareza a partir do entendimento do Sistema Estadual Antidrogas, citado anteriormente, que agrega em seu interior várias secretarias estaduais e conselhos.

Estabelecem-se nesse período três discursos principais no estado, aparentemente distintos, mas que atuam no interior do Sistema Estadual Antidrogas: a perspectiva da assistência social como política pública, baseada na proteção social aos mais vulneráveis, fortemente influenciada pelo discurso humanitário, de justiça social e defesa da cidadania; a perspectiva jurídica, de aumento das garantias individuais, de objetivação dos direitos positivados pela Constituição, tendo a conformação das ações de assistência em saúde pelo vínculo entre o CEAD, o DEPRID e Secretaria de Justiça estadual e a Secretaria de Ação Social, um de seus expoentes<sup>121</sup> e, por último, a perspectiva da saúde, esta muito mais influenciada pela política nacional de concretização do SUS e dos avanços das Reformas Sanitária e Psiquiátrica do que pelo cenário do Sistema Estadual Antidrogas.

Partindo desses três discursos, vemos surgir no estado do Rio de Janeiro do final da década de 1990, no que se refere à política de álcool e outras drogas, a introdução de um novo saber disciplinar na configuração do binômio médico/jurídico, (Del Olmo, 1990) o saber disciplinar da assistência social que, como disciplina, irá atuar na normalização das condições de vida da população, (Foucault, 1987) atuando juntamente com o sistema jurídico, com o direito como limitador externo da Razão de Estado, numa relação de biopoder. (Foucault, 2008a)

A necessidade de possibilitar o acesso da população acometida por transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas a ações em saúde no Rio de Janeiro, vista a partir do direito constitucional de universalidade de acesso pelo SUS, garantido pela CF de 1988, parece um contrassenso. Que se esvai a partir da constatação de dois pontos que já observamos, sendo eles:

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> Que também se caracteriza pelo reforço do aparelho repressor, a polícia estadual respondendo à pressão da mídia e da sociedade frente à escalada de violência que se adensa nesse período.

o esvaziamento da infraestrutura da saúde no atendimento aos transtornos decorrentes do abuso de álcool e outras drogas, com o desmonte da rede hospitalocêntrica em saúde mental promovido pela Reforma Psiquiátrica, aliado ao atraso na implantação dos CAPS no Rio de Janeiro e a ampliação do poder Judiciário que, no Rio de Janeiro, institui e centraliza as ações do Sistema Estadual Antidrogas.

Podemos acrescentar um terceiro ponto que se faz presente, a inserção da assistência social, que ainda carrega em sua prática<sup>122</sup> características de uma ação em saúde, fragmentada, setorizada e descontínua, (Mestriner, 2001) aliada ao discurso de garantia de direitos no plano da Seguridade Social brasileira e também da filantropia, (Ibidem) respaldada e direcionada, no âmbito local, pelo viés do Sistema Estadual Antidrogas. A aproximação entre assistência social e o discurso da filantropia nesta área, também pode ser vista através da inegável experiência da rede filantrópica nos cuidados e na assistência aos usuários de álcool e drogas, principalmente feita por grupos religiosos, que, guardadas algumas proporções, encontra eco na constituição da própria assistência social.

Historicamente a assistência social no Brasil é marcada por seu vínculo com a filantropia e com a caridade, sendo a atenção em assistência construída por almas caridosas da sociedade fortemente influenciadas pelas concepções da Igreja. (Ibidem) Mesmo quando o Estado se apropria da assistência, durante o período de maior urbanização o faz pelo viés das organizações filantrópicas. (Ibidem)

As observações de Mestriner (Ibidem) se referem às ações de assistência que são anteriores à sua constituição como política, mas que permanecem em disputa e criam estratégias que se consolidam como prática assistencial mesmo após a consolidação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993. Suas estratégias estão ligadas à filantropia, que no Brasil, em consonância com o momento político, vem passando por várias construções, desde a concepção caritativa e higienista de fins do séc. XIX e início do séc. XX, passando pelo movimento disciplinador e profissionalizante a partir da Revolução de 1930 e durante o regime militar até os dias de hoje, quando assume um caráter democrático e introduz o conceito de garantia de direitos do cidadão. (Ibidem)

---

<sup>122</sup> Aos nos referirmos à prática, estamos considerando necessariamente as estratégias discursivas que sustentam a ação, vista aqui em sua forma heterogênea, que coloca em disputa a garantia de direitos positivados pela C.F de 1988 e a lógica assistencial anterior à conformação da Seguridade Social brasileira.

Essa característica da filantropia e das ações em assistência, observadas por Mestriner, (Ibidem) tem uma relação direta com a formação do Programa Clínicas Populares e no gerenciamento da Primeira Clínica pública para tratamento de dependentes químicos, Clínica Michelle de Moraes, pela Organização Não Governamental, ONG, Comunidade S8<sup>123</sup>, inaugurada no ano de 2000.

Segundo Lima (2004), nesse período o enfrentamento da problemática relacionada ao uso abusivo de álcool e outras drogas passa a sofrer grande influência da articulação do Terceiro Setor e de uma parcela da elite fluminense que se organiza e passa a pressionar a mídia, os partidos políticos e a agenda do estado para a tomada de ações de contenção das drogas e da explosão de violência que é relacionada direta ou indiretamente pela mídia ao comércio e ao consumo de drogas ilícitas.

A articulação do Terceiro Setor com os interesses das famílias representativas da “elite” fluminense, que foram atingidas mais diretamente, inclusive com vítimas fatais, ocorrendo a organização de frações dessa “classe” em ONGs e movimento de luta, influenciando assim a mídia, os partidos políticos e o poder público no enfrentamento da questão. (Lima, 2004)

A escalada da violência urbana e o aumento de pequenos roubos que resultam em homicídios, muitas vezes associados a usuários de drogas ilícitas, são fartamente publicados na mídia nesse período, como na edição 1.670 da revista *Veja*<sup>124</sup>, de 11 de outubro de 2000, quem tem como título: “Fácil de matar – Em meio ao clima de violência geral nas grandes cidades, crescem o número de assaltos que acabam em morte. Principalmente quando a vítima é mulher”.

Esse cenário que se instala nas cidades brasileiras, ativa, principalmente no Rio de Janeiro, movimentos da sociedade civil em prol da paz e do fim da escalada de violência, como a fundação da ONG Tributo a

<sup>123</sup> ... em 22 de setembro de 1971, a ONG foi legalmente fundada como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, e, mais tarde, reconhecida de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, presidida pelo Dr. Geremias de Mattos Fontes. O nome “Comunidade S8” se refere ao objetivo final da instituição que é a promoção da justiça social através da inclusão - incluir e transformar. O “S” e o “8” do nome significam: “S” = salvação e “8” (formado por um “S” normal + um “S” invertido) = mudança de vida. Então Comunidade S8 = transformação de vida.  
[http://www.comunidades8.org.br/historico\\_s8.html](http://www.comunidades8.org.br/historico_s8.html)

<sup>124</sup> [http://veja.abril.com.br/111000/p\\_062.html](http://veja.abril.com.br/111000/p_062.html)

Michelle de Moraes, TAMIM, jovem assassinada em Niterói em 21 de novembro de 1999<sup>125</sup>, que será homenageada dando nome à primeira clínica pública para usuários de drogas no Rio de Janeiro.

Em meio à sensação de violência e de insegurança da população, principalmente da classe média e alta, outro programa do governo estadual nos chama atenção, o Programa Delegacia Legal, instituído pelo Decreto<sup>126</sup> nº 25.599 de 22 de setembro de 1999. Esse Decreto cria dentro da Secretaria de Estado de Segurança Pública, também componente do Sistema Estadual Antidrogas, o Grupo Executivo do Programa Delegacia Legal, que tem como objetivo inicial reestruturar a polícia civil do estado. O Art. 1º, inciso I do Decreto estabelece as funções do Grupo Executivo: “planejar, coordenar, controlar e integrar todas as ações técnico administrativas e operacionais necessárias à realização da forma física, da reestruturação administrativa e da otimização dos sistemas operacionais”<sup>127</sup>.

O Programa tem o objetivo de adequação da estrutura da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que tem função de polícia judiciária garantida pelo Art. 144 da Constituição Federal, a uma nova conformação do cenário jurídico-político brasileiro apontado por Rocha (2010) a partir da Constituição de 1988, de observação dos direitos de cidadania. O próprio nome do programa, Delegacia Legal, já faz uma referência explícita a isso, pois a legalidade das novas delegacias está ligada à ilegalidade do antigo sistema, que, por conta da debilidade da infraestrutura carcerária, mantinha presos sob custódia nas dependências das delegacias, que, pela Lei de Execução Penal brasileira, não têm a função, nem estrutura necessária para funcionar como tal.

Em dissertação intitulada “O Estado Penal e a Sociedade de Controle: O Programa Delegacia Legal como Dispositivo de Análise”, Rafael Coelho Rodrigues (2008) ao analisar as mudanças iniciadas pelo programa nas delegacias do estado, chama a atenção para o novo sistema de atendimento

<sup>125</sup> Em relação à repercussão desse caso e a vinculação da violência com a questão das drogas, encontra-se na página do movimento Gabriela, sou da paz, outra vítima da escalada de violência no Rio de Janeiro, no ano de 2003 o seguinte comentário: “**Michelle Silveira de Moraes**, 22 anos, estudante, foi assassinada pela GORDA que buscava dinheiro para comprar drogas em 21/11/1999, Niterói, Rio de Janeiro.” <http://www.gabrielasoudapaz.org/memorial/111-Michelle-Silveira-de-Moraes.htm>

<sup>126</sup> Disponível em: <http://www.delegacialegal.rj.gov.br/decreto25599.asp>

<sup>127</sup> A redação desse artigo é modificada pelo Decreto nº 33.363 de 10 de junho de 2003, onde passa a ser: “acompanhar, monitorar e oferecer manutenção técnico-operacional e administrativa às delegacias a que se refere o inciso anterior, bem como aos postos de polícia técnica, durante o prazo de implantação do Programa.” <http://www.delegacialegal.rj.gov.br/decreto33363.asp>

ao cidadão. Além da total informatização da coleta de dados, “o primeiro atendimento passa a ser feito por estudantes universitários da área de humanas, sob a supervisão de profissionais de serviço social<sup>128</sup> e psicologia que irão fazer uma triagem, encaminhando aqueles considerados crimes para os policiais de plantão” (p. 14), e o que for considerado demanda social para os órgãos competentes.

Essa conformação do primeiro atendimento nas delegacias, que aproxima e diferencia a demanda social do crime, estabelece dentro do âmbito das delegacias o discurso da assistência ao cidadão, pelo viés do sistema judiciário, o que Rodrigues chama de estratégias de controle social e de judicialização do campo social. (Ibidem, p. 72)

A lógica de fortalecimento do Judiciário como garantidor dos princípios constitucionais, ou de cidadania (Marshal, 1969, p.64 apud Rocha, 2008, p 19), se configura na política antidrogas e de segurança pública do estado do Rio de Janeiro desse período, através da implantação de programas de governo que têm como objetivo ações de assistência direta à população, a partir, e através, dos mecanismos da justiça e da lógica da segurança pública. O que já acontecia tanto no âmbito do CONEN/RJ que se vincula através de sua Secretaria Executiva aos programas de assistência à população da Secretaria de Justiça e Interior, quanto no âmbito do CEAD/RJ com a criação do DEPRID, que se configura como um dispositivo de atendimento em saúde mental e de assistência social dentro da estrutura da Justiça como veremos mais a frente.

A lógica de assistência à população através dos mecanismos da justiça não se restringe à esfera do Conselho, como vimos no Programa Delegacia Legal, mas se espalha por toda estrutura do Sistema Estadual Antidrogas, que tem a Secretaria de Justiça como órgão central. No que se refere à assistência social, a lógica das ações de assistência pelo viés da justiça irá se articular com estratégias discursivas próprias da construção dessa política. A Secretaria de Ação Social e Cidadania no Governo Garotinho, entre 1999 e 2002, tinha como secretária a Primeira Dama do estado, Rosinha Garotinho, o que, nos moldes da LBA, esvaziava sua atuação como órgão garantidor dos direitos

<sup>128</sup> A falta de especificidade da atuação do profissional de Serviço Social, contratado como “técnico de atendimento social” e a ausência de profissionais no cargo de Assistente Social no referido Programa, levou o CRESS/RJ a suspender o estágio em Serviço Social nas delegacias a partir de 01 de julho de 2009. [http://www.cressrj.org.br/2noticias\\_res.php?recordID=689](http://www.cressrj.org.br/2noticias_res.php?recordID=689)

constitucionais e possibilitava sua vinculação direta com os interesses e estratégias do governo.

Esse período é marcado pelo assistencialismo como forma de proteção social aos mais vulneráveis, estabelecendo-se no âmbito estadual uma série de programas ditos populares e de aproximação com entidades religiosas e filantrópicas para a realização das ações de governo, como é o caso da Comunidade S8, citada anteriormente, que é convidada em 1999 para gerenciar a primeira clínica popular para atendimento a usuários de drogas no estado, como consta do histórico da instituição:

Em 1999, a Comunidade S8 passa por muitas dificuldades, interrompe várias atividades e, se surpreende, em dezembro de 1999, com um convite feito pelo então Governador Garotinho para gerenciar a primeira clínica pública para dependentes químicos. Convite este realizado porque a ONG foi a primeira do Estado do Rio de Janeiro a receber e tratar dependentes químicos há quase 30 anos atrás e seu trabalho, que já era reconhecido pela sociedade, era agora, pelo Estado. Inaugurada em dezembro de 1999, a Primeira Clínica Popular para Tratamento de Dependentes Químicos – Clínica Michelle de Moraes, em Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro, recebe as primeiras internações em janeiro de 2000.<sup>129</sup>

Após a inauguração da primeira clínica, outras duas são abertas no estado, a Clínica Ricardo Iberê Gilson, no município de Valença em 2001 e a Clínica Nise da Silveira, no município de Barra Mansa em 2003. Todas gerenciadas por organizações não governamentais, com histórico de prestação de assistência aos usuários de drogas, seja pelas características das comunidades terapêuticas, pela filosofia do AA ou religiosa. Desta forma, a Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania reativa como política de governo elementos do discurso da assistência que são anteriores à Constituição Federal de 1988 e à constituição da Seguridade Social brasileira, pois reafirma como ações de governo a assistência em saúde pela assistência social e o discurso filantrópico, que tem, após a C.F de 1988, a garantia dos direitos de cidadania como sua nova estratégia discursiva, como aponta Mestriner. (2001)

Quando afirmamos que o Programa Clínica Popular reativa e revalida, na assistência social do estado, o discurso de dispositivos da assistência em saúde, estamos nos referindo ao cenário anterior a C.F de 1988, onde havia uma

<sup>129</sup> [http://www.comunidades8.org.br/historico\\_s8.html](http://www.comunidades8.org.br/historico_s8.html)

dicotomia entre a assistência médica e a saúde coletiva (Bravo 1996, p.42), e a assistência social ainda configurava como ações difusas de assistência à saúde e de amparo social para as pessoas incapacitadas ou excluídas do mercado formal de trabalho. A política de saúde coordenada pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), criado pelo Regime Militar em 1974, assistia somente àqueles inseridos no mercado formal de trabalho, que contribuíam efetivamente para a previdência. O que relegava grandes contingentes de trabalhadores, do mercado informal ou desempregados, à filantropia principalmente religiosa e aos programas pontuais de assistência em saúde promovidos pelo Ministério da Saúde.

Ao abordarmos o discurso e as ações de assistência à população feitas pelas Secretarias da esfera do Sistema Estadual Antidrogas, trabalhamos com a noção de práticas discursivas como estratégias de criação do discurso verdadeiro, que se estabelecem a partir da disputa, do saber/poder que cria realidades, formas de dominação, exclusão e interdição, (Foucault, 2011a) como já mencionado no capítulo I. É no discurso, que as formas de saber se entrelaçam com as estratégias de poder, como força positiva e criativa de ações que passam a configurar como regime de verdade em infinitas articulações discursivas que se objetivam em novas ações. (Ibidem)

A continuidade de ações de assistência em saúde renova na Seguridade Social do estado do Rio de Janeiro um discurso dicotômico entre a Assistência Social e a Saúde, no que tange a área de álcool e outras drogas. Enquanto a Assistência Social reafirma a política de internação em saúde mental, dentro dos padrões do modelo hospitalocêntrico e através das ações de assistência em saúde, a política de saúde reafirma cada vez mais as propostas das Reformas Sanitária e Psiquiátrica que, mesmo de forma tardia e em descompasso com o desmonte da estrutura anterior, implanta os primeiros Centros de Atenção Psicossocial, CAPS a partir de 1996.

O descompasso entre o desmonte da estrutura anterior e a consolidação da nova política da saúde é ainda maior na área de álcool e outras drogas, pois somente em 2002 o Ministério da Saúde institui o Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas, CAPS-AD, pelo Decreto nº 336/GM de 19 de fevereiro de 2002, sendo inaugurado o primeiro CAPS-AD do Rio de Janeiro em 2004, o CAPS-AD Raul Seixas.



A dicotomia que se estabelece entre a assistência e a saúde, disciplinas que compõem a Seguridade Social, cria no estado do Rio de Janeiro barreiras que irão, se não bloquear, dificultar em muito a integralidade das ações na área de álcool e outras drogas dentro do estado. Dentre o material pesquisado não encontramos documentos referentes à Secretaria Estadual de Saúde no plano de elaboração das ações, o que nos leva a supor que houve um isolamento desta Secretaria no interior do Sistema Estadual Antidrogas, sendo a assistência e a justiça, através do Conselho Estadual Antidrogas, CEAD, o Departamento de Prevenção Integral as Drogas, DEPRID e do Programa Clínicas Populares que irão criar espaços de diálogo com a estrutura de Seguridade Social no âmbito nacional e municipal.

Essa configuração faz do Conselho um importante mecanismo de assistência em saúde, o que vai se concretizar a partir do ano de 2003 com a retomada de ampliação da rede de atendimento do DEPRID que, como já mencionado, é gerenciado pelo presidente do CEAD.

### **3.4**

#### **A mudança nos Normativos da Política sobre Drogas, Saúde e Assistência Social e seu reatamento na condução da Política sobre Drogas no Rio de Janeiro**

Com a posse de Rosinha Garotinho para governadora do estado em 2003, as ações de assistência em saúde ganham novo impulso, sendo inaugurada a terceira clínica popular pela Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania, SEASC. Há nesse período um aumento do quadro de funcionários do DEPRID, que, como órgão da Secretaria de Justiça e Direitos do Cidadão, SEJDIC, se consolida cada vez mais como referência para o tratamento de transtornos do uso de álcool e outras drogas do estado.

A pesquisa feita pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, no ano de 2005, revela que o CEAD<sup>130</sup> atendeu entre os anos de 1999 e 2004 a soma de 13.352 (treze mil, trezentas e cinquenta e duas) pessoas, como pode ser verificado no site da Fundação. O universo de pessoas atendidas pelo serviço revela sua importância no cenário das ações da saúde estadual pelo viés da justiça e da assistência, que estabelece o DEPRID como polo de triagem para entrada do Programa Clínica Popular.

No ano de 2005, o DEPRID é elevado à categoria de Subsecretaria Adjunta, pelo Decreto nº 38.237, de 14 de setembro, que institui a Subsecretaria Adjunta de Prevenção e Repressão ao Uso Indevido de Drogas, SAPRID, que passa a ser o órgão executivo do Sistema Estadual Antidrogas.

O artigo intitulado “Panorama do tratamento de usuários de drogas no Rio de Janeiro”, da revista Saúde em Debate, que faz um retrato no cenário estadual da rede de assistência em álcool e outras drogas entre os anos de 1980 e 2004, faz a seguinte análise:

Não se pode deixar de ressaltar o fato de que durante esse período vinham sendo pensadas formas de implantação de uma política pública para o setor, no campo da Saúde Mental e que a iniciativa do CEAD de implantar um espaço de assistência ocorre de forma totalmente desarticulada com as propostas divulgadas pelas Conferências Nacionais de Saúde Mental, estando inclusive, na ‘contramão’ de tal proposta, que privilegia uma assistência baseada no modelo de reabilitação psicossocial, não se baseando na internação como elemento primordial de uma assistência.<sup>131</sup>

A falta de articulação das ações em saúde da SAPRID/CEAD - como passaremos a nos referir ao ambulatório - com a rede de saúde mental se dá além das características próprias de uma ação fragmentada, emergencial e setorializada, inerente a esse tipo de ação. Temos nesse período, um cenário onde a estruturação da saúde mental para a prevenção e tratamento dos transtornos derivados do consumo de álcool e outras drogas ainda é muito precária, o que leva o Ministério de Saúde a reconhecer publicamente essa deficiência no ano de 2005.

---

<sup>130</sup> Embora o Conselho não faça atendimento direto à população, a FAPERJ utiliza essa nomenclatura, de uso e de conhecimento popular, ao invés de se referir ao DEPRID. [http://www.faperj.br/versao-impressao.phtml?obj\\_id=1845](http://www.faperj.br/versao-impressao.phtml?obj_id=1845)

<sup>131</sup> Vaissman, Ramôa, Serra, 2008, p.130

A saúde pública brasileira não vinha se ocupando devidamente com o grave problema da prevenção e tratamento de transtornos associados ao consumo de álcool e outras drogas. Produziu-se historicamente uma importante lacuna na política pública de saúde, deixando-se a questão das drogas para as instituições da justiça, segurança pública, pedagogia, benemerência, associações religiosas. A complexidade do problema contribuiu para a relativa ausência do Estado, e possibilitou a disseminação em todo o país de "alternativas de atenção" de caráter total, fechado, baseadas em uma prática predominantemente psiquiátrica ou médica, ou, ainda, de cunho religioso, tendo como principal objetivo a ser alcançado a abstinência. Esta rede de instituições – em sua maioria filantrópicas – cumprem um papel relevante, e apontam a necessidade de assunção pela saúde pública de uma política mais clara e incisiva para o problema.(Brasil, 2005)

A assunção pela saúde pública de uma política mais clara e incisiva para a área de álcool e outras drogas se dá a partir de uma série de normativos legais, que serão implementados pelo Ministério da Saúde e pelo Poder Legislativo a partir do ano de 2005, ano de realinhamento da PNAD/2002 pela Política Nacional Sobre Drogas, PND/2005, como abordamos no capítulo II.

Além da PND/2005, temos a Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, que substitui as leis nº 6.369 de 1976 e nº 10.409 de 2002. A nova lei aborda aspectos relativos à prevenção, atenção, reinserção social do usuário e dependentes de drogas, endurece a pena pelo tráfico de substâncias ilícitas, além de instituir o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas, SISNAD<sup>132</sup>, que tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

Destacamos que a nova Lei Federal torna sem efeito a referência do Sistema Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro à Lei de 1976, que é substituída. Sendo assim, dentro dos padrões dessa pesquisa, consideramos esse o marco em que o Sistema Estadual Antidrogas deixa de ter amparo logístico e legal para suas atividades de ações de assistência em saúde. A nova Lei também dá visibilidade à manutenção do CEAD ainda dentro de uma lógica de Conselho criado pelo Regime Militar brasileiro.

Dá-se início então a uma série de modificações tanto na SAPRID/CEAD e Programa Clínica Popular, quanto no próprio interior da Secretaria de Justiça, que em 2006 sofre uma fusão com a Secretaria de Estado de Defesa do

---

<sup>132</sup> Não encontramos alteração na Lei no que se refere a esta sigla, que antes denominava Sistema Nacional Antidrogas e passa a denominar Sistema Nacional de Política Pública Sobre Drogas.

Consumidor, SEDCON, e passa a ter o “estranho” nome de Secretaria de Estado de Justiça e Defesa do Consumidor, SEJCON, pelo Decreto Estadual nº 39.134 de 11 de abril de 2006<sup>133</sup>.

A nova legislação da área de álcool e outras drogas, juntamente com as mudanças que provoca, tanto na área da justiça estadual, quanto na área da saúde, se juntam a outra mudança importante, dessa vez, na área da assistência social ocorrida em 2004. Neste ano elabora-se o Sistema Único de Assistência Social, PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica do SUAS, NOB/SUAS, previstos na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS.

O SUAS organiza, de forma descentralizada, as ações socioassistenciais no país, estabelecendo dois tipos de proteção social:

A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.<sup>134</sup>

A noção de proteção social do SUAS está intimamente ligada ao conceito de vulnerabilidade e risco social, o que leva à Política Nacional de Assistência Social, PNAS, a definir seus usuários, no item 2.4 da seguinte forma:

...famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.<sup>135</sup>

A vulnerabilidade social no SUAS é entendida além dos seus aspectos econômicos, ou de pobreza material como impedimento do bem estar social, sendo ampliada para a perda ou fragilidade de outros vínculos sociais

<sup>133</sup> Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/legislacao/dec39134.htm>

<sup>134</sup> <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>

<sup>135</sup> Brasil, 2004 p. 33

necessários para o exercício da cidadania, o que irá ter uma influência direta na noção de riscos individuais ou de grupo. A noção de vulnerabilidade e risco social pode ser vista a partir de sua elaboração pela saúde pública, com o início da epidemia de AIDS, onde na tentativa de explicar a doença, se associa sua incidência a certos grupos específicos, que passam a ser chamados de “grupos de risco.” (Ayres, 1999)

Essa concepção de “grupos de risco” é fortemente criticada tanto pelo seu teor estigmatizante, quanto pela fragilidade do argumento, pois a incidência da doença é constatada em todos os segmentos da sociedade. Estabelece-se então a noção de “comportamento de risco”, o que segundo Ayres (Ibidem) responsabiliza apenas o indivíduo, que se torna vulnerável apenas por suas atitudes. Somente com a ampliação do conceito de vulnerabilidade, que se estabelece a noção de risco a partir da vulnerabilidade dos vínculos sociais, baseados em três eixos: social, programático/institucional e individual. (Ibidem)

A definição dos usuários da PNAS a partir do ampliado conceito de vulnerabilidade e risco social estabelece um rompimento claro, pelo menos no âmbito da política, com a assistência social restrita ao campo das ações emergenciais e focais, muitas vezes vinculada a elementos do discurso da filantropia e da benemerência. Reforça-se nesse sentido a “assistência social como política de Proteção social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida.” (Brasil, 2004, p. 31)

A partir da nova perspectiva dos normativos legais citados, juntamente com a mudança de governo no estado do Rio de Janeiro, onde toma posse o governador Sérgio Cabral, (2007 a atual data) é observado várias transformações na condução da política de drogas do estado, redimensionando a estrutura das ações de assistência em saúde pelo viés da justiça. O governo Cabral, através do Decreto nº 40.486 de 1º de janeiro de 2007,<sup>136</sup> extingue a Secretaria de Estado de Justiça e Defesa do Consumidor, SEJCON, e passa o Conselho para a estrutura da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, SEASDH.

Apontamos que não só o CEAD foi transferido da extinta SEJCON para a SEASDH, sendo boa parte da estrutura daquela, inserida na estrutura desta. A

---

<sup>136</sup> Disponível em:  
<http://www.fazenda.rj.gov.br/portal/resources/imprimir/print.jsp?imprimir=true&codigo=81097>

partir desse período, uma série de mudanças é observada tanto na relação da antiga estrutura de atendimento com a rede, principalmente de saúde, quanto na observação da função e das ações do Conselho, que será adequado à nova Política Sobre Drogas. Dessa vez, sob o saber disciplinar da assistência social, o que dá continuidade à promoção dos direitos humanos e sociais, mas sob outra ótica, a ótica da normalização da vida a partir da maior observação dos princípios democráticos.

O Decreto nº 40.985, de 16 de outubro de 2007,<sup>137</sup> mudará o nome do conselho para Conselho Estadual de Política Sobre Drogas, CEPSPD, que sofrerá nova modificação em 2010, para Conselho de Política Pública Sobre Drogas, CEPOPD, pelo Decreto nº 42.426 de 27 de abril.

Percebemos nesse período, no que se refere à antiga estrutura do Conselho, uma articulação entre as mudanças na Política Nacional Sobre Drogas, que dá os primeiros indícios que apontam para uma perspectiva protetiva, com as novas diretrizes estabelecidas para a Política de Assistência Social, a partir do SUAS. O comprometimento do SUAS com a efetivação da Seguridade Social brasileira, dentro do conceito de integralidade das ações de proteção social, leva a uma maior proximidade do atendimento feito na antiga SAPRID/CEAD, que passa a se chamar Centro Estadual de Assistência Sobre Drogas, com a rede de saúde das três esferas de governo, como exemplo disso temos a efetivação, de fato, neste ano, de dispositivos da saúde como porta de entrada para o Programa Clínica Popular, como o Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro, CPRJ e os Centros de Atenção Psicossocial, CAPS.

Alguns outros avanços podem ser verificados com a reativação do Conselho Estadual e a elaboração do seu regimento interno (aprovado em 09 de maio de 2012), garantindo seu caráter deliberativo e normativo, dentro dos princípios democráticos de paridade entre governo e sociedade civil e de incentivo à participação popular. Ainda em processo de avaliação e mudança, as chamadas clínicas populares agora se configuram Unidades de Internação Eletiva em Assistência.

Apontamos que a partir do ano de 2007, tanto o Conselho, como o Centro Estadual de Assistência Sobre Drogas, como o Programa Clínica Popular passam por um período extremamente conturbado em decorrência do desmonte

---

<sup>137</sup> Anexo 6.

da estrutura anterior, o que gerou esvaziamento do atendimento e uma série de desencontros na condução das ações, sendo a percepção das modificações em processo muito mais caracterizada pelo sucateamento da antiga estrutura do que como uma aproximação e adequação aos dispositivos legais.

Destacamos também que as lacunas documentais com que nos deparamos na pesquisa vão muito além do período da Ditadura Militar brasileira e dos primeiros anos após a Constituição de 1988, o que, de certa forma, já era esperado por nós. O que nos chamou atenção é que essas lacunas permaneceram ocorrendo mesmo nas décadas de 1990 e 2000, o que corrobora a impressão dessa pesquisa de manutenção de uma política autoritária e não transparente na condução das ações do Conselho e dos dispositivos de atendimento vinculados a ele. Somente modificada a partir do ano de 2007, onde se inicia, em meio ao caos provocado pelo desmonte da estrutura anterior, um processo de publicização e maior compromisso com os ditames democráticos.

## 4

### Considerações Finais

Ao analisarmos os discursos que permeiam a construção das ações governamentais direcionadas à temática de álcool e outras drogas no estado do Rio de Janeiro, buscamos os elementos discursivos que se materializam em ações do Estado para o controle da vida da população, próprio do biopoder. (Foucault, 2011b) O saber das disciplinas atua na normalização da vida da população e na governamentalização da soberania estatal, o que vimos neste último capítulo a partir da assistência social e da saúde que, como disciplinas, atuam como transversais ao aparato jurídico dentro de uma nova racionalidade de Estado.

A relação entre as disciplinas e o aparato jurídico do Estado leva a uma estreita vinculação aos direitos que, ora irão se configurar como elementos do edifício jurídico do Estado, como limitador externo da razão estatal, ora irão se configurar como elementos discursivos próprios das disciplinas ou dos direitos humanos, difusos, do cidadão ou do consumidor, o que, para além da confusão semântica, aponta a heterogeneidade dos direitos, que na sociedade brasileira pós Constituição de 1988 vem se configurando como Direito Social atrelado aos princípios de uma democracia capitalista.

A normalização através das disciplinas estabelece na sociedade a relação de poder e de controle social necessária para a organização da mesma. Quando abordamos a retomada das ações de assistência em saúde no Rio de Janeiro, estamos nos referindo a um tipo de organização política e social que paulatinamente instaura um regime de verdade específico, a promoção e ampliação dos direitos de cidadania através de programas de assistência, de não observação e de esvaziamento da Política de Seguridade Social.

A partir dos dados encontrados nesta pesquisa verificamos que há uma mudança importante no discurso sobre álcool e drogas a partir da consolidação das premissas democráticas da Constituição de 1988, tanto no plano nacional, quanto no plano local, sendo que há um descompasso entre esses dois planos. A instituição do Conselho Estadual de Entorpecentes, CONEN, ainda no período da ditadura, confere à política estadual uma estrutura e uma cultura baseada na



política de Segurança Nacional do período militar, características que irão perdurar mesmo depois da Constituição Federal de 1988, quando o Conselho deveria se inserir formalmente na configuração de um conselho democrático, o que não acontece de fato.

Face ao direcionamento político dos sucessivos governos estaduais, o CEAD, além de assumir funções de ação de assistência em saúde, seja através do Departamento de Prevenção e Repressão Integral às Drogas, DEPRID, ou da Subsecretaria Adjunta de Prevenção e Repressão ao Uso Indevido de Drogas, SAPRID, mantém sua estrutura fora dos padrões de um Conselho de Política Pública, ou seja, não estabelece paridade entre sociedade civil e governo, não publiciza a formação dos conselheiros e do regimento interno entre outros.

Outro dado da pesquisa que confirma esse descompasso entre a esfera estadual e a organização democrática instaurada no país pela CF de 1988 é a formulação do Sistema Estadual Antidrogas, criado em 1999, referido à Lei Federal de Entorpecentes de 1976 que tem caráter repressivo. Em meio a sucessivas mudanças normativas no que se refere à Legislação sobre drogas na esfera federal, o Sistema Estadual se estabelece entre certa autonomia na formulação de ações, ao mesmo tempo em que se limita ao âmbito da Secretaria de Estado de Justiça, órgão central, e ao espaço de influência e composição das Secretarias estaduais e Conselhos que o compõem, em especial a Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania.

As ações de assistência em saúde na área de álcool e outras drogas que já eram implementadas pela Secretaria de Justiça, iniciadas através da Secretaria Executiva do CONEN, encontram nas estratégias discursivas que historicamente formam o discurso disciplinar da assistência social sua articulação com a defesa dos direitos sociais e com o discurso da filantropia, que também é perpassado pelo discurso religioso, de ações de assistência pautadas pela focalização e pela fragmentação. Essa configuração torna possível a criação e implementação do Programa Clínica Popular, que terá sua primeira clínica gerenciada por organização oriunda do movimento religioso e filantrópico de cuidados e de assistência na área de álcool e outras drogas.

Essa formatação das ações de assistência em saúde está na contramão da Seguridade Social brasileira, da universalização do acesso à saúde pelo SUS e de integralidade das políticas sociais, o que, na leitura dos dados pesquisados, se configurou como um dos fatores que dificultaram ou impossibilitaram o

diálogo entre o Sistema Estadual Antidrogas e o sistema de saúde nos três níveis de governo, fato que corrobora com a ausência de documentação referente à Secretaria Estadual de Saúde no material pesquisado.

Esse impasse só será superado com a extinção da Secretaria de Estado de Justiça e Defesa do Consumidor, SEJCON, no ano de 2007, com a reformulação do Conselho a partir dos preceitos democráticos e de política pública, juntamente com a adequação do atendimento pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, SEASDH, aos preceitos do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, que, por sua vez, se insere dentro da lógica de integralidade de ações das políticas que compõem a Seguridade Social brasileira.

Somente a partir do ano de 2007 que se inicia uma tímida aproximação e se configura de fato como estabelecimento de diálogo intersetorial entre as políticas, ampliando o número de portas de entrada para o Programa Clínica Popular e reformulando a antiga estrutura da SAPRID/CEAD, dentro dos padrões de uma unidade programática do SUAS.

Constatamos nesse período uma mudança pragmática e alguns indicativos que apontam para o recrudescimento do autoritarismo, ainda remanescente da Ditadura Militar, e a aproximação com diretrizes democráticas, principalmente no que concerne ao Conselho. No âmbito do atendimento do Centro Estadual de Assistência Sobre Drogas há uma aproximação tanto da Política Nacional Sobre Drogas, quanto sua localização dentro do Sistema Nacional de Assistência Social, SUAS, ocasionando a percepção do desmonte da estrutura anterior, o que configura como precarização do atendimento, ante a adequação aos novos dispositivos legais.

Ao apontarmos a perspectiva de mudança pragmática com indicativos de recrudescimento do modelo autoritário, não tomamos uma perspectiva totalizante em relação à Política Sobre Drogas no estado, estamos nos referindo unicamente aos dados encontrados por esta pesquisa que tem como campo empírico o Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas do Rio de Janeiro, partindo de sua construção histórica como Conselho criado dentro da lógica de um regime autoritário e sua atual adequação as diretrizes democráticas.

Em relação ao Programa Clínica Popular, constatamos que as estratégias discursivas historicamente vinculadas ao discurso da filantropia e das ações de assistência em saúde continuam atuantes e em disputa no interior da Política de Assistência Social do estado, como podemos concluir a partir do Edital nº 001/2012 da SEASDH, que abre seleção pública para implementação de serviços regionalizados de atendimento a usuários de álcool e outras drogas.

O Edital citado acima está de acordo com o direcionamento da Seguridade Social brasileira, de regionalização e descentralização das ações, que prevê a participação da sociedade civil e de governo para a implementação das ações, sendo seu ponto de inflexão com as ações de assistência em saúde e com o discurso da filantropia o fato de estar dirigida a entidades sociais privadas, sem fins lucrativos, que tenham como objeto estatutário o atendimento comprovado a usuários de álcool e outras drogas, ou seja, se insere na mesma lógica das instituições que se organizam em torno do Programa Clínica Popular.

Ao considerarmos a assistência social como disciplina, com função normalizadora e de controle social da população dentro de uma relação de biopoder, observamos sua inserção na construção de um novo regime de verdade da sociedade brasileira pós Constituição de 1988, que passa de um capitalismo de modelo industrial para um capitalismo pós-industrial e liberal, consumidor e produtor de liberdades, de garantias individuais necessárias para a manutenção da lógica do sistema. O que insere as estratégias discursivas da assistência social dentro do regime de verdade imposto pela lógica do liberalismo econômico brasileiro, da biopolítica estatal, de fazer viver e deixar morrer, articulada com e a partir da heterogeneidade discursiva da assistência de acordo com as novas exigências da razão do Estado democrático.

Sem pretender esgotar a discussão acerca da heterogeneidade discursiva da assistência social e sua aproximação no Rio de Janeiro com a temática de álcool e outras drogas, esperamos ter contribuído para a compreensão e para o debate acerca deste tema e, entendendo a importância do mesmo, apontamos dois pontos de inflexão entre a assistência e a política de drogas que são caros à sociedade e às disciplinas como indicativos de futuros estudos.

O primeiro refere-se à abordagem aos usuários de crack e os desafios que se impõe às disciplinas na reflexão sobre o direcionamento da política de Estado dentro do contexto da biopolítica de fazer viver e deixar morrer; o

segundo refere-se ao alardeado discurso do fracasso da guerra às drogas e as estratégias discursivas que se multiplicam, tanto na direção da defesa dos direitos, quanto no deslocamento das medidas autoritárias de governo, que no Rio de Janeiro articulam os saberes da assistência social, da saúde e da segurança pública na imposição do atual regime de verdade e de novas e antigas estratégias de normalização da vida da população.

## 5

### Referências Bibliográficas

AYRES, J. R. C. M. et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In BARBOSA, R. M.; PARKER, R. (Orgs.). **Sexualidade pelo avesso**: direitos, identidade e poder. São Paulo: 34, 1999.

AZEVEDO, J. L. **Os jesuítas no Grão-Pará**: suas missões e a colonização. 2ª ed., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1930.

BASAGLIA, F. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.

BEHRING, R. E.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

BORON, A. et al. **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999.

BOSCHETTI, I. **Seguridade Social e trabalho**: paradoxos na construção das Políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil. Brasília: UNB, 2006.

BRANDÃO, J. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. v. III. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. v. I. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1991a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v. II. Ed., Petrópolis: Vozes, 1991b.

BRASIL. **Legislação sobre entorpecentes no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça/Conselho Federal de Entorpecentes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde**, NOB/SUS 96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

\_\_\_\_\_. **Coleção Previdência Social**. v. 07. Brasil: Ministério da Previdência Social e Assistência Social/Secretaria de Previdência Social, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Política de Saúde no Brasil nos anos 90**: avanços e limites. Elaborado por Barjas Negri. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

\_\_\_\_\_. **Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental, Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, DAPE, Coordenação Geral de Saúde Mental, 2005.

\_\_\_\_\_. **Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Colegiado de gestão regional na região de saúde intraestadual**: orientações para organização e funcionamento. Brasília: Ministério da Saúde, Departamento de Apoio a Gestão Descentralizada, 2009.

BRAVO. M. I. S. **Serviço Social e Reforma Sanitária**: lutas sociais e práticas profissionais. Brasil: Cortez e UFRJ, 1996.

BULFINCH, T. **O livro de ouro da mitologia**: a idade da fábula, história dos deuses e heróis. Tradução David Jardim Jr. 11ª ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BUNGE, M. **Dicionário de filosofia**. Trad. Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. Trad. Adail Ubirajara Sobral. 10ª ed., São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1997.

CANDIOTTO, C. Governo e direção de consciência em Foucault. In **Natureza Humana**, v. 10, n. 2, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. In: **Filosofia Unisinos**, v. 11 (1) p. 33-43, São Leopoldo, RS, 2010.

CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nacional, 1939.

CASTELNAU-L'ESTOILE, C. de. **Operários de uma vinha estéril**: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

CASTELO BRANCO, G.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). **Foucault**: filosofia e política. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COLOMBO, C. **Diário da descoberta da América**: as quatro viagens e o testamento. [1898] Tradução de Milton Pessoa. Porto Alegre, RS: L & PM Pocket, 1991.

DEL OLMO, R. **A face oculta da droga**. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

DELGADO, P. G. Drogas: o desafio da saúde pública. In: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer**: drogas, AIDS e direitos humanos. 2ª ed., Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

DELEUZE, G. **Foucault**. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2011.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. **Lua Nova**, n. 35, p. 73 -111, 1995.

FERNANDES, J. A. Cauinagens e bebedeiras: os índios e o álcool na história do Brasil. **Revista Antropológicas**, ano 06, v. 13, p. 39-59. Recife, PE: UFPE, 2002.

FLEURY, S. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, Rio de Janeiro, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Trad. Maria T. C. Albuquerque; revisão técnica J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad.: Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.



FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978) Tradução Eduardo Brandão, Revisão Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Org e Trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010a.

\_\_\_\_\_. **História da loucura**: na idade clássica. Tradução José Teixeira Coelho Neto, 9ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2010b.

\_\_\_\_\_. Estratégia poder-saber. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lúcia Avelar Ribeiro, 2ª ed. **Ditos e Escritos**, v. 4, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Trad. Maria T. C. Albuquerque; revisão técnica J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2010d.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso** – aula inaugural Collège de France, 2 de dezembro de 1970. Trad.: Laura F. A. Sampaio, São Paulo: Loyola, 2011a.

\_\_\_\_\_. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad. Maria T. C. Albuquerque e J. A. Guilhaon Albuquerque, Rio de Janeiro: Graal, 2011b.

GARCIA, J. M. (Org.). **O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2000

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed, Rio de Janeiro: LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2010.

HOCHMAN, G. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2ªed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KERÉNYI, K. **Os deuses gregos**. Trad. Octavio Mendes Cajado. 10ª ed., São Paulo: Cultrix, 1998.

KREMER-MARIETTI, A. (Org.). **Introdução ao pensamento de Michel Foucault**. Trad. de César Augusto Chaves Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LABATE, B. C. et al. **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1949.

LIMA, R. C. C. **Uma história das drogas e seu proibicionismo transnacional**: relações Brasil-Estado Unidos e os organismos internacionais. Tese (Doutorado em Serviço Social) Orientador: Eduardo Mourão Vasconcelos. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2009.

LIMA, R. C. C.; ALARCON, S. **Problematizações a partir da caracterização dos usuários de álcool e outras drogas na 1ª Clínica Popular do estado do Rio de Janeiro**. Secretaria de Estado de Ação Social (SAS). XI CBAS / III Encontro Nacional de Seguridade e Assistência Social, 2004.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2009.

MUNTEAL, O. et al. **Prisioneiros das drogas**: segurança pública, saúde e direitos humanos no Brasil. 1ª ed., Curitiba, PR: CRV, 2012.

MURICY, K. A arte do estilo. In: FEITOSA, C.; CASANOVA, M. A.; BARRENECHEA, M. A. de.; DIAS, R. (Org.). **Assim falou Nietzsche III**. Para uma filosofia do futuro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1992.

NIETZSCHE, F. **A visão dionisíaca do mundo e outros textos de juventude**. Trad. Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Maria Cristina dos Santos de Souza; revisão de tradução Marcos Casanova, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **A origem da Tragédia proveniente do espírito da música**. Tradução Erwin Theodor. Versão para eBook, EBooks Brasil, Digitalizado em 2006. Fonte do livro em papel: Cupolo, 1948.

ONOCKO-CAMPOS, T. R.; FURTADO, P. J. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumento metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. In: **Caderno de Saúde Pública**, v. 22, n. 5, Rio de Janeiro, Maio de 2006.

PEREIRA, P. A. P. Política Social, cidadania e Neoliberalismo: reflexão sobre a experiência brasileira. In: CARVALHO, D. B. B.; DEMO, P.; SOUSA, N. H. B (Org.). **Novos paradigmas da política social**. Programa de Pós-Graduação Política Social/ Departamento de Serviço Social. Brasília: UNB, 2002.

RAGO, M., VEIGA-NETO, A. (Orgs). **Figuras de Foucault**. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIBEIRO, C. et al. Discursos e práticas na construção de uma política de segurança: o caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008). In: **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Justiça global, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

ROCHA, A. F. O. Judiciário e Políticas Públicas: a concretização dos direitos fundamentais - sociais. **Revista da SJRJ**, n. 27, p.19-32, Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, L. B. (Coord.). Tráfico e Constituição: um estudo sobre a atuação da justiça criminal do Rio de Janeiro e de Brasília no crime de tráfico de drogas. Pesquisa realizada entre 2007 e 2009, parceria UFRJ e UNB. **Revista Jurídica**, v. 11, n. 94, p. 1-29, Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Controle penal sobre as drogas ilícitas**: o impacto do proibicionismo no sistema pena e na sociedade. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito), Orientador: Sérgio Salomão Shecaira. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, R. C. **O Estado Penal e a Sociedade de Controle: o Programa Delegacia Legal como Dispositivo de Análise**, (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia), Orientadora: Maria Lívia do Nascimento. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SILVA, A. C. Z. Centros de Atenção Psicossocial. In: FARAH, M. F. S; BARBOZA, H. B. **Novas experiências em gestão pública e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SISSA, G. **Os deuses gregos**. Trad. Rosa Maria Boa-ventura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SPOSATI, A; FALCÃO, M. C; FLEURY, S. M. T. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, A. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

STEPHANIDES, M. **Prometeu, os homens e outros mitos**. Trad. Marylene P. Michael, São Paulo: Odysseus, 2001.

VAISSMAN, M.; RAMOA, M.; SERRA, A. S. Panorama do tratamento dos usuários de drogas no Rio de Janeiro. **Saúde em debate**, v. 32, n. 78/79/80, p. 121-132, 2008.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIEIRA, A. **Essencial Padre Antonio Vieira/organização e introdução de Alfredo Bosi**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. 2ª ed., São Paulo: Cosac Naify, 2011.

## Anexos

## Anexo 1 – Convênio Ministério da Justiça

## DISTRIBUIÇÃO

SEXTA-FEIRA, 27 JUL 1984

DIÁRIO O

- 3) Eleição do Conselho Consultivo e fixação de seu mandato;  
4) Assuntos gerais.

Brasília, 24 de julho de 1984

(Of. nº 1.056/84)

Francisco Lúiz de Menezes Leite  
Superintendente Substituto da SUCAM

## MINISTERIO DA JUSTIÇA

## Gabinete do Ministro

## EXTRATOS DE CONVÊNIOS

CONVENIENTES: Ministério da Justiça e Governo do Estado do Rio de Janeiro.OBJETO: Estabelece a cooperação do ESTADO na execução, em todo seu território, dos serviços de prevenção e repressão aos crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes.VIGÊNCIA: Por prazo indeterminado, denunciável a qualquer época, por uma das partes.ASSINAM O CONVÊNIO: Os Senhores Ministro da Justiça IBRAHIM ABI-ACKEL e Governador do Estado do Rio de Janeiro LEONIL DE MOURA BRIZOLA.CONVENIENTES: Ministério da Justiça e Governo do Estado do Amazonas.OBJETO: Estabelece a cooperação do ESTADO na execução, em todo seu território, dos serviços de prevenção e repressão aos crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes.VIGÊNCIA: Por prazo indeterminado, denunciável a qualquer época, por uma das partes.ASSINAM O CONVÊNIO: Os Senhores Ministro da Justiça IBRAHIM ABI-ACKEL e Governador do Estado do Amazonas GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO

(Of. S/Nº de 26-07-84)



*Governo do Estado do Rio de Janeiro*  
*Gabinete do Governador*

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1964

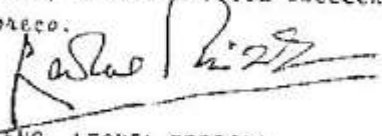
Excelentíssimo Senhor  
 Dr. Ibrahim Abi Akel  
 DD. Ministro da Justiça  
 Brasília - DF

Registro o recebimento do Convênio entre o Estado do Rio de Janeiro e o Ministério da Justiça, que fixa a cooperação do Estado na prevenção e repressão aos crimes de tráfico e uso indevido de entorpecentes.

Como Vossa Excelência tem acompanhado bem de perto, o Governo do Estado do Rio de Janeiro tem feito enorme esforço para o adequado combate à criminalidade, especialmente na área do tráfico de entorpecentes. Temos dispendido enormes recursos mesmo diante das grandes dificuldades financeiras que o Estado vem atravessando na atual situação porque passa o nosso País.

Diante disto, Senhor Ministro, ao formalizar a assinatura do Governo do Estado do Rio de Janeiro no Convênio, tomo a liberdade de indagar de Vossa Excelência quais os recursos que o Governo Federal poderá alocar diretamente às unidades policiais do Estado, destinadas ao combate ao tráfico de entorpecentes, para que sejam melhor dotadas para o bom desempenho de sua missão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos de estima e apreço.

  
 ENG. LEONEL BRIZOLA  
 Governador do Estado



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CONVÊNIO ENTRE O MINISTÉRIO  
DA JUSTIÇA E O GOVERNO DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O Ministério da Justiça, com sede em Brasília-DF, doravante denominado MINISTÉRIO, representado pelo Ministro da Justiça e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado ESTADO, representado pelo Governador, celebram entre si o presente convênio que se estabelece nos termos do artigo 13, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1.969 e artigo 7º da Lei nº 6368, de 21 de outubro de 1.976, observadas as disposições das cláusulas que se seguem:

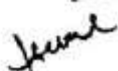
**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Pelo presente convênio fica estabelecida a cooperação do ESTADO na execução, em todo seu território, dos serviços de prevenção e repressão aos crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, ressalvados o tráfico internacional e as infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, que na forma do Decreto nº 73.332, de 19 de dezembro de 1.973 e do disposto na alínea "b", do item VIII, do Artigo 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1.969, incumbe ao MINISTÉRIO, por intermédio do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL.

## M.I. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

## CLÁUSULA SEGUNDA:

Em decorrência do disposto na cláusula primeira, o ESTADO se obriga a exercer, em cooperação com o MINISTÉRIO, através do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, os seguintes serviços:

- a) apurar os crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica ou de matérias primas ou plantas destinadas a sua preparação;
- b) apurar os desvios, furtos ou roubos de substâncias entorpecentes ou de drogas afins, que provoquem dependência física ou psíquica, assim classificadas em documento próprio, pela Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Drogas, Medicamentos, Insumos farmacêuticos, Produtos Dietéticos e Correlatos (DIMED) do Ministério da Saúde, ressalvados os que ocorram em transportes internacionais, interestaduais e em laboratórios produtores ou distribuidores, cuja apuração ficará a cargo do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL;
- c) proceder diligências no sentido de prevenir e reprimir infrações, bem como os trabalhos de polícia judiciária, cuja apuração seja de sua competência;
- d) destruição das plantas, nativas ou cultivadas, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 6368, de 21 de outubro de 1976, cumprindo o disposto no § 2º do artigo 40, do mesmo diploma legal;



DEF-075

M.I. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

- e) organizar cadastro centralizado de indivíduos suspeitos ou indiciados pela prática de crimes referidos nas letras "a" e "b" desta cláusula;
- f) observar o cumprimento de diretrizes da Divisão de Repressão a Entorpecentes do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, face aos planos e programas do Governo da União de combate ao tráfico e uso de drogas;
- g) trocar informações com as demais autoridades policiais do País, com órgãos administrativos federais e estaduais, responsáveis pela prevenção e repressão do tráfico ilícito e uso indevido de drogas e pela fiscalização e controle do emprego e do uso clínico regular de tais substâncias;
- h) manter cadastro atualizado das empresas industriais que produzem ou manipulam substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem como de laboratórios, drogarias atacadistas, depósitos de drogas e farmácias que operem na área do ESTADO, com respectivos endereços;
- i) corresponder-se com a Divisão de Repressão a Entorpecentes do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL e com o órgão regional daquela Divisão, no ESTADO, a eles transmitindo e delas recebendo informações e dados que se fizerem necessários à maior eficiência de cada um, no desempenho de suas atribuições.

*Amme**[Assinatura]*

DPF-436

## M.I. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

## CLÁUSULA TERCEIRA:

Em consequência das atribuições enumeradas na cláusula anterior, o ESTADO se compromete a fornecer ao DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL:

- a) dados informativos, em duas vias sobre casos registrados de tráfico ilícito ou apreensão de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, conforme o formulário DRE-1 e mapa estatístico mensal, anexo;
- b) termo circunstanciado de destruição de plantas referidas no artigo 29 da Lei nº 6368, de 21 de outubro de 1.976;
- c) informações sobre pessoas suspeitas e ou indiciadas pela prática de tráfico ou de uso indevido de drogas, bem como dos locais de incidência dessas atividades;
- d) informações sobre as empresas industriais ou comerciais que produzam, manipulem ou pratiquem qualquer ato de comércio ou de distribuição de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, na área de sua circunscrição.

## CLÁUSULA QUARTA:

A execução dos encargos enumerados na cláusula segunda, efetuar-se-á de conformidade com as Leis, regulamentos, portarias, decisões ou quaisquer atos emanados de autoridade federal competente, podendo o ESTADO disciplinar, por lei ou por qualquer ato administrativo, os processos de execução desses encargos.

## M.I. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CLÁUSULA QUINTA: A cooperação do ESTADO prevista na cláusula primeira deste convênio, não exclui a competência do DEPARTAMENTO para a execução dos mesmos serviços. Ocorrendo conflito de competência, a do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL exclui a do ESTADO.

CLÁUSULA SEXTA: As partes convenientes trabalharão em perfeito entrosamento e prestar-se-ão auxílio recíproco, sempre que solicitado, inclusive a realização de exames toxicológicos e demais perícias indispensáveis ao esclarecimento dos fatos pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA: Para perfeita execução das atividades deste convênio, o MINISTÉRIO, através do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, se obriga a fornecer ao ESTADO toda legislação e normas que regulam e orientam a execução dos encargos relacionados com a matéria, bem como os formulários modelo DRE-1 e mapa estatístico mensal.

CLÁUSULA OITAVA: Ao ESTADO cabe a instalação dos órgãos encarregados da execução do presente convênio, bem como o ônus de sua integral manutenção e fornecimento do material necessário ao funcionamento.

CLÁUSULA NONA: O órgão do ESTADO encaminhará ao DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, até o dia 10 do mês subsequente, o formulário e o mapa de que trata a letra "a" da cláusula terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA: O MINISTÉRIO, através do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, possibilitará aos funcionários do ESTADO, incumbidos da execução de serviços de repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, sempre que necessário, a frequência a cursos de aperfeiçoamento, a serem realizados pela Academia Nacional de Polícia.

M.I. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As alterações do presente convênio se  
rão feitas mediante acordo entre as  
partes e através de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O convênio ora estabelecido terá a vi  
gência por prazo indeterminado, podendo  
ser denunciado a qualquer época, mediante comunicação escri  
ta de uma das partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Em caso de denúncia do convênio, o ES  
TADO se obriga a entregar ao DEPARTAMENTO  
DE POLÍCIA FEDERAL, independentemente de obrigação assumida  
na cláusula terceira, todo acervo relativo a informações e  
cadastramento sobre atividades pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Este convênio entrará em vigor na da  
ta de sua publicação no Diário Oficial  
da União.

Por estarem de pleno acordo, assinam  
os convenientes o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para  
um só efeito.

Brasília-DF,

*Ibrahim Abi-Ackel*  
IBRAHIM ABI-ACKEL  
MINISTRO DA JUSTIÇA

*Leonel de Moura Brizola*  
LEONEL DE MOURA BRIZOLA  
GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RJ-DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERALCOORDENAÇÃO CENTRAL POLICIALGabinete do CoordenadorDESPACHO Nº 523 /CCP/DPF

DATA : 09 / 07 / 84

REFERÊNCIA: Carta s/nº, datado de 260684, procedente do Governo do Estado do Rio de Janeiro.ASSUNTO: Solicita informações quanto aos recursos a serem fornecidos pelo Governo Federal ao Estado do RJ, com referência ao Convênio celebrado na área do tráfico de entorpecentes.DESPACHO:A DRE.

Embora a cláusula oitava do convênio seja clara, submeto a apreciação dessa Divisão a consulta formulada pelo Governo do Rio de Janeiro.

  
M. C. MARIZ  
Coordenador Central Policial





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
CCP/DIVISÃO DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES

A CCP

Senhor Coordenador

Esta Divisão somente poderá atender no que diz respeito ao fornecimento de formulário DRE-1; Manual de Polícia de Repressão a Entorpecentes, bem como a realização de cursos de aperfeiçoamento para as polícias do Estado, incumbidos da execução de serviços de repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de drogas, desde que solicitado pela SSP.

JOSE ROBERTO MOREL  
DIRETOR DA DRE EM EXERCÍCIO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO CENTRAL POLICIAL

Ofício nº 206/84-CCP/DPP


Brasília - DF  
Em 20 de julho de 1984

Senhor Ministro,

Encaminho a V.Exa., em anexo, o convênio a ser prorrogado entre o Ministério da Justiça e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, solicitando a gentileza de mandar publicá-lo no Diário Oficial da União.

Outrossim, quanto à carta do Exmº Sr. Governador daquele Estado, datada de 26.06 do corrente ano, esclareço que o Departamento de Polícia Federal poderá, a título de cooperação, fornecer à Secretaria de Segurança Pública-RJ manuais e formulários relativos ao assunto, bem como curso de especialização, através da Academia Nacional de Polícia.

Uso do ensejo para renovar a V. Exa. protestos de elevada consideração e apreço.

  
JOAQUIM COELHO  
Diretor Geral

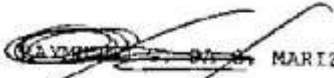
Exmº Sr.  
Ministro IBRAHIM ABI-ACKEL  
DD. Ministro de Estado da Justiça  
R/CAPITAL

COORDENAÇÃO CENTRAL POLICIALCabinete do CoordenadorDESPACHO Nº 582 /CCP/DPF

DATA : 31 / 07 / 84

REFERENCIA: Carta s/nº, de 260684, procedente do Gov. do Est. do RJ.ASSUNTO: Convênio entre o Ministério da Justiça e o Estado do RJ no tocante aos serviços de prevenção e repressão aos crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes.DESPACHO:

A DRE, para as providências posteriores.

  
CARLOS DE A. MARIZ  
Coordenador Central Policial

## COORDENAÇÃO CENTRAL POLICIAL

Cabinete do Coordenador

DESPACHO Nº 582 /CCP/DPF

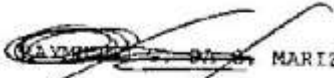
DATA : 31 / 07 / 84

REFERENCIA: Carta s/nº, de 260684, procedente do Gov. do Est. do RJ.

ASSUNTO: Convênio entre o Ministério da Justiça e o Estado do RJ no tocante aos serviços de prevenção e repressão aos crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes.

DESPACHO:


A DRE, para as providências posteriores.

  
CARLOS DE A. MARIZ  
Coordenador Central Policial

## 6.2

## Anexo 2 – Convênio com a UERJ

FROM : CTN PHONE NO. : 567 1343 A. 7A P01

 **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** **1434788**

Rua São Francisco Xavier, 524 - RJ - CEP 20550

Convênio que entre si firmam o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado de Justiça, por um lado, por outro a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro e como interveniente anuente a Secretaria de Comunicação Social.

Aos 05 dias do mês de maio de 1988, a Secretaria de Estado de Justiça, daqui por diante denominada SJU, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Dr. Túlio Lima e Silva e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada UERJ, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Professor Ivo Dubleri e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº E-06/10.267/88, é assinado o presente Convênio que se regerá por toda a legislação aplicável à matéria e, especialmente pelas normas do Decreto Lei nº 2300 de 21.11.86 e alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº 2348 de 24.07.87, e cujas disposições aplicam-se a este Convênio, irrestrita e incondicionalmente, e que a SJU e a UERJ, por seus representantes legais, declaram conhecer, subordinando-se este convênio ainda às normas constantes da legislação pertinente às cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira:** a UERJ se compromete e obriga a ceder todo o 3º andar do edifício localizado na Rua Fonseca Teles nº 121, em São Cristóvão, para instalação da sede do Conselho Estadual de Entorpecentes, órgão vinculado à estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e de todos os serviços ligados aos respectivos objetivos, previstos no artº 4º, incisos I e II e suas alíneas, do Decreto nº 10.417, publicado no D.O. de 8 de outubro de 1987, bem como os projetos relacionados, no âmbito da SJU, com os Direitos Humanos, a Segurança Pública, a Defesa das vítimas do Delito e a Política Criminal e Penitenciárias do Estado do Rio de Janeiro, mediante as condições estabelecidas neste Convênio.

*[Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page.]*

FROM : CTN

PHONE NO. : 567 1343

P32



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO :

Rua São Francisco Xavier, 524 - RJ - CEP 20550

1434/88

4  
100

Parágrafo Único - A Secretaria de Comunicação Social, como inter-  
veniente anuente, aqui representada pela Excelentíssima Senhora  
Secretária Dr<sup>a</sup>. Belisa Ribeiro de Oliveira, tendo em vista o Con-  
vênio firmado, anteriormente, em 31 de março de 1987, pela UERJ  
com a Secretaria de Comunicação Social, com vistas a instalação  
da Rádio Roquete Pinto em parte do terceiro andar do mesmo edi-  
fício referido nesta cláusula, considerando entretanto, que não  
mais convém aquela instalação, manifesta sua inteira concordân-  
cia com os termos do presente convênio, desfeito, destarte, o  
precedente, para todos os fins de direito.

Cláusula Segunda: A SJU, por intermédio do CONEN, realizará no  
local as obras que forem necessárias às instalações referidas na  
cláusula primeira podendo, para tanto, utilizar bens ou serviços  
já adquiridos ou contratados, anteriormente, pela Rádio Roquete  
Pinto como órgão subordinado à Secretaria de Comunicação Social,  
para atender aos fins do Convênio anterior, ora desfeito.

Cláusula Terceira: A Secretaria de Justiça, através do CONEN-RJ,  
buscará atuar em conjunto com a UERJ e junto à comunidade univer-  
sitária, como um todo, na realização de programas nas áreas da  
prevenção, do tratamento e da reinserção social de usuários com  
problemas decorrentes do consumo de drogas, objetivando, inclusi-  
ve, apoiar e desenvolver o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aten-  
ção ao Uso de Drogas, da UERJ (NEPAD).

Cláusula Quarta: As ligações de luz, gás, telefone e força, se-  
rão de responsabilidade da SJU, que as providenciará e pagará di-  
retamente às empresas fornecedoras as despesas e os consumos cor-  
respondentes.

Cláusula Quinta: Correrão por conta da SJU todos os impostos, ta-  
xas, tarifas e outros tributos e contribuições que recaem ou  
vierem a recair sobre o imóvel, bem como os encargos de limpeza  
e água, conservação de elevadores e o prêmio de seguros contra  
fogo que será feito pela UERJ em companhia de sua preferência,  
tudo calculado na proporção da área ocupada em relação ao prê-  
dio.

FROM : CTN

PHONE NO. : 567 1343

POT



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524 - RJ - CEP 20550

1434/89

5  
W

Cláusula Sexta: Os recursos decorrentes dos encargos previstos nas cláusulas quarta e quinta, correrão a conta do orçamento da SJU programa de trabalho nº 2301.03070202.108, fonte de recursos 00, código de despesa 3132, nota de empenho nº 225/88, que neste exercício e para os demais deverá ser incluída nos orçamentos dos anos subsequentes.

Cláusula Sétima: A SJU não terá direito à retenção ou qualquer indenização por obras ou benfeitorias que fizer, mesmo com sentenças ou necessárias, as quais ficarão incorporadas ao imóvel.

Cláusula Oitava: A SJU não poderá usar o imóvel para outra finalidade que não seja a constante da cláusula primeira, nem poderá transferir ou, por qualquer forma, ceder a terceiros o uso do imóvel.

Cláusula Nonas: O prazo de duração do presente Convênio é de 4 (quatro) anos e será reconduzido, por períodos iguais e sucessivos, salvo denúncia de qualquer das partes, com a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias do seu vencimento.

Cláusula Décima: A SJU, recebe, neste ato, cópia do presente Convênio e se obriga a providenciar sua publicação em extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, dentro do prazo de 20 (vinte) dias.

Cláusula Décima Primeira: Fica eleito o Foro do Estado do Rio de Janeiro - RJ, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Convênio, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

FROM : CTN

PHONE NO. : 567 1343

P24



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524 - RJ - CEP 20660

1434788

6  
m

E, por assim se acharem justos e convencionados, celebram o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para os mesmos efeitos, perante 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 1986

IVO BARBIERI

Reitor da Universidade do Estado  
do Rio de Janeiro

TÍCIO LIMA E SILVA

Secretário de Estado de Justiça

BELISA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Secretária de Comunicação Social

DOMINGOS BERNARDO GIALLORETI DA SILVA SA  
Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes

TESTEMUNHAS:

Maria Tumpel de Aguiar



## Anexo 3 – Decreto Sistema Estadual Antidrogas

FIGURE 1 UC →

DISPÕE SOBRE O SISTEMA ESTADUAL ANTIDROGAS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**DECRETA:**

**Parágrafo único** – Compõe o Sistema Estadual Antidrogas todos os órgãos e entidades da Administração Pública que exerçam as atividades referidas neste artigo.

1 – formular a política estadual antidrogas:

II – compatibilizar planos estaduais com planos nacionais, regionais, e municipais, bem como fiscalizar a respectiva execução;

III – estabelecer prioridades entre as suas atividades, por meio de critérios técnicos, econômicos e administrativos;

IV – promover a modernização das estruturas das áreas afins;

V – rever procedimentos de administração nas áreas de prevenção, e recuperação;

VI – estabelecer fluxos contínuos e permanentes de informações entre seus órgãos, bem como entre o órgão central e organismos nacionais e internacionais;

VII – estimular pesquisas, visando ao aperfeiçoamento das atividades de sua competência;

VIII – promover a inclusão de ensinamentos nos cursos de formação de professores, em todos os níveis, referentes a substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência ou psíquica;

IX – promover, junto aos órgãos competentes, a inclusão de itens específicos nos currículos de todos os graus de ensino, com a finalidade de esclarecer os alunos quanto à natureza e aos efeitos das substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica;

X – acompanhar a evolução e propor medidas para a redução dos crimes conexos com tráfico ilícito de drogas.

**Art. 3º - Integrar o Sistema Estadual Antidrogas:**

I – o Conselho Estadual Antidrogas, como órgão normativo para a prevenção e repressão ao uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica e para a atividade de recuperação de dependentes;

II – o Conselho Estadual de Segurança Pública, como órgão normativo para a prevenção e repressão ao tráfico ilícito e a produção e comercialização não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica;

III – a Secretaria de Estado de Justiça, como órgão central;

IV – o Departamento de Prevenção Integral às Drogas, como órgãos executivo;

V – a Secretaria de Estado de Saúde;

VI – o Conselho Estadual de Educação;

VII – a Secretaria de Estado de Fazenda e Controle Geral;

VIII – a Secretaria de Estado de Segurança Pública;

IX – a Secretaria de Estado de Ação Social, Esporte e Lazer;

X – a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente;

XI – os órgãos dos Municípios que exercem atividades antidrogas e de recuperação de dependentes, mediante ajustes específicos.

**Art. 4º** - A Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Entorpecentes passa a denominar-se Departamento de Prevenção Integral às Drogas, dirigido por 1 (um) Diretor Geral, símbolo DG, resultante da transformação, ora efetuada, do cargo em comissão de Presidente do CONEN, de mesma simbologia, com as seguintes atribuições:

I – planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de prevenção e repressão ao tráfico ilícito, ao uso indevido, à produção e comercialização não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica e a atividade de recuperação de dependentes;

II – propor a política estadual antidrogas;

III – definir estratégias e elaborar planos, programas e procedimentos para alcançar as metas propostas na política estadual antidrogas e, ainda, acompanhar a execução dessa política;

IV – propor reformas institucionais, a modernização organizacional e técnico-operativa visando ao aperfeiçoamento da ação governamental nas atividades antidrogas e de recuperação de dependentes;

V – promover o intercâmbio com organismos nacionais e internacionais, sobre o tráfico ilícito e o uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica;

VI – atuar, em parceria com outros órgãos governamentais e organismos multilaterais, nacionais e internacionais, para assuntos referentes às drogas ilegais e

VII – firmar convênios, acordos, contratos e quaisquer outros ajustes, objetivando o desempenho de suas atribuições;

IX – prover os serviços de secretaria executiva do Conselho Estadual Antidrogas

1 — o Diretor Geral do Departamento de Prevenção Integral às Drogas, que o presidirá;

III – um representante da Defensoria Pública Geral do Estado;

V – um representante da Vida – Obra Social do Estado do Rio de Janeiro;

VI – um representante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

VII – três representantes da Comunidade.

§ 1º - O representante da Secretaria de Estado de Justiça, como Vice-Presidente, substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos.

§ 2º - Os membros do Conselho Estadual Antidrogas serão designados pelo Governador do Estado do Rio para mandato de três anos, permitida a recondução;

§ 3º - Os membros do Conselho Estadual Antidrogas não farão jus a nenhuma remuneração, sendo seus serviços considerados de relevante interesse público.

**Art. 6º - Ao Conselho Estadual Antidrogas compete:**

1 – aprovar a política estadual antidrogas;

II – exercer orientação normativa sobre as atividades antidrogas e de recuperação de dependentes;

III – aprovar a destinação dos recursos do FESPEN;

IV – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos do FESPREN e o desempenho dos

V – elaborar e propor alterações no regimento interno;

**Art. 7º** - As decisões do Conselho Estadual Antidrogas deverão ser cumpridas por todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual integrantes do Sistema sob acompanhamento do Departamento de Prevenção Integral às Drogas.

**Art. 9º** - Fica transferido o acervo patrimonial, bem como o pessoal e os cargos existentes na Secretaria Executiva do CONEN/RJ, criada pelo Decreto nº 21.187, de 23 de dezembro de 1994, para o Departamento de Prevenção Integral às Drogas, órgão da Secretaria de Estado de Justiça.

**Art. 11** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1999.

**ANTHONY GAROTINHO**  
Governador do Estado

## **Anexo 4 – Coordenação e administração físico-financeira dos projetos de recuperação, tratamento e reinserção social de dependentes químicos**

Page 1 of 2

**GRUPO SOBRE COMPETÊNCIAS DE SECRETARIAS DE ESTADO E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES**

© 2000 Blackwell Science Ltd

**Manos de Saúde 2123-5522**  
Unimed, Amé, Sismarco,  
AT&T, Dix Todos os planos no  
Rio de Janeiro.  
[www.unimedriodejaneiro.com](http://www.unimedriodejaneiro.com)  
Antonio Carlos

Art. 1.º A Secretaria de Estado de Ação Social, Esporte e Lazer passa a denominar-se SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA, permanecendo a ele vinculada a Fundação Leão XIII e o Conselho Estadual de Ação Social e a este o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

Art. 7.º Ficam transferidas para a SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

1 - A Coordenação dos Centros Comunitários de Defesa da Cidadania - CCCC, juntamente com toda sua estrutura administrativa, material e humana, atuará em conjunto com os corpos em comissão e seus membros;

II - a continuidade, o acompanhamento da execução e de atribuições previstas no § 1º da art. 2º do Decreto nº 26.001 de 05.11.86, referentes ao Programa "COMPARTILHARCESTA DO CIDADÃO".

II - O eixo social, administrativo e financeiro, bem como a coordenação das ações governamentais referentes ao Projeto de Recuperação, Tratamento e Reintegração na Sociedade de Dependências Químicas.

(edição do texto II, do Artigo 2º, alterado pelo Decreto n.º 27.988/2000, com efeitos a partir de 01.09.2000)  
(rubricações) autênticas) ou original)

Art. 3.º A Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro - SUDESRJ, a Fundação Getúlio de Almeida Proffensim - FUNDAP e o Conselho Estadual de Desportos passam a ser vinculados à Secretaria Executiva do Gabinete do Governador.

Art. 4.º Os Convênios, contratos e protocolos de intenção celebrados pela antiga Secretaria Estadual de Ação Social e Lazer, relacionados com o fomento do esporte e lazer, bem como todos os dados das pessoas assim beneficiadas para a Superintendência dos Desportos do Estado de São Paulo, em 1991, são de domínio público.

\*An. 24 - Para coordenação e programação relativa ao art. 1.º, foi criado o GRUPO EXECUTIVO DO PROGRAMA VIDA NOVA, que será composto pelo Secretário de Estado de Governo, pelo Secretário de Estado da Ciência e do Desenvolvimento, pelo Secretário de Estado de Ação Social e Cotidiana, pelo Presidente do Conselho Estadual de Ação e Espólio - CEDAE e pelo Presidente da União para o Sertão do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - Ficam criados o GRUPO DE DIREÇÃO TÉCNICA DOS PROJETOS que será integrado por 1 (um) representante dos seguintes órgãos e entidades: abaixo relacionados, com a finalidade de implementar e operacionalizar o Programa criado neste Decreto.

I - Ordenação dos Centros Comunitários de Defesa da Cidadania - CCDC

II - Defesa da Política do Estado;

18 - **Guerra de Zangue de Eucopis:**

IV - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

w - Superfície de Estado da Saúde:

VI - Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania

<sup>viii</sup> - Secretaria de Estado de Segurança Pública;

VIII - Secretaria de Estado de Justiça

IC - Secretaria de Estado de da Criança e do Adolescente

R - Secretario de Estado de Gobierno.

XI = Fundación Lillo XIII, s.

AB - Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

**Parágrafo único:** \_\_\_\_\_

Art. 6.<sup>o</sup> Fica a saúde, a segurança e o nome das transações determinadas por esta Diretiva, a Responsabilidade do Estado de Plantamento.

Art. 7.º As competências, de caráter essencial, de recursos humanos, as atribuições e o serviço patrimonial, as atividades e contribuições à saúde de cidadãos incrementadas, da extinta Secretaria de Estado da Planejamento, foram transferidas para a Secretaria de Estado da Cidadania, bem como competências e funções que passa a denominar-se SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO.

§ 1.º A Fundação Centro de Informações de Dados do Estado - CIDE, a Comissão de Segurança e Risco do Estado do Rio de Janeiro e o Fundo de Desenvolvimento Econômico Social - FUNDES não são sujeitos à fiscalização financeira de que trata o caput deste artigo.

§ 2.º O disposto na caput, com referência aos cargos em comissão e aos servidores em exercício, aplica-se às instituições públicas que estejam sob o regime das unidades administrativas pertencentes à Subsecretaria de Estado de Planejamento.

§ 3.º Para fins de cadastramento, a Secretaria do Estado de Planejamento, Observatório Socializa e Turismo encaminhará ao Gabinete Civil a relação atualizada dos ocupantes de todos os cargos em comissão referentes a este artigo.

Art. 8.º Ficam transferidos para o Gabinete Civil os seguintes cargos em comissão constantes do Anexo II do Decreto n.º 22.132, de 01.07.89, alterado pelo Decreto n.º 25.205, de 05.03.99:

I - aquelas remanescentes da aplicação do disposto no § 2.º do art. 7.º deste Decreto;

II - a (um) de Subsecretário-Auxiliar de Esporte e Lazer, alínea 5a, e 6 (seis) de Diretor de Departamento, anexo DAS 4 (item 52).

Art. 9.º A Secretaria de Estado de Fazenda e Conselho Geral adotará as medidas administrativas pertinentes à extinção desta Decisão.

Art. 10. Esta Decisão entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2000

ANTHONY GAROTTAHO

Governador Publicado no D.O.E. em 14.04.2000

Assinatura	
Data de publicação	04/14/2000
Texto em Regulação:	
Tipos de Regulação:	Em vigor

Intenção: Texto Anterior Redação Texto Anterior Texto da Regulamentação Texto da Regulamentação Atual para outros documentos

Redação: Texto Anterior Redação Texto Anterior Texto da Regulamentação Texto da Regulamentação Atual para outros documentos

## 6.5

## Anexo 5 – Estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Defesa do Cidadão – CEJCON

Decreto Estadual

Página 1 de 21

## Decretos Estaduais

Decreto nº:	33163/2003	Data do Decreto:	12/05/2003
-------------	------------	------------------	------------

▼ Texto do Decreto Estadual | Em Vigor |

## DECRETO Nº 33.163 DE 12 DE MAIO DE 2003

**ESTABELECE A ESTRUTURA BÁSICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS DO CIDADÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-06/10255/2003,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica estabelecida a estrutura básica da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão – SEJDIC, na forma do Anexo I, cujos cargos em comissão passam a integrar o constante do Anexo III.

**Art. 2º** - Ficam transformados, sem aumento de despesa, para atender a estrutura básica da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão, os cargos em comissão relacionados no Anexo II ao presente Decreto e na forma ali mencionada.

**Art. 3º** - No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do presente Decreto, o Secretário de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão editará o Regimento Interno da Secretaria, estabelecendo o seu desdobramento operacional, de acordo com a estrutura básica constante do Anexo III deste Decreto.

**Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2003

ROSINHA GAROTINHO

## ANEXO I

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS DO CIDADÃO**

- hoje SEJDIC

**1 – FINALIDADE**

A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão tem por finalidade promover, coordenar e controlar as atividades relacionadas: a ordem jurídica em geral, mantendo estreito relacionamento com os órgãos do Poder Judiciário em matérias de interesses ou a cargo do Poder Executivo; a segurança da mulher e a defesa da cidadania; a defesa dos interesses individuais e coletivos; a guarda e conservação de bens móveis recolhidos por determinação de autoridades judiciárias ou administrativas; a guarda, conservação, catalogação e divulgação da documentação pública; a política de direitos humanos; a defesa dos direitos do consumidor; a assistência integral ao menor e ao menor em conflito com a lei, consoante ao estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente; a política estadual de proteção às vítimas e as testemunhas; a política estadual antidrogas; e as de natureza e de certificação de qualidade no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

**2 – ORGANIZAÇÃO**

A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão será dirigida pelo Secretário de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão com colaboração de todos aqueles que integram da estrutura organizacional, objeto do item 3 a seguir.

### **3 – ESTRUTURA BÁSICA**

A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão tem a seguinte estrutura básica:

#### **3.1 – Órgãos de Assistência Direta e Imediata do Secretário:**

- 3.1.1 – Chefia de Gabinete;
- 3.1.2 – Assessoria Jurídica;
- 3.1.3 – Assessoria Técnica;
- 3.1.4 – Assessoria de Informática;
- 3.1.5 – Assessoria de Comunicação Social.

#### **3.2 – Órgãos de Planejamento e Coordenação:**

- 3.2.1 – Subsecretaria;
- 3.2.1.1 – Subsecretaria-Adjunta dos Direitos do Consumidor;
- 3.2.1.2 – Subsecretaria-Adjunta da Segurança da Mulher e Defesa da Cidadania;
- 3.2.1.3 – Coordenadoria de Ações Institucionais;
- 3.2.1.4 – Superintendência de Defesa dos Interesses Individuais e Coletivos;
- 3.2.1.5 – Superintendência de Segurança da Mulher;
- 3.2.1.6 – Superintendência de Assuntos Institucionais.

#### **3.3 – Órgão de Apoio Administrativo e Financeiro:**

- 3.3.1 – Departamento Geral de Administração e Finanças;
- 3.3.1.1 – Assessoria de Recursos Humanos;
- 3.3.1.2 – Assessoria Administrativa;
- 3.3.1.3 – Assessoria de Contratos e Licitação;
- 3.3.1.4 – Assessoria Técnica;
- 3.3.1.5 – Assessoria de Orçamento;
- 3.3.1.6 – Departamento de Administração Financeira;
- 3.3.1.7 – Departamento de Administração de Pessoal;
- 3.3.1.8 – Departamento de Serviços Gerais;
- 3.3.1.9 – Departamento de Material;
- 3.3.1.10 – Divisão de Protocolo;
- 3.3.1.11 – Coordenadoria de Contabilidade Analítica.

#### **3.4 – Órgãos de Atuação**

- 3.4.1 – Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas – DEGASE;
- 3.4.2 – Departamento do Depósito Público;
- 3.4.3 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro;
- 3.4.4 – Programa de defesa do Consumidor – PROCON;
- 3.4.5 – Coordenadoria Executiva de Defesa dos Direitos Humanos;
- 3.4.6 – Departamento de Prevenção Integral às Drogas;
- 3.4.7 – Coordenadoria Especial de Assuntos de Justiça;
- 3.4.8 – Coordenação do Programa de Proteção à Testemunha;
- 3.4.9 – Coordenadoria dos Direitos do Negro.

#### **3.5 – Órgãos Colegiados**

- 3.5.1 – Conselho Estadual Antidrogas – CEAD;
- 3.5.2 – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM;
- 3.5.3 – Conselho Estadual dos Direitos do Negro;
- 3.5.4 – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH;



08	COORDENADOR DAS 730 DIRETOR- ADJUNTO DAS-6
01	SUBDIRETOR DAS-604 ASSISTENTE II DA I-6
59	ASSISTENTE DAS-834 CHEFE DE SERVIÇO DA I-6
08	DIRETOR-ADJUNTO DAS- 602 SECRETÁRIO II DA I-5
30	DIRETOR DE DIVISÃO DAS-6
29	ASSISTENTE II DA I-6
29	CHEFE DE SERVIÇO DA I-6
05	SECRETÁRIO II DA I-5
25	CHEFE DE SEÇÃO DA I-5
13	SECRETÁRIO I DA I-4
06	CHEFE DE SETOR DA I-4
08	AJUDANTE II DA I-2
01	AJUDANTE I DA I-1

**ÚLTIMOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO A SEREM TRANSFORMADOS  
DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS DO CIDADÃO**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		
SÍMB.	CARGO EM COMISSÃO	OCUPANTE MAT.
DAS-7	COORDENADOR	Claudia de Castro Benfica 887.608-8
DAS-7	COORDENADOR	Carla Regina Petrópolis Vieira de Castro Freitas 859.381-6
DAS-7	COORDENADOR	Claudio Teodósio dos Santos 887.612-0
DAS-7	COORDENADOR	Leila Menezes Duarte 197.627-3
DAS-7	COORDENADOR	Daniele França Sampaio Cunha 859.382-4
DAS-7	CHEFE DE GABINETE	Rosa Maria Figueira e Silva 859.392-3
DAS-6	DIRETOR	Maria Geilsa Moura Sardinha 887.592-4
DAS-6	DIRETOR	Luciano Caldas Felipe 860.159-3
DAS-6	DIRETOR	Glória Gomes de Abreu 817.465-8
DAS-6	DIRETOR	Syrleia Marques Pereira 859.382-6
DAS-6	DIRETOR	Lilia Maria Paranhos Mendes de Moraes 860.158-5
DAS-6	DIRETOR	Rosane Reznik 868.350-0
DAS-6	DIRETOR	Liana Martins de Mendonça 861.480-2
DAS-6	DIRETOR	José Edson Schumann Lima 5.013.677-9
DAS-6	DIRETOR	Quezia Junia de Moraes Rocha 859.343-6
DAS-6	ASSISTENTE	Maria de Fátima Carneiro da Cunha 887.389-5
DAS-6	ASSISTENTE	Aloísio Ribeiro da Costa 860.156-9
DAS-6	ASSISTENTE	Francisco Alfredo Monte Vianna Pires 149.114-1

- 3.5.5 – Conselho Estadual de Arquivos – CONEARO;  
 3.5.6 – Conselho Estadual de Defesa Social e Promoção da Cidadania;  
 3.5.7 – Coordenadoria Especial dos Despachantes Públicos – CEDEP;

3.6 – Órgão Vinculado

- 3.6.1 – Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro – IPEM/RJ.

3.7 – Administração de Fundos

- 3.7.1 – Fundo Especial dos Direitos da Mulher – FEDM;  
 3.7.2 – Fundo Especial de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – FESPREN;  
 3.7.3 – Fundo Especial de Apoio a Programas de Proteção e Defesa do Consumidor – FEPROCON;  
 3.7.4 – Fundo de Defesa Social e Promoção da Cidadania.

ANEXO II

CARGOS A SEREM TRANSFORMADOS	CARGOS RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO
Quant.	Cargos em Comissão Simb. Quant. Cargos em Comissão Simb.
09	COORDENADOR DAS-824 ASSESSOR ESPECIAL DAS-8
04	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DAS-801 COORDENADOR (CONTABILIDADE ANALÍTICA) DAS-8
14	ASSESSOR ESPECIAL DAS-808 COORDENADOR DAS-8
05	ASSESSOR DAS-801 CORREGEDOR DAS-8
01	CHEFE DE GABINETE DAS-808 ASSESSOR DAS-8
01	ASSESSOR-CHEFE DAS-801 GESTOR DAS-8
01	CHEFE DE GABINETE DAS-702 CHEFE DE GABINETE DAS-8
02	ASSISTENTE-CHEFE DAS-713 DIRETOR DE DEPARTAMENTO DAS-7
15	ASSESSOR DAS-708 ASSESSOR DAS-7
01	DIRETOR DE CENTRO DAS-730 DIRETOR DE UNIDADE DAS-7
02	DIRETOR DAS-701 CHEFE DE GABINETE DAS-7
19	DIRETOR DE UNIDADE DAS-730 DIRETOR DE DIVISÃO DAS-6
03	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DAS-749 ASSISTENTE DAS-8

## 6.6

# Anexo 6 – Criação do Conselho Estadual de Política Sobre Drogas – CEPSD, sob a gerência da SEASDH

DECRETO Nº 40985 DE 10 DE 10 DE 2007

DISPÕE SOBRE O CONSELHO ESTADUAL ANTIDROGAS, CRIADO PELO DECRETO Nº 25.844, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1999, ALTERADO PELO DECRETO Nº 38.237, DE 14 DE SETEMBRO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 40.486, de 01 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº E-23/1196/2007,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - O Conselho Estadual Antidrogas - CEAD, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, criado nos termos do art. 5º do Decreto nº 25.844, de 17 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 38.237, de 14 de setembro de 2005, passa a denominar-se **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - CEPSD**.

Do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas

**Capítulo I**

**Da Finalidade**

**Art. 2º** - O Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CEPSD, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, será o órgão normativo para a prevenção e repressão ao uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica e para atividades de recuperação de dependentes.

**Capítulo II**

**Da Competência e Atribuições**

**Art. 3º** - Ao Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CEPSD, compete:

I - formular e propor políticas, normas e diretrizes voltadas para a prevenção e repressão ao uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica, para atividades de recuperação, atenção e reinserção social dos dependentes químicos;



PODER EXECUTIVO

SERVIDO PÚBLICO	
Processo	5-23.1196-07
Data	11/4/07 422
Rubrica	

II - fiscalizar o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FESPREN, criado pela Lei nº 2.413, de 23 de junho de 1995, que será administrado pelo Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CEPSP.

Art. 4º - O Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CEPSP, terá as seguintes atribuições:

I. eleger o Vice-Presidente e o Secretário Geral, dentre os membros pertencentes ao Conselho;

II. elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

III. realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias sempre que houver necessidade;

IV. promover entendimento e intercâmbio com outras organizações similares;

V. propor o patrocínio e apoio financeiro do FESPREN a projetos de programas, atividades e eventos pertinentes às atividades coordenadas e desenvolvidas pelo CEPSP, exclusivamente elaborados por entidades que sejam integrantes dele;

VI. criar comissões técnicas temporárias e permanentes;

VII. mobilizar recursos governamentais e não governamentais para apoio a programas e projetos;

VIII. convidar entidades públicas e privadas para colaborar na execução de suas atividades;

IX. estimular a criação de serviços e campanhas que promovam a prevenção à dependência química e a atenção e a reinserção social de dependentes químicos;

X. formular e propor projetos a serem executados pelas comissões técnicas referidas no inciso VII;

XI. propor a celebração de convênios;

XII. apoiar e estimular a criação de Conselhos Municipais de Políticas Sobre Drogas.



SERVIÇO	
PROCESO	E23 1196 07
Data	11 4 07 48
Assinatura	

### Capítulo III

### Da Composição e Estrutura

#### Seção I

#### Da Composição

**Art. 5º** - O CEPD será composto por 28 (vinte e oito) membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos da Administração Pública e pelas entidades da sociedade civil que terão assento no Conselho, designados pelo Governador do Estado, da seguinte forma:

I - 11 (onze) representantes da estrutura do Poder Executivo Estadual, sendo 01 (um) de cada órgão, indicados por seus titulares:

- Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos;
- Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil;
- Secretaria de Estado de Educação;
- Secretaria de Estado de Segurança;
- Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia;
- Secretaria de Estado de Trabalho e Renda;
- Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer;
- Secretaria de Estado de Cultura;
- Secretaria de Estado da Casa Civil;
- Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;
- Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

II - 17 (dezessete) representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos públicos convidados, sendo 10 (dez) de organizações não governamentais, indicadas pelas seguintes entidades:



PODER EXECUTIVO

Processo: E-23.1196/07  
 Data: 11.4.07 - 49  
 Rubrica: /

1 - Organizações não governamentais:

- Associação Carioca de Redutores de Danos - ACRD;
- Associação Brasileira de Estudos de Alcool e Drogas - ABEAD;
- Associação Brasileira de Alcoolismo e Outras Drogas - ABRAD
- Afro-reggae;
- Viva Rio;
- RIO SOLIDÁRIO - Obra Social do Estado do Rio de Janeiro;
- Fórum Estadual por uma Política Democrática de Drogas;
- Associação Brasileira Multidisciplinar de Drogas;
- Observatório de Favelas;
- Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro

2 - Um representante de entidades da sociedade civil e/ou de órgãos públicos, a seguir:

- Coordenadoria Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde;
- Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Centro Regional Integrado de Assistência à Criança da Universidade Federal Fluminense - CRIAA/UFF;
- Laboratório de Políticas Públicas da UERJ;
- Núcleo de Estudos e Pesquisas em atenção ao uso de Drogas - NEPAD/UERJ;
- Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Rio de Janeiro;
- Departamento de Informações em Saúde do Centro de Informações Científicas e Tecnológicas da Fundação Oswaldo Cruz.

B



10/11  
523 1196 03  
4.62 50

Art. 6º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

## Seção II

### Da Estrutura

Art. 7º - O CEPSP funcionará com a seguinte estrutura:

I - Mesa Diretora, com a seguinte composição:

- a) - Presidente;
- b) - Vice-Presidente;
- c) - Secretário-Geral.

II - Plenário, formado por todos os membros do Conselho.

Art. 8º - O Presidente do Conselho será o titular da Superintendência de Políticas de Prevenção à Dependência Química da SEASDH e designado pelo Governador do Estado.

Parágrafo único - O Vice-Presidente e o Secretário-Geral serão eleitos pelo Plenário do Conselho.

Art. 9º - Compete ao Presidente:

- I. representar o Conselho, interna e externamente, em todas as oportunidades;
- II. presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III. assinar toda a correspondência pertinente às atividades do Conselho;
- IV. indicar e solicitar à SEASDH a nomeação ou substituição do Gestor do FESPEN;
- V. coordenar as atividades do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FESPEN.





PODER EXECUTIVO

SERVIÇO PÚBLICO ES	
Processo nº	623/1196/02
Data:	11/11/07, Fls. 51
Rubrica:	

Art. 10 - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nos seus impedimentos eventuais e afastamentos legais.

Art. 11 - Compete ao Secretário-Geral:

- I. auxiliar o Presidente no encaminhamento do expediente do Conselho;
- II. manter arquivo da correspondência expedida e recebida;
- III. preparar e convocar as reuniões do Conselho;
- IV. elaborar e manter sob sua guarda as Atas das Reuniões;
- V. providenciar os meios necessários para que o Conselho possa realizar as suas atividades.

Art. 12 - O apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do CEPD será dado pela Superintendência de Políticas de Prevenção à Dependência Química da SEASDH.

Art. 13 - Os membros do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas - CEPD não farão jus a nenhuma remuneração, sendo seus serviços considerados de relevante interesse público.

#### Capítulo IV Das Disposições Gerais

Art. 14 - Caberá ao Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas - CEPD instituir o seu Regimento Interno e dispor sobre outras normas de organização.

Art. 15 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de 10 de 2007

  
SÉRGIO CABRAL